



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4th MASSAS

EDIÇÃO
ESPECIAL

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÉ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 31 - Nº 595 - 15 DE SETEMBRO DE 2019 - R\$ 4,00

Duas traições da frente burocrática, duas profundas derrotas dos explorados

**Percurso da luta contra a reforma
trabalhista de Temer e da reforma
da Previdência de Bolsonaro**

**Por uma frente única classista, alicerçada
nas assembleias e nos comitês de luta!**

**Constituir direções classistas
e revolucionárias nos sindicatos.**

**Superar a crise de direção, construindo
o Partido Operário Revolucionário.**



81 anos da fundação da IV Internacional
79 anos do assassinato de Leon Trotsky

**Viva o internacionalismo
proletário!**

Diante dos Congressos da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da Central Sindical e Popular – Conlutas (CSP-C), achamos necessário reunir artigos, manifestos e declarações, publicados em vários números do jornal Massas, abrangendo alguns momentos de 2017, 2018 e 2019. É esperado que se discuta um balanço político e organizativo. Temos a certeza de que a burocracia sindical não fará uma análise crítica de suas posições. Tudo indica que pouco espaço haverá para cumprir esse objetivo. Certamente, não se pode colocar nos mesmos patamares a burocratização da CUT e a da CSP-C. A CUT se encontra em estado avançado de estatização, e sua direção se cristalizou como um instrumento da política de conciliação de classes. Essa distinção de grau é importante, mas não deve servir para ocultar ou amenizar a responsabilidade da direção da CSP-C diante das duas grandes traições e derrotas da classe operária e demais explorados, que enfrentaram as reformas antinacionais e antipopulares de Temer e Bolsonaro. A seleção que aqui publicamos, de conjunto, comprova essa conclusão.

Os artigos e manifestos do Partido Operário Revolucionário (POR) expressam a presença atuante e viva da vanguarda revolucionária na luta de classes, que se projetou após o golpe de Estado de 2016. Em abril de 2017, ocorreu a importante jornada de luta, que culminou com a greve geral do dia 28 desse mês. Em 14 de junho de 2019, as centrais sindicais organizaram a segunda greve geral do período, que foi precedida pelo 1º de Maio Unificado, e pelas manifestações de 15 e 30 desse mês. A jornada de abril de 2017 se levantou como um marco do agravamento da luta de classes, que persistiu no ano seguinte, mas, em certa medida, comprimida pela política da burocracia sindical, e que se reavivou, em maio e junho de 2019.

Temer, Bolsonaro e o Congresso Nacional desconhecaram o descontentamento da maioria oprimida. De maneira que, nesse espaço de tempo, impuseram as reformas trabalhista e previdenciária, acompanhadas da Lei da Terceirização, da reforma do Ensino Médio, e da Lei da Liberdade Econômica. Esse conjunto representa um retrocesso sem precedentes nas conquistas dos assalariados.

A classe operária, os demais explorados e a juventude sofrem uma profunda derrota. A burguesia conseguiu descarregar os efeitos da crise econômica e de sua submissão ao imperialismo sobre as costas dos trabalhadores. O que significa aumento da exploração do trabalho, da pobreza e da miséria das massas. O balanço da derrota é obrigatório. Somente os marxistas-leninistas-trotskistas poderão assumir plenamente essa empreitada. A explicação é dada pelas posições tomadas, pelas bandeiras levantadas, pelo combate dado à política burocrática das centrais, pelo trabalho de propaganda, agitação e organização no seio do proletariado, dos demais explorados e da juventude.

Esta edição Especial testemunha o que o POR fez, defendeu e combateu, sob a política de independência de classe, das reivindicações e do programa proletário. E permite que a vanguarda comprometida com o classismo possa entender, avaliar e julgar à luz da crítica. Somente assim é possível ir à raiz das derrotas. Afirmamos que se devem às traições da burocracia sindical.

O percurso dos nossos escritos expõe a luta do POR contra a política de conciliação de classes, a subserviência ao Congresso Nacional (à democracia burguesa oligárquica), e às manobras da burocracia petista, solidarista, pecedobista, etc. para enganar os

explorados. Mostra como as centrais montaram a frente burocrática, de acordo com interesses mesquinhos e compromissos com a oposição parlamentar. Assinala os passos dirigidos a dissolver o combate das massas diante do Congresso Nacional. Denuncia o jogo das emendas parlamentares, ora oculto, ora às claras.

As derrotas não se deveram à falta de disposição de luta, ou à correlação de força desfavorável aos explorados. As massas não usaram todo o seu potencial na luta de classes. Não foram esmagadas no combate. Nada disso se passou. As derrotas se deveram às traições de suas direções.

Em abril de 2017, a jornada e a greve geral abriram passagem a uma onda crescente de luta contra as reformas de Temer. Em maio, a frente burocrática desmontou o movimento, e aguardou passivamente a aprovação da reforma trabalhista e a lei da terceirização, bem como ficou à espera do fracasso de Temer em levar adiante a reforma da Previdência. A jornada de maio e junho de 2019 também foi desativada. A frente burocrática se enfrenhou nas manobras parlamentares, em torno ao objetivo de “desidratar” a reforma de Bolsonaro-Guedes. Essa conduta se manifestou também quando o Congresso Nacional decidia sobre o projeto da reforma trabalhista. Nesse momento, o POR rechaçou a linha de subordinação do movimento à decisão dos deputados e senadores. Empenhou-se pela ruptura dos explorados com a subordinação da luta ao parlamento da burguesia.

O movimento de abril de 2017 e de maio-junho de 2019 traz importantes lições. Pôs à luz do dia o lugar da direção burocrática, de limitar o combate das massas, mutilar o método da ação direta, sujeitar as reivindicações ao jogo parlamentar, usar o descontentamento da maioria oprimida em função da política eleitoral, e desviar o caminho do confronto do proletariado com a ofensiva da burguesia. As grandes traições revelam a estratégia que guia os passos da direção política. No caso, revelaram a subserviência à democracia burguesa, concretamente ao Congresso Nacional oligárquico, apodrecido até a medula.

No sentido oposto, as traições e derrotas ressaltam a importância decisiva da estratégia revolucionária. É com ela que a direção classista utiliza todo o potencial da luta dos explorados para vencer e para acumular força no campo da independência de classe. Está aí por que, nesse processo, o POR fez a defesa constante da luta pelo governo operário e camponês, como forma governamental da revolução proletária. Trabalhou e explicou aos explorados a necessidade de avançar a luta para a greve geral por tempo indeterminado. Certamente, de acordo com a evolução da capacidade de combate das massas. A proliferação de comitês unitários de base poderia dar sustentação a um amplo movimento voltado a derrotar o governo e o Congresso Nacional.

Este número especial do Massas objetiva, também, consolidar a política independente do proletariado diante de qualquer influência da política burguesa. O caráter embrionário da construção do POR, como se vê, é parte das contradições enfrentadas pela classe operária, demais explorados e juventude oprimida. Destaca a tarefa de fortalecer a construção do partido leninista de quadros no seio dos explorados. Esperamos que essa seleção cumpra o objetivo de expor a orientação revolucionária que esteve ativamente presente no movimento de abril e de maio-junho, ainda que seu peso não tenha sido capaz de influenciar os rumos dos acontecimentos. Essa debilidade tende a ser modificada, a partir da luta contra a traição das direções e pela vitória do movimento.

Enfrentar as reformas da Previdência e Trabalhista com a luta coletiva e direta. Rechaçar as emendas da burocracia sindical traidora. Que as centrais rompam com as negociatas em torno da reforma da Previdência

Massas 535 – 29 de janeiro de 2017

Temer armou o cerco para impor as reformas

Desde o primeiro momento, quando ainda não havia se consagrado presidente, Temer iniciou sua investida contra as aposentadorias. Em meados de maio, anunciou a idade mínima de 65 anos e realizou o encontro com as centrais, objetivando apressar a reforma da Previdência. No início de dezembro, o relator da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara afirmou o parecer favorável à proposta do governo. Na ocasião, repercutiu negativamente porque chamou os aposentados de “vagabundos remunerados”. Ainda em dezembro, a comissão aprovou a “legalidade” da reforma. Em janeiro, Temer sinalizou com a possibilidade de flexibilizar alguns aspectos, entre eles o tempo de contribuição. Isso se deveu à repercussão do descontentamento dos trabalhadores diante do fato de ter de contribuir por 49 anos para alcançar uma aposentadoria integral. Mas insistiu na imposição de uma idade mínima.

Como se vê, o governo está pronto para o ataque aos explorados. As negociações, que por ventura possam ocorrer, não poderão extrapolar a essência da reforma, que é o aumento da exploração do trabalho e a redução do tempo de recebimento da aposentadoria. A reforma da Previdência é parte do ajuste fiscal, compõe uma peça essencial para o êxito da PEC do Teto.

Burocracia sindical de olho nas emendas

No dia 22 de fevereiro, as burocracias sindicais irão a Brasília. Pretendem se reunir com deputados e senadores para buscar apoio às propostas de alterações no projeto de reforma da Previdência. A Força Sindical, por meio de Juruna, Miguel Torres e Paulo Ferrari, comanda a carreata de burocratas. Trata-se da velha política de “pressão” ao Congresso Nacional, visando a modificar alguns pontos da reforma. No discurso: “*Não vamos permitir que retirem direitos dos trabalhadores*”. Na prática, remendar a proposta de Temer.

Pior ainda. O vendido Paulinho da Força se juntou às velhas raposas do Congresso (Arnaldo Faria de Sá, Rogério Rosso, etc.) e apresentaram a emenda que fixa a aposentadoria para as mulheres aos 58 anos e aos sessenta anos para os homens. Há outras emendas, como a que altera as regras de transição, ao invés de trabalhar 50% do tempo que falta, reduzir para 30%.

Está aí por que aumentam as desconfianças entre os operários. Uma parcela descontente tem dito aos militantes do POR quando da distribuição do Boletim Nossa Classe: “*tudo farinha do mesmo saco*”, referindo aos dirigentes sindicais.

A classe operária e demais explorados devem rejeitar a conduta dos burocratas de emendar a proposta de Temer. Ao con-

trário, devem exigir a derrubada integral de toda a reforma, porque é de destruição de direitos. Não há remendo que possa salvar os direitos.

Burocratas fazem ato contra a Previdência, sorteando carros

No dia do aniversário de São Paulo, a burocracia do sindicato metalúrgico de São Paulo, a Força Sindical e aliados convocaram os aposentados e os trabalhadores para o ato contra a reforma da Previdência. Como sempre, distribuíram os cupons para o sorteio de dois carros. A despolitização da classe operária é tão grande que uma parte pega os cupons e corre para o ato não para protestar contra a reforma e ouvir os discursos dos dirigentes vendidos, mas na esperança de ser o sorteado. Essa é a forma da burocracia colocar milhares nas ruas, comprando sua consciência.



A classe operária e demais explorados devem rejeitar a conduta dos burocratas de emendar a proposta de Temer. Ao contrário, devem exigir a derrubada integral de toda a reforma, porque é de destruição de direitos. Não há remendo que possa salvar os direitos.

Mais uma reunião das centrais. Para quê?

No dia 20 de janeiro, a CUT, Força Sindical, CTB, UGT, Nova Central, CSB, CTB, Intersindical, CGTB, NCST, CSB e CSP-Conlutas se reuniram para, supostamente, organizar a campanha contra a reforma da Previdência. Desse encontro saíram duas propostas: 1) ir à Brasília no dia 22 de fevereiro para “sensibilizar” os parlamentares; 2) organizar um dia nacional de paralisações, possivelmente para a segunda quinzena de março.

De concreto, somente a ida ao Congresso Nacional. A Força Sindical e suas congêneres jogarão peso em torno das propostas de emendas, que já estão circulando. O dia de paralisação, certamente, será uma repetição dos que ocorreram no ano passado. Uma paralisação, portanto, de quem quiser e um ato das burocracias. Os burocratas estão, de fato, empenhados em garantir algumas emendas, para em seguida comparecer perante os operários

4 Duas traições

como o que foi possível de conquistar.

O dirigente da CSP-Conlutas, Luiz Carlos Prates – Mancha, ao invés de criticar a conduta da diretista Força Sindical de priorizar a “pressão” parlamentar, disse que a Central irá fazer de tudo para que haja uma grande paralisação e uma greve geral. Mas, concluiu dizendo da importância do dia 22 em Brasília.

A reforma da Previdência só poderá ser derrubada com os métodos da classe operária

O governo golpista continua com as mãos livres para impor as reformas antioperárias e antinacionais. As maiores centrais, como vimos, estão com a política de colaboração de classes, que se expressa na disposição de apresentar emendas à reforma da Previdência. Ao mesmo tempo, estão obrigadas a discursar contra a reforma e utilizar as manifestações, como o dia de paralisação nacional, como instrumento de barganha junto ao governo e aos parlamentares. A CSP-Conlutas não tem força política para encabeçar um movimento nacional de greve, assim, acaba por se submeter às decisões das burocracias traidoras.

O governo não irá modificar a essência da reforma, que é a de dificultar as aposentadorias e rebaixar ao máximo o seu valor. Portanto, não há emenda que possa modificar esse curso. Caso aceite uma ou outra alteração, são emendas que não afetam a sua essência, como o caso de manter uma pequena dife-

renciação entre homens e mulheres. O fato é que toda emenda implica aceitar a reforma. Toda emenda implica aceitar a redução de direitos.

Está claríssimo que a burocracia sindical fará de tudo para comparecer diante dos explorados com a proposta de amenizar o violento ataque do governo golpista de Temer. Conta para isso com o retrocesso sofrido pela classe operária nos treze anos de governo petista. No entanto, vem crescendo o descontentamento no seio das massas com o aumento do desemprego, com as perdas salariais e com a precarização da saúde, educação e moradia. É a partir dessa situação insustentável que a vanguarda revolucionária poderá combater a burocracia levantando a bandeira de que as centrais e os sindicatos rompam com as negociatas em torno da reforma da Previdência e que se coloquem pela:

- 1) Por um sistema único de Previdência, estatal e sob o controle da classe operária. Fim das Previdências privadas.
- 2) Fim dos privilégios dos militares, magistrados e a alta burocracia do Estado;
- 3) Que os capitalistas arquem inteiramente com a contribuição previdenciária;
- 4) Que nenhum aposentado receba menos que um salário mínimo vital, calculado pelas assembleias dos trabalhadores;
- 5) Abaixo as reformas de Fernando Henrique Cardoso, Lula, Dilma e Temer.

Manifestações indicam caminho da luta

Massas 538 – 19 de março de 2017



(...) as paralisações parciais, as manifestações e bloqueios de ruas e rodovia foram o forte do Dia Nacional de Luta. As camadas mobilizadas ergueram uma primeira barricada contra as reformas da Previdência e trabalhista.

E agora? O que fazer depois dos protestos do dia 15? Essa pergunta certamente ficou entre os manifestantes. É preciso convocar as assembleias nos sindicatos e movimentos populares para pôr em pé uma poderosa frente de combate ao governo golpista e às reformas antinacional e antipopular. Todas as forças devem se concentrar em uma frente única de combate ao governo golpista e em defesa das reivindicações que de fato defendem a vida dos explorados.

As falhas, distorções e desvios políticos devem ser apontados, avaliados e corrigidos. Certamente, não se deve deixar de lado o que foi de mais positivo. Em geral, as paralisações parciais, as ma-

nifestações e bloqueios de ruas e rodovia foram o forte do Dia Nacional de Luta. As camadas mobilizadas ergueram uma primeira barricada contra as reformas da Previdência e trabalhista. Diferentemente da resistência estudantil com as ocupações de escolas à reforma do ensino médio, desta vez o movimento trouxe às ruas operários, trabalhadores de classe média, sem-teto, camponeses sem-terra e estudantes.

A paralisação de metrô e ônibus, mesmo que não total, mostrou à população desmobilizada que havia luta, que as reformas da Previdência e trabalhista não serão aprovadas sob o silêncio dos cemitérios. A imprensa monopolista, autoritária, reacionária, procurou desmerecer a paralisação e jogar individualmente com aqueles que se viram indo ao trabalho no dia Nacional de Luta.

Sonegou as imagens das grandes manifestações e procurou dar a ideia de que se tratava de um movimento de minoria. Perguntavam se seriam prejudicados com a greve do metrô e ônibus, mas ocultavam o motivo das manifestações.

Os institutos de pesquisa são pródigos em usá-la para fins da política burguesa. Mas não tiveram nenhum interesse em perguntar à população se aceitam o teto de 65 anos para o trabalhador se aposentar. Não se dispuseram a perguntar se as mulheres aceitam ser igualadas aos homens. Não tiveram a coragem de perguntar se é aceitável deixar os militares de fora da reforma. Se o governo e o Congresso Nacional fizessem uma consulta popular, receberiam um grande NÃO!

As manifestações do dia 15 expressaram incontestavelmente o sentimento dos assalariados e de todos que labutam a vida inteira para chegar na velhice estropiados e empobrecidos. É essa

grande maioria que enfrenta as intermináveis filas do SUS, que padece da falta de médico, de enfermeiro e de remédio. É essa grande maioria que passa o tempo sobressaltada com o que está acontecendo com seus filhos. É essa grande maioria que constantemente é atropelada pelas demissões. É essa grande maioria que padece dos baixos salários e do subemprego. O Dia Nacional de Luta representou essa maioria contra a minoria burguesa. Minoria que não precisa de aposentadoria porque está protegida pela riqueza, pelas propriedades, pelo capital. Ou então aquela minoria da classe média alta que tem recursos para pagar a aposentadoria privada. O Dia Nacional de Luta se levantou contra essa minoria e contra o governo dessa minoria.

O dia 15, apesar de expressar as necessidades e o descontentamento da maioria contra o governo golpista de Temer, não foi suficiente para quebrar a espinha dorsal das reformas antinacional e antipopular. A classe operária ainda não foi devidamente organizada pelos sindicatos. A burocracia sindical teme uma revolta geral que se choque abertamente com o governo, o Congresso, o Judiciário e o aparato policial da burguesia. Não tem em mente a derrubada revolucionária da política e dos planos ditatoriais do governo golpista. Quer apenas ser ouvida pelo governo e parlamentares. Quer “melhorar” o projeto da reforma. E o PT especialmente quer se potenciar como oposição burguesa. Quer que o caudilho Lula volte a brilhar nas eleições. Esse foi o lado negativo do dia 15. Apesar de toda essa deformação política e do uso oportunista do descontentamento das massas com o governo golpista, o Dia Nacional de Luta marcou o ponto de partida do combate.

O capitalismo se encontra em decomposição. A burguesia e

seu governo não têm outra saída senão sacrificar ainda mais os explorados. É completamente absurda a gigantesca dívida pública. É criminoso o quanto o Tesouro Nacional paga de juros aos banqueiros. No entanto, por mais absurdo e criminoso, as reformas da Previdência e trabalhista estão em curso precisamente para sustentar o parasitismo financeiro.

Os explorados ainda não se deram conta de que terão de trabalhar mais, por mais tempo e por salários cada vez mais arroxados para que uma parte maior de sua produção vá para o pagamento da dívida pública. Previdência, direitos trabalhistas, saúde, educação e moradia popular estão na dependência dos juros da dívida. Está aí por que é preciso levantar a bandeira conjunta: Não pagamento da dívida pública! Abaixo as reformas da Previdência, trabalhista e do ensino médio! Essa bandeira deve expressar o programa proletário de estatização do sistema financeiro, sem indenização e sob o controle dos trabalhadores.

Não vamos ficar estancados no dia 15. Vamos exigir dos sindicatos, centrais e movimentos que preparem a greve geral por tempo indeterminado. Formemos comitês de preparação da greve geral nos sindicatos, nos bairros, nos bancos, nas escolas e onde mais estejam os assalariados, os pobres e os oprimidos. Coloquemos em discussão a tarefa de derrubar o governo golpista pela mobilização, pela greve e pelo levante popular. Recusemos a demagogia eleitoral! Rejeitemos a mentira de que a única saída é a volta do PT ao poder pelas eleições! Coloquemos claramente que a classe operária pode e deve lutar sob sua estratégia de poder, que se sintetiza no programa da revolução proletária e na bandeira do governo operário e camponês.

Manifesto

Manifestações de dia 31 de março de 2017

COMO DERROTAR A OFENSIVA DITATORIAL DA BURGUESIA, TEMER E CONGRESSO NACIONAL

28 de março de 2017

Está claro que a decisão de impor a terceirização, a reforma da Previdência, trabalhista e do ensino médio desconhece a rejeição da maioria trabalhadora. Governo e Congresso Nacional se colocaram por cima do País, apoiados somente na classe capitalista brasileira e externamente no imperialismo. A classe operária, os camponeses pobres e a classe média urbana arruinada, que formam a maioria, nada podem influenciar no curso de decisão do governo nascido do golpe de Estado. Michel Temer não tem de prestar contas sequer aos eleitores. Seu mandato presidencial foi decidido por uma frente partidária oligárquica, em um Congresso Nacional divorciado das necessidades mais elementares do povo.

A burguesia optou por interromper o mandato de Dilma Rousseff por entender que o governo de colaboração de classes do PT já não lhe servia. A frente minoritária burguesa pelo impeachment cassou o votou de mais de 50 milhões de brasileiros, em sua grande maioria de pobres e miseráveis. Essa medida antidemocrática teve um claro propósito, embora sem que milhões pudessem entender no momento da cassação do governo petista: o de implantar por cima das massas as brutais medidas, que há muito a burguesia nacional e o imperialismo vinham exigindo.

O projeto de terceirização que acaba de ser aprovado é da época de Fernando H. Cardoso. Desde lá também vêm as “reformas”

da Previdência e trabalhista. Depois do fim da ditadura militar, porém, a burguesia e seus governos ditos democráticos não encontraram condições sociais e políticas para enfiar garganta abaixo dos explorados medidas antipopulares tão draconianas.

O esgotamento do governo pseudo reformista do PT - imerso nos escândalos de corrupção - e o desencantamento de amplas camadas da classe média e operárias, nas condições de profunda recessão, abriram caminho para o golpe e para a imposição do programa econômico de ataque às relações trabalhistas, constituídas desde o governo nacionalista de Getúlio Vargas. Foi necessário que as sucessivas crises políticas, que ocorreram desde o final da ditadura militar, dessem lugar a um governo de conciliação de classes, representado pelo PT, e finalmente a um golpe de Estado, para que um governo ditatorial implantasse o mais plenamente possível as reformas antinacional e antipopular.

Apesar do governo de Temer estar envolvido até a medula na corrupção e viver sobressaltado pela crise política, a burguesia o mantém em pé para cumprir sua função ditatorial, mascarada pela constitucionalidade e pelo funcionamento “normal” do Congresso. Ainda que o regime político não pareça alterado, sem dúvida, com o golpe, se instaurou um período de exceção. Não foi necessária a volta da ditadura militar para que o governo exercesse a



Manifesto

Manifestações de dia 31 de março de 2017

A greve geral formou uma imagem única e grandiosa dos explorados lutando para pôr abaixo a terceirização, a reforma trabalhista e a reforma da Previdência.

função ditatorial de impor ao País e à sua maioria trabalhadora um retrocesso social e trabalhista de tão grande proporção.

O período de conciliação de classes, sob a responsabilidade do PT e aliados, criou as condições e aplinou o caminho para a constituição de um governo de exceção voltado a impor às massas e ao País as reformas antinacional e antipopular há tempo planejadas no seio do poder econômico e político da burguesia.

É com esse tipo de governo e com o forte alinhamento da burguesia brasileira ao imperialismo que nós, os explorados, confrontamos. Significa que somente com a organização da classe operária e com um poderoso movimento da maioria oprimida é possível quebrar a espinha dorsal das reformas capitalistas e pró-imperialistas. Está posta a greve geral. Mas esta depende dos sindicatos e centrais se colocarem por uma frente de combate nacional ao governo, à classe capitalista e ao imperialismo. As reivindicações estão absolutamente claras: *“Abaixo a Lei da Terceirização, as reformas da Previdência, trabalhista e do ensino médio!”* *“Em defesa dos empregos, dos salários e das condições de vida da maioria trabalhadora”*.

Essas reivindicações, sem dúvida, unem as massas contra o governo golpista, o Congresso Nacional e o patronato. São esses os ataques que as atingem imediatamente e que têm fermentado um grande descontentamento nas fábricas, em outros locais de trabalho, nos bairros pobres e nas escolas.

O Partido Operário Revolucionário trabalha pela constituição de uma poderosa frente única sindical, classista e de massa, para vencer o governo golpista e autoritário de Temer. É necessário rejeitar o oportunismo eleitoral. Nada de dividir os explorados com lançamento de candidaturas. Nada de usar a revolta dos explorados contra o governo ditatorial de Temer para preparar o terreno da disputa presidencial em 2018.

A tarefa é a de unir a classe operária, os camponeses, a classe média pobre e a juventude oprimida contra as reformas antinacional e antipopular. É assim que os sindicatos, centrais e organizações estudantis poderão impulsionar uma frente única pela greve geral. É preciso passar do palavreado à organização do movimento.

Há muita desconfiança entre os explorados nas direções burocráticas e na influência que o PT tem sobre os sindicatos. É preciso superá-la por meio das reivindicações, das assembleias democráticas, da formação de comitês e da clara posição de que se

luta pela derrubada da terceirização e das demais reformas reacionárias. As manobras de convencimento de parlamentares e de mudança nos projetos para amenizá-los contribuem para aumentar a desconfiança. O

contrário dessa política, deixando transparente o objetivo da luta, disseminará a confiança entre as massas. O que elevará sua consciência classista e motivará sua organização independente.

As manifestações do dia 15 de março serviram para mostrar o descontentamento da população. Mas não foram suficientes para direcionar o movimento para a greve geral. Este dia 31 é muito importante para a sua continuidade. O fracasso da manifestação domingueira da direita, no dia 26, de apoio ao governo Temer, por sua vez, indicou que boa parte da classe média já não está com o governo golpista. Está sentindo o gosto amargo e o mau cheiro do golpe.

A luta consequente contra as reformas trará para o combate uma imensa parcela que se desencantou do PT. O governo, o Congresso Nacional e a burguesia sentirão o impacto das mobilizações caso estas ganhem unidade e projeção em todo o País.

Certamente, com o avanço da luta contra as reformas será colocada na ordem do dia a defesa dos empregos e salários. Os explorados verão a necessidade de defender um programa de reivindicações, entre as quais estarão o salário mínimo vital, escala móvel das horas de trabalho, o controle operário da produção, o não pagamento da dívida pública e outras. O momento é de mobilizar e organizar amplamente um movimento unitário das massas, sob a direção da política proletária. É a da vanguarda trabalhar pela independência de classe dos explorados. É de convocar as assembleias, formar os comitês de combate, ganhar as ruas, conquistar a confiança nos objetivos e ter em mente a possibilidade de derrotar nas ruas e com a greve geral o governo golpista, a ditadura civil de Temer.

Toda força às manifestações do dia 31! Edificar a confiança nas nossas próprias forças! Rejeitar os desvios parlamentaristas e eleitoreiros! Pôr abaixo as reformas antinacional e antipopular de Temer, do Congresso e da burguesia parasitária!

O livro cobre as principais manifestações da crise política, das ações governamentais, das respostas dos explorados, das manobras políticas da burocracia sindical e da atuação do Congresso Nacional entre junho de 2016 e abril de 2018. Assim como as formulações e linha política desenvolvida pelo POR, em cuja base se encontra o programa da revolução proletária.



R\$35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**

Viva a greve geral de 28 de abril!

Abaixo as reformas antinacional e antipopular de Temer!

28 de abril de 2017

Ou derrubamos as reformas da Previdência e trabalhista, ou pagaremos caro com nossas vidas e a de nossas famílias. Ou enterremos as reformas antinacional e antipopular do governo golpista, do Congresso Nacional e da burguesia, ou o capital estrangeiro se apossará ainda mais da economia brasileira. Ou derrotamos a política de reformas do governo Temer, ou a classe operária, a classe média urbana empobrecida, os pequenos camponeses e a juventude serão sacrificados. Ou enfrentamos o governo e os exploradores com greves, manifestações, bloqueios e com todos os meios da ação direta coletiva, ou a ditadura de classe da burguesia esmagará a maioria nacional oprimida. Essa é a situação em que se encontra o País e a imensa população trabalhadora.

Estamos mais do que atrasados em nossa união, a união de todos os explorados, dos pobres e dos miseráveis. Uma poderosa greve geral mostrará como de fato o Brasil está dividido. De um lado, estão os banqueiros, os industriais, os latifundiários, os grandes comerciantes, seus governos, seu Congresso Nacional e seus partidos. De outro, os operários, os camponeses e a classe média urbana pobre. De um lado, estão os exploradores que querem ferrar com nossa aposentadoria e com nossos direitos trabalhistas. De outro, os explorados que se matam de trabalhar por um salário de fome, que vivem açoitados pelas demissões e sofrem com o desemprego. De um lado, os ricos que ficam cada vez mais ricos. De outro, os pobres cada vez mais pobres. Trabalhadores, vamos unidos à greve geral! Vamos defender nossa aposentadoria! Vamos defender nossos direitos trabalhistas!

O governo golpista de Temer mente. Diz que aumentará a idade e o tempo de contribuição para o trabalhador se aposentar porque assim garantirá o pagamento da aposentadoria. A verdade é que produzimos em nossas vidas riquezas capazes de nos aposentar várias vezes. Os capitalistas que nos exploram lucram imensamente com o que produzimos coletivamente. Quantos de nós poderão se aposentar? Muitos amargam o desemprego. Temos nossos empregos interrompidos de quando em quando. Não temos estabilidade. Hoje, recebemos um mísero salário. Amanhã, estamos desempregados. O que acontece com os treze milhões e quinhentos mil desempregados de hoje? Amanhã, seremos um exército de desempregados ainda maior. Temos de dizer: GREVE GERAL EM DEFESA DA APOSENTADORIA. Lutamos por uma idade mínima menor e um tempo menor de contribuição.

O governo golpista de Temer mente. Diz que com a terceirização, com os contratos de trabalho precarizados, com a possibilidade dos patrões reduzirem a jornada reduzindo os salários, com os contratos por tempo de trabalho determinado e com a maior facilidade de demitir seriam abertos novos empregos. A verdade

é que os exploradores ficarão livres de leis para fazer o que bem entender com nosso contrato de trabalho. Está aí por que a reforma trabalhista acaba com o contrato coletivo de trabalho e cria os contratos individualizados. Cada patrão poderá decidir sobre nossa jornada, nossos salários e nossos direitos. Hoje, nenhum patrão isolado pode violar a lei geral trabalhista. Com a reforma trabalhista, O ACORDADO PREVALECERÁ SOBRE O LEGISLADO. Isso quer dizer que os patrões e a direção do sindicato podem fazer um acordo que passa por cima de qualquer lei geral. Ficaremos inteiramente nas mãos dos exploradores e das direções sindicais corrompidas. Temos, portanto, de dizer: GREVE GERAL PARA ENTERRAR AS REFORMAS DA Previdência E TRABALHISTA.

O governo Temer e o Congresso Nacional ocultam a verdade. Os partidos da burguesia deram um golpe de Estado e derrubaram o governo de Dilma Rousseff. Disseram que foi para combater a corrupção, para moralizar o País e para cumprir as leis. Mentiram



Somente com uma Greve por tempo indeterminado e com grandes manifestações derrubaremos definitivamente as malditas reformas de Temer, do Congresso Nacional e da burguesia.

para o povo. Colocaram Temer na presidência para impor as malditas reformas e medidas: Lei do Teto, reforma do ensino médio, reforma da Previdência, reforma trabalhista, lei que permite os capitalistas estrangeiros comprarem livremente terras no Brasil, lei que dá mais poder às multinacionais do petróleo, lei que entrega o

sistema de aviação ao capital estrangeiro e avanços nas privatizações de aeroportos e portos.

O governo Temer e o Congresso Nacional escondem que a reforma da Previdência serve para cortar gastos com a aposentadoria e, assim, economizar recursos para pagar juros aos banqueiros que sangram o Tesouro nacional. A gigantesca dívida pública é colocada acima das necessidades da população, acima dos salários, dos empregos, da aposentadoria, da saúde, da educação e da moradia. Basta não pagar a dívida pública para que o Tesouro economize o suficiente para atender as necessidades mais elementares dos explorados. Não por acaso, grandes empresas devem R\$ 400 bilhões ao INSS e não pagam. Trabalhadores, o governo dos capitalistas só pode proteger os capitalistas. Por isso, descarregam a crise sobre nossos ombros. Na nossa greve geral, dizemos: NÃO VAMOS NOS SACRIFICAR PARA PAGAR A DÍVIDA PÚBLICA.

Estamos diante de um governo ditatorial, que juntamente com um Congresso Nacional corrupto, está impondo em tempo recorde

4 Duas traições

mudanças antinacionais e antipopulares ao País e à maioria oprimida. Nem mesmo as centrais e sindicalistas que apoiaram o golpe foram ouvidos. As reformas estão sendo impingidas por cima da população, contra a vontade da maioria. Somente com uma GREVE POR TEMPO INDETERMINADO E COM GRANDES MANIFESTAÇÕES DERRUBAREMOS DEFININITIVAMENTE AS MALDITAS REFORMAS DE TEMER, DO CONGRESSO NACIONAL E DA BURGUESIA. Paramos o País no dia 28 e mostramos ao governo que unidos somos capazes de pôr em pé uma greve geral por tempo indeterminado. Não vamos permitir que a ditadura civil de Temer enfie garganta abaixo dos assalariados e dos camponeses pobres as reformas capitalistas! Não vamos permitir que o Congresso Nacional da oligarquia burguesa desgrace nossas vidas!

Não podemos nesta luta deixar de denunciar e rechaçar a chacina dos camponeses no Mato Grosso e o assassinato do líder do MST Silvino Nunes Gouveia em Minas Gerais. Os latifundiários,

grileiros, madeireiros e garimpeiros são parte da burguesia. Continuam enfrentando os sem-terra com terror, chacinas e assassinatos de dirigentes do movimento. Viva a luta dos camponeses pela terra! Organizemos a aliança operária e camponesa! Lutemos para pôr abaixo o capitalismo bárbaro. Lutemos por um governo operário e camponês!

Toda força à greve geral!

Se o governo e o Congresso Nacional não nos atenderem e não pararem com as reformas, marchemos rumo à GREVE GERAL POR TEMPO INDETERMINADO.

Vamos parar o País e exigir das centrais sindicais e sindicatos seriedade e fidelidade absolutas com nossas reivindicações e com nosso movimento unitário.

Viva a luta unitária dos operários, dos camponeses, de todos explorados e da juventude, oprimidos pelo capitalismo que apodrece e nos leva à barbárie social.

A greve geral golpeia o governo Temer

Publicado em Massas 541 – 7 de maio de 2017



A greve geral tinha tudo para ser mais potente. A primeira condição básica era a de que a maioria estivesse contra as reformas. O que se confirmou. A segunda era a de que a classe operária estivesse disposta a lutar. O que também se confirmou. A terceira era a de que estivesse organizada. O que não se confirmou. Neste ponto, reside a responsabilidade das direções sindicais.

Caso a greve geral não ocorresse, o governo golpista, parlamentares, imprensa e consortes diriam que a “sociedade brasileira” está com as reformas. Diriam que venceu a “confiança no Brasil melhor”. Em especial, os editoriais da imprensa monopolista e a renque de comentaristas muito bem pagos gritariam contra a “minoridade de baderneiros”. Mas não puderam ter essa satisfação.

A greve geral foi nacional, se projetou na maioria dos centros urbanos, mobilizou milhares de ativistas, permitiu bloqueios de ruas, avenidas e rodovias.

O dia 28 calou o repetitivo, cansativo e desorientador noticiário sobre a corrupção. Calou a cantilena de que as reformas são para o bem da população e do País. Tirou das telas das TVs as imagens e os assuntos de sempre.

A greve geral, os bloqueios, as manifestações e a presença ostensiva da tropa de choque nos centros e até mesmo nas periferias

das grandes cidades, atirando bombas, balas de borracha e golpeando com os cassetetes os lutadores, todos esses acontecimentos formaram uma grande imagem do País em pé de guerra contra as reformas antinacional e antipopular de Temer, do Congresso Nacional oligárquico, do Judiciário, da Operação Lava Jato, da imprensa, da Fiesp, da Febraban, da CNI. Enfim, contra as reformas da burguesia brasileira e do imperialismo.

A greve geral formou uma imagem única e grandiosa dos explorados lutando para pôr abaixo a terceirização, a reforma trabalhista e a reforma da Previdência. Operários da indústria, motoristas, maquinistas, operadores, bancários, professores, estudantes e uma multidão de trabalhadores e jovens se ergueram com uma só voz: “Abaixo as reformas”.

Imperou no dia 28 a vontade da imensa maioria. Imperou a democracia dos explorados, dos pobres e miseráveis. Imperou o parlamento das ruas. As massas e sua vanguarda combativa votaram pelo Não. Mostraram, por meio da ação direta e coletiva, que o Congresso Nacional não passa de uma instituição da burguesia e que somente serve aos interesses dos exploradores. A tropa de choque e toda imprensa, ou combatendo com a força das armas, ou condenando pelas palavras a greve geral, por sua vez, mostraram-se serviçais da ultraminoria capitalista que descarrega a crise econômica e a falência do sistema de exploração do trabalho sobre a maioria que produz as riquezas e que padece da pobreza.

A greve geral definiu muito bem os dois Brasis: o dos banqueiros, industriais, agroindustriais, das multinacionais, dos parasitas; e o dos operários, dos camponeses, da classe média arruinada, da juventude oprimida, dos desempregados, dos subempregados, dos pobres e miseráveis. Mostrou, com toda evidência, o Brasil dos exploradores que querem impor as bárbaras reformas e o Brasil dos explorados se defendendo com a greve, bloqueios e manifestações.

Temer foi obrigado a se pronunciar. Disse que continuará com as reformas. Procurou diminuir a importância da voz das ruas. Emitiu o juízo de que houve um protesto, mas não a greve geral. Instruiu os lacaios da imprensa monopolista a enfatizar “a baderna” e a “violência”. A justificar a ação da tropa de choque. Mas não há como esconder os fatos. Há como ocultar, como fez a imprensa monopolista que selecionou as imagens. Mesmo assim, os fatos se

impuseram. Os explorados sentiram e viram sua força social.

O governo foi golpeado. O Congresso Nacional foi desautorizado a falar em nome da população. Não há nenhuma dúvida que terão de impor à força as medidas reacionárias. Terão de contrariar a vontade da esmagadora maioria da nação.

Sabemos, porém, que o governo não foi derrotado. E que redobrá os esforços para ir adiante com as reformas. Temer nasceu de um golpe de Estado. Sua missão é a de limpar a área. De cumprir o objetivo de descarregar a crise capitalista sobre os ombros da população trabalhadora. De arrumar recursos para sustentar a gigantesca dívida pública e pagar bilhões em juros. De prosseguir com o parasitismo financeiro. Está aí por que é um governo que não se sujeita e não se preocupa com as pressões das massas. O golpe e o governo constituído, assim, cumprem o papel de uma ditadura civil. A greve geral, portanto, se levantou contra esse poder da burguesia. Mas ainda não foi suficientemente forte para quebrar a política antinacional e antipopular.

O 1º de Maio fragmentado, festivo, corporativo e eleitoreiro interrompeu o impulso das massas, que se iniciou no dia 15 de março e se elevou em 28 de abril. As centrais sindicais deveriam manter a classe operária, os demais trabalhadores e a juventude unidos. Um 1º de Maio unitário e voltado contra as reformas seria um 1º de Maio de continuidade da greve geral. Mas prevaleceram os interesses particulares e a politicagem da burocracia sindical. É necessário reconhecer, portanto, as limitações impostas ao movimento.

A greve geral tinha tudo para ser mais potente. A primeira condição básica era a de que a maioria estivesse contra as reformas. O que se confirmou. A segunda era a de que a classe operária estivesse disposta a lutar. O que também se confirmou. A terceira era a de que estivesse organizada. O que não se confirmou. Neste ponto, reside a responsabilidade das direções sindicais.

Durante anos de política de conciliação de classes, o proletariado foi mantido na passividade. Nem mesmo diante da onda de demissões massivas, as centrais e os sindicatos se uniram em uma frente única para defender os empregos. Ao contrário, participaram da implantação da flexibilização capitalista do trabalho, com seu banco de horas, lay-off, suspensão temporária e PDVs. Adaptaram-se à terceirização nas chamadas atividades meio. É o que explica por que a classe operária não compareceu mais coletiva, mais coesa e mais ofensiva.

A unidade contra as reformas veio da necessidade dos explorados. Veio de sua rejeição à destruição de antigas conquistas trabalhistas e previdenciárias. Mas não veio da política das direções da CUT, da Força Sindical, da CTB, etc. A greve geral somente não foi mais potente porque essas direções orientaram a classe operária para a greve passiva. A paralisação das fábricas não se destacou. E a presença dos operários nas manifestações não se fez sentir. Uma parcela das camadas oprimidas da classe média cumpriu a função

vital de ganhar as ruas. A grande concentração no Largo da Batata, em São Paulo, atesta essa observação. Não foi unitária. Foi petista. Foi preparada para servir à política burguesa do PT. E funcionou como tribuna para a política eleitoral e parlamentar do PT.

A greve geral padecia da falta de uma direção classista e de uma política proletária. Temer e a burguesia estavam apreensivos com a atitude das massas operárias. Folgaram em ver que o contingente da classe operária que assumiu a greve foi orientado a não sair de casa e os que acatavam a greve mediante os piquetes e bloqueios deveriam voltar para casa. Os sindicatos operários não organizaram a unidade grevista. Mas é preciso destacar o lugar dos trabalhadores do transporte público. Estes sim foram organizados desde as assembleias, uma vez que sua atuação na greve seria fundamental. O mesmo deveria ter sido feito em todos os sindicatos. A classe operária organizada pela base é a principal força para derrotar e enterrar as malditas reformas.

Esse é o próximo passo. Trata-se de impulsionar os comitês de base, de convocar novas assembleias, de propagandear a importância do dia 28, de denunciar a inflexibilidade do governo e de mostrar que o movimento de resistência tem de se preparar rapidamente para a greve geral por tempo indeterminado. As centrais devem romper o corporativismo, jogar no lixo a política de conciliação de classes e superar as ilusões no Congresso Nacional. Devem se colocar por uma verdadeira frente única de luta contra as reformas e o governo golpista. Não pode haver nenhuma dúvida de que os explorados estão contra as reformas e dispostos à luta.

Nossa greve geral foi vitoriosa porque quebrou o cerco repressivo, político e ideológico da burguesia, voltado a impedir a luta nacional. Vitoriosa porque golpeou o governo, mostrando o amplo descontentamento das massas. Vitoriosa porque tem como dar um novo passo para golpear mais fundo o governo burguês golpista. Mas foi apenas um primeiro passo.

É preciso avançar na elevação da consciência política dos explorados e impulsionar a sua organização independente pela base. Temos de vencer o divisionismo latente entre as centrais. Temos de conquistar uma poderosa unidade proletária.

É assim que reagiremos à declaração de Temer de que seu governo continuará com as reformas. É assim que caminharemos para a greve geral por tempo indeterminado. É assim que não apenas golpearemos o governo, mas também o derrotaremos. Nosso objetivo não é o de negociar mudanças nas reformas, como quer o deputado Paulinho da Força. Nosso objetivo é o de enterrar as reformas antinacional e antipopular da burguesia.

Viva a Greve Geral de 28 de maio!

Voltemos imediatamente à luta!

Derrotemos e enterremos as malditas reformas de Temer!

Por uma greve geral por tempo indeterminado!

**PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL
DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA
RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL**



R\$ 35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DE MASSAS**

É preciso uma clara definição dos novos passos da luta contra o governo golpista e suas reformas

Massas 543 – 4 de junho de 2017

Nessa semana, as centrais sindicais se reuniram para fazer uma avaliação da marcha a Brasília e definir os novos passos. Os informes da CUT, Força Sindical e CSP-Conlutas são genéricos, o que revelam a indefinição da reunião. A CUT disse que foi indicada uma nova greve geral e como referência anunciou o período de 26 a 30 de junho. A CSP-Conlutas fala que a única resolução foi a decisão da nova greve geral. Enquanto que as demais centrais dizem que a reunião de 5 de junho é que definirá a greve. Nas discussões, o que prevaleceu é que não seria possível uma greve geral de 48 horas, conforme defendido pela Conlutas. No entanto, havia um acordo de que as mobilizações de “pressão aos deputados” devem continuar, bem como a bandeira do “Fora Temer”. A reunião encerrou marcando outra.

A nota da Força Sindical, em tom eufórico, diz que é preciso aproveitar o ritmo das vitórias de 15 de março, da greve geral de 28 de abril e da marcha a Brasília de 24 de maio para fazer uma nova greve em “defesa da democracia, da soberania nacional e das conquistas históricas da classe trabalhadora”. Reprova Temer e o Congresso Nacional por insistirem na aprovação das reformas. E conclui: “É greve neles, por Nenhum Direito a Menos e Diretas, Já!”

O Comunicado da CUT enfatiza que a data exata da greve deve acompanhar o calendário das reformas no Congresso Nacional. Explica que é preciso impedir a tramitação das reformas no Congresso. Também defende o “Fora Temer” e “Eleições diretas”.

A CSP-Conlutas, depois de afirmar que “uma nova greve geral no período de 26 a 30 de junho é a principal resolução”, diz que ainda não há uma data exata e que isso ficou para a próxima reunião. Destaca que as centrais mantêm a bandeira unitária do “Fora Temer”. Lamenta que as centrais não aceitaram a greve por 48 horas. E informa que “uma comissão estará no Senado para pressionar os parlamentares para que arquivem os projetos”.

Como se vê, as notas das centrais mostram que não há uma firme decisão de derrubar e enterrar as reformas da Previdência e trabalhista. O que há de comum é a pressão ao Congresso Nacional, os lobbies aos gabinetes. Isso na tentativa de convencer os parlamentares a encontrarem uma saída negociada. Não se trata de derrubar o governo golpista lambuzado de corrupção pela ação direta das massas, mas sim pela convocação de eleições diretas. Essas burocracias sindicais criam ilusões de que essa política pode trazer vantagens para os trabalhadores.

Os operários que fizeram a greve geral de 28 de abril se mostram dispostos a lutar, embora uma parcela tenha reclamado de que o “sindicato” não foi à porta da fábrica e que tiveram dois dias de descontos. Mesmo assim, segue grande o sentimento de rejeição ao governo e às reformas.

O grave é que as burocracias sindicais, depois da greve geral,

desmontaram o movimento, reaparecendo um mês após com a marcha a Brasília. Agora, dão mais um mês para uma indefinida greve geral. Esse ziguezague só favorece a decisão de Meirelles e da burguesia de impor as reformas, independentemente dos escândalos de corrupção envolvendo o golpista Temer e os parlamentares.

Burocracias dizem que a nova greve deve ser maior que a de 28 de abril

Sem definir a data da greve, burocratas fazem apologia de uma grande greve. Mas tudo a depender da tramitação das reformas no Congresso Nacional. A greve geral comparece como acessório. O principal continua sendo a pressão parlamentar. Não tomam a greve geral como um poderoso instrumento para derrubar o governo golpista e suas reformas. A política da burocracia sindical é a da defesa da democracia burguesa e, portanto, o campo de ação é o Parlamento. Está, assim, em contradição com o campo próprio dos explorados, que é o da ação direta.

Uma verdadeira greve geral para enterrar as reformas e o governo golpista

De fato, é preciso de uma portentosa greve geral. Se a classe operária e demais explorados não se colocarem em pé de guerra contra o governo e suas reformas, não têm como quebrar tamanha ofensiva. Não será de um dia, ou de 48 horas. Terá de ter como objetivo potenciá-la para alcançar o patamar da greve geral por tempo indeterminado. A burguesia e seu governo só recuarão com a paralisação da produção e manifestações diárias por todo o país. Se as condições organizativas ainda não permitem uma greve por tempo indeterminado, é dever das direções sindicais trabalharem insistentemente para materializá-la. E não a rejeitar, porque estarão rejeitando a via segura para pôr abaixo as reformas e o governo golpista e corrupto.

É necessário, portanto, tomar as seguintes medidas:

1. Que os sindicatos convoquem assembleias nas fábricas, nas garagens dos transportes coletivos, em outros locais de trabalho e constituam os organismos de base, os comitês de luta;
2. Que sejam convocadas plenárias sindicais e populares unitárias para impulsionar a paralisação;
3. Que haja intensa agitação e propaganda das reivindicações e da greve geral junto aos operários e demais trabalhadores;
4. Que o movimento popular e os estudantes se integrem aos comitês de luta;
5. Que o MST e demais movimentos pela terra preparem desde já as marchas, visando aos bloqueios de rodovias e pedágios;
6. Que de fato se constitua uma frente única de ação para derrubar e enterrar as reformas da Previdência e trabalhista.

(...) é preciso de uma portentosa greve geral. (...) Não será de um dia, ou de 48 horas. Terá de ter como objetivo potenciá-la para alcançar o patamar da greve geral por tempo indeterminado.

Direção da CUT aceita uma reforma trabalhista e da Previdência, desde que negociada

Massas 545 – 2 de julho de 2017

Em nota de 28 de junho, a CUT lançou a bandeira: “*retirem as reformas de pauta e vamos para a mesa de negociação*”. O seu presidente, Vagner Freitas, declarou em tom de desafio aos parlamentares que recomecem as reformas do zero e que se abra uma mesa de negociação. Reproduziu na nota da CUT essa exigência apresentada em uma audiência pública no Senado. Eis: “*Disse ontem (27), na minha intervenção durante a audiência pública: não querem fazer negociação?*

Pratiquem a negociação. Retirem essa proposta esdrúxula e, passando essa turbulência eleitoral e política, a gente faz uma eleição direta, elege novo Congresso, nova presidência e coloca uma mesa de negociação trabalhista e previdenciária num governo eleito e em livre negociação. Não no legislativo. Dizem que querem enfatizar negociação sobre o legislativo, mas o que estão fazendo aqui é exatamente o contrário, à revelia dos trabalhadores”.

Estamos diante de uma confissão contrária às necessidades e os interesses da classe operária e demais assalariados. Freitas admite pôr a CUT a serviço de uma reforma trabalhista e previdenciária, colocadas por um governo e um Congresso Nacional eleitos. Oculta, assim, o conteúdo de classe das reformas. As mudanças nas relações trabalhistas e previdenciárias têm sido colocadas – isso há muito tempo – como necessárias pelos capitalistas e seus governos. Não nasceram, portanto, das necessidades e das reivindicações da classe operária e demais explorados. É a burguesia que está impondo aos oprimidos suas reformas e não o contrário.

A crise econômica em escala mundial, a guerra comercial e as pressões sobre a taxa média de lucro dos capitalistas têm obrigado os governos a imporem reformas regressivas e reacionárias. Em termos gerais, tais reformas regressivas aumentam a taxa de exploração da força de trabalho. Qualquer que seja a via adotada para impô-las, servirão apenas às necessidades do capital.

A burocracia quer ser ouvida e reclama a negociação, porque pretende aparecer diante da classe operária como aqueles que diminuíram em alguns pontos o brutal ataque dos exploradores contra os explorados. Agarra-se a eleições e a democracia como se esse regime político fosse a salvação da classe operária, dos camponeses e das camadas médias arruinadas. Em outras palavras, por meio da ação parlamentar, os sindicalistas negociam com os representantes da burguesia o quanto é possível prejudicar as condições de trabalho e existência das massas. Não admitem a premissa classista de que direitos conquistados e empregos não se negociam, se defendem por meio da luta de classes.

Está mais do que claro que a Lei da Terceirização, a mudança no regime previdenciário e nas relações trabalhistas não são necessárias para o conjunto dos trabalhadores. Mas são inteiramente necessárias para o conjunto da burguesia. Nossa luta, portanto, não é para negociá-las, mas para impedi-las em sua totalidade. A bandeira correta, classista, é justamente contrária à levantada por Vagner Freitas. Eis: não temos o que negociar aquilo que já é conquista dos trabalhadores. Negociar nestas condições é admitir perdas de direitos. O princípio classista é de que não se negocia perda de direitos.

A burocracia sindical, portanto, adaptada ao capitalismo e à de-

mocracia burguesa, não organiza a luta contra a destruição de direitos, mas utiliza a movimentação limitada dos explorados para negociar perda de direitos. É o que está propondo o dirigente da CUT. É por essa via que se desenvolve a política de conciliação de classes.

Criticamos e rechaçamos a bandeira “*retirem as reformas de pauta e vamos para a mesa de negociação*”, partindo de princípios classistas.

Vejamos, agora, a reclamação de Freitas diante das reformas

Freitas admite pôr a CUT a serviço de uma reforma trabalhista e previdenciária, colocadas por um governo e um Congresso Nacional eleitos. Oculta, assim, o conteúdo de classe das reformas.

de Michel Temer. Os burocratas não rechaçam integralmente os projetos montados por Meirelles. Apenas rechaçam o governo caracterizado como “ilegítimo”. É “ilegítimo” porque nasceu do impeachment de Dilma Rousseff e, portanto, não foi eleito. Um governo “ilegítimo” não pode fazer reformas que atingem os interesses populares e nacionais. Por não ser “legítimo”, Temer e o Congresso Nacional não negociaram os projetos de reformas com as centrais. Como se vê, não está em questão o caráter e o conteúdo das reformas, mas sim o caráter e o conteúdo do governo. Seu caráter é dado pela “ilegitimidade” e seu conteúdo, pela corrupção. Daí ser um governo “ilegítimo” e corrupto. A conclusão passa a ser a de que é necessário um governo “legítimo” e honesto para colocar em pauta as reformas e a negociação. Assim a CUT, se orientando pela política de oposição burguesa do PT, pleiteia a convocação de eleições, comprometendo-se desde já a sentar em torno de uma mesa de negociação para montar as reformas, que são do interesse da classe capitalista.

A Força Sindical e a UGT, que se alinharam ao movimento golpista, não se preocupam em caracterizar o governo e o Congresso Nacional. O problema dessa fração burocrática de direita está no fato de Temer desconhecer-las e não convidá-las a participar da elaboração das reformas. Bastou um aceno do governo mergulhado na crise para que os burocratas rompessem a frente única que organizou a greve de 28 de abril e sabotassem a convocação de uma nova greve geral. O realismo da Força Sindical e da UGT não exige vincular as reformas ao caráter do governo.

Sob a máscara burguesa da “legitimidade”, a CUT e seus aliados subordinaram o combate das massas às reformas à convocação de eleições diretas. Essa subordinação desviou o choque dos explorados contra o governo golpista, burguês e pró-imperialista de Temer. Renunciou, não em palavras, mas de fato, à luta pela derrubada das reformas.

Os explorados e sua vanguarda devem rechaçar terminantemente a bandeira “*Retirem as reformas de pauta e vamos para a mesa de negociação*”. Rechaçar a posição de constituir um novo governo e um novo Congresso por meio das eleições para iniciar do zero as negociações em torno das reformas trabalhista e previdenciária. Nossa bandeira: organizar a greve geral por tempo indeterminado para derrubar e sepultar integralmente as reformas antinacional e antipopular do governo burguês, golpista e corrupto de Temer.

Combater com greve e nas ruas a implantação da reforma trabalhista

Massas 546 – 16 de julho de 2017

O governo golpista de Temer rapidamente sancionou a reforma trabalhista, aprovada no Senado no dia 11 de julho. A reforma que liquida totalmente a CLT entrará em vigor em 120 dias. Valerá para todos os trabalhadores, desfazendo assim a mentira de que serviria apenas para os novos contratados. O Ministro do Trabalho correu a corrigir a informação de que ao entrar em vigor atingiria apenas os novos contratos. A promessa de Temer, feita às burocracias da Força Sindical e UGT de que modificaria alguns pontos da reforma por meio de Medidas Provisórias, ficou para depois.

A classe operária e demais trabalhadores, que assistiram seus empregos e direitos serem mutilados e enterrados, devem tomar essa experiência negativa para as próximas lutas. Devem exigir que as direções sindicais convoquem assembleias e aprovem um plano de combate à implantação da reforma trabalhista. Devem responsabilizar as burocracias sindicais pela derrota sem luta. Pelo blefe da greve geral de 30 de junho, pela farsa da

para a maioria que sobrevive da venda de sua força de trabalho.

Com maior liberdade e com maior poder, os capitalistas poderão ampliar a exploração da força de trabalho. Parte das alterações já estava sendo posta em prática, como os acordos de flexibilização do trabalho implantado pelas multinacionais nas indústrias automobilísticas. O empenho da burguesia e de seu governo de impor a draconiana reforma trabalhista expressa a decomposição do capitalismo mundial, o império da lei econômica de queda da taxa média de lucratividade e a guerra comercial. As leis econômicas na época do capitalismo imperialista não permitem reformas em favor da força de trabalho e impulsionam as reformas regressivas (contrarreformas), que destroem velhas conquistas do proletariado. Não por acaso, a reforma trabalhista no Brasil, guardando as devidas particularidades, corresponde à ofensiva mundial da burguesia de descarregar a crise sobre os explorados em toda parte.

Certamente, boa parte da classe operária e dos explorados em geral ainda não tem a dimensão do que foi a aprovação da reforma trabalhista. Boa parte foi arrastada pela campanha mentirosa da imprensa monopolista e pelos milhões de reais que Temer entregou aos meios de comunicação para alimentar as falsidades em torno dos benefícios que traria a reforma, entre eles a volta dos empregos. Aí está a

responsabilidade dos sindicatos e das centrais no desmonte da luta após a greve geral de 28 de abril.

O caminho, agora, é o combate pela não implantação da reforma. O que implica redobrar os esforços nas portas das fábricas e em todos os locais de trabalho, numa enorme campanha, em torno da organização da greve geral para pôr abaixo a reforma trabalhista. Temos pela frente a tarefa de impedir a aprovação da reforma da Previdência. Lutemos pela revogação da reforma trabalhista e enfrentemos sua implantação. Lutemos para derrubar e enterrar a reforma da Previdência. Essa gigantesca tarefa implica reorganizar as forças unitárias dos trabalhadores para retomar a greve geral. É necessário exigir assembleias nos sindicatos, formar e ampliar os comitês de base já existentes.

O caminho, agora, é o combate pela não implantação da reforma. O que implica redobrar os esforços nas portas das fábricas e em todos os locais de trabalho, numa enorme campanha, em torno da organização da greve geral para pôr abaixo a reforma trabalhista. Temos pela frente a tarefa de impedir a aprovação da reforma da Previdência. Lutemos pela revogação da reforma trabalhista e enfrentemos sua implantação.

pressão parlamentar e pelo velório que se armou em frente ao Congresso Nacional no 11 de julho.

A reforma trabalhista foi a recompensa dada por Temer aos capitalistas e suas entidades de classe (Fiesp, etc.) pelo apoio dado ao golpe de Estado. Há muito tempo, reclamavam o fim da CLT, considerada como um entulho do governo varguista diante da “modernização” das relações trabalhistas. O golpista Temer usou bem o ditado “uma mão lava a outra”.

A draconiana reforma trabalhista determina a prevalência de acordos entre patrões e empregados sobre a Lei, o parcelamento de férias, a flexibilização e a terceirização em toda a linha, a ampliação da jornada de trabalho, o trabalho intermitente (o contrato para serviços esporádicos), o trabalho de mulheres grávidas em lugares insalubres, entre outras desgraças



PT convoca manifestação contra a condenação de Lula

Qual é a unidade necessária para derrotar a ofensiva da burguesia?

18 de julho de 2017

Era grande a possibilidade do juiz Sérgio Moro condenar Lula. O motivo fundamental era e é inviabilizar sua candidatura em 2018. Trata-se, claramente, de uma ação antidemocrática.

Há, sem dúvida, uma relação entre o golpe que derrubou Dilma Rousseff e a sentença ditada por Moro. O impeachment passou por cima das eleições presidenciais de 2014 e cassou o voto de milhões, que deram o quarto mandato ao PT.

A Operação Lava Jato esteve na base do golpe de Estado. Forneceu a munição necessária para pôr em pé o movimento da classe média e armar um falso clima político de defesa da moral e da ética. A falsidade desse movimento se tornou ainda mais evidente diante do escândalo que atingiu o golpista Temer. A utilização do moralismo burguês e pequeno-burguês serviu em parte para confundir e, em parte, para ocultar que se tratava iminentemente de um golpe reacionário, cujo objetivo era o de implantar furibundas reformas antinacional e antipopular. Sob a máscara de um processo legal, constitucional e democrático, a frente burguesa derrubou o governo eleito.

A condenação de Lula completa o impeachment de Dilma. Há um setor da burguesia que considera imprescindível inviabilizar a candidatura de Lula. A volta do PT ao poder, embora muito mais difícil, representará uma derrota das forças golpistas. Dizemos muito difícil não só porque a Operação Lava Jato revelou os laços da política burguesa com os poderosos grupos econômicos, mas também pelo fato de que, em última instância, quem decide as eleições é o mesmo poder econômico. Inevitavelmente, todos os partidos eleitorais dependem da fonte de financiamento empresarial, uns mais, outros menos.

Por trás da Operação Lava Jato, desenvolve-se uma acirrada guerra comercial, que, por sua vez, tem em sua base as necessidades do capital imperialista. A crise econômica mundial impulsiona os choques interburgueses, que acabam se convertendo em crise política. A administração do Estado burguês pelo PT se tornou um obstáculo às exigências do capital financeiro. Está aí por que o golpe tem como conteúdo econômico as reformas antinacional e antipopular.

Não é auspicioso para a burguesia ter à frente da presidência da República uma camarilha de corruptos, comprovadamente reconhecidos pela própria Lava Jato. Mas, a honestidade e a probidade nunca foram e nunca serão uma condição indispensável aos governos da sociedade de classe. Via-de-regra, a delinquência é parte inerente da política burguesa e do funcionamento do Estado. Coube a um dos governos mais gangsteris da República impor



A condenação de Lula completa o impeachment de Dilma. Há um setor da burguesia que considera imprescindível inviabilizar a candidatura de Lula. A volta do PT ao poder, embora muito mais difícil, representará uma derrota das forças golpistas.

a reforma trabalhista, que arrasa e acaba com velhas conquistas da classe operária.

No mesmo momento em que a Comissão de Constituição e Justiça era manipulada e inocentava o bandido Temer, o juiz Moro sentenciava Lula a 9 anos e seis meses de detenção e 7 anos de proibição ao exercício de qualquer função pública. Temer tem sido mantido no poder a qualquer custo, dado que o legislativo, o judiciário e o Ministério Público promoveram o golpe do impeachment. As contradições, que têm por base a guerra comercial, impossibilitaram harmonizar as instituições do Estado, de forma que o Ministério Público teve de acusar Temer de “corrupção passiva”. Tudo indica que o Congresso Nacional interromperá a ofensiva do Procurador-Geral, Rodrigo Janot. E, se não for assim, já está engatilhada a sucessão de Temer, que caberá ao presidente da Câ-

mara Federal, Rodrigo Maia. Está nos cálculos da frente golpista impedir a volta do PT ao poder.

Aparentemente, a condenação de Lula é tão somente resultado de uma investigação policial e judicial. Sob essa aparência, oculta a luta interburguesa para inviabilizar eleitoralmente o PT. Os meios e métodos policiais/judiciais para impossibilitar a candidatura de Lula devem ser denunciados e rechaçados.

É nesse sentido preciso que o Partido Operário Revolucionário (POR) comparece nas manifestações convocadas pelo PT, CUT, CTB, MST e movimento populares com a bandeira de não condenação de Lula e pelo direito democrático de concorrer às eleições. Cabe à classe operária e à maioria oprimida fazer o julgamento político do ex-presidente. Para isso, terá de constituir um verdadeiro Tribunal Popular. É por meio das experiências próprias que os trabalhadores reconhecerão que nenhum tipo de governo burguês resolverá a sua situação de pobreza e miséria. Que nenhum governo burguês submeterá o poder econômico e que nenhum governo burguês emancipará o País semicolonial da opressão imperialista. Quem deve decidir sobre o destino do PT e de Lula não é a polícia, o judiciário e a frente burguesa golpista, e sim as massas proletárias, camponeses e da classe média urbana. Esse é o sentido revolucionário da luta democrática.

Em hipótese alguma, porém, os explorados devem cultuar a democracia burguesa, uma vez que não passa de uma forma de regime político, por meio da qual a burguesia exerce sua ditadura de classe contra a maioria. O golpe contra o PT e Dilma Rousseff se deu justamente nas entranhas da democracia burguesa e do tão elogiado “Estado de direito”. Devemos ter claro, por outro lado, que a bandeira das eleições diretas para remover o governo gol-



pista de Temer tem por função pôr em seu lugar um novo governo burguês, que, sem dúvida, dará continuidade às reformas.

O POR não está por uma frente única em torno da estratégia de constituir um governo burguês “legitimado” pelas eleições. Tal frente se opõe à estratégia de poder do proletariado, que é o da luta por um governo operário e camponês, nascido não por meio de eleições, mas pela luta de classes. Não está por uma frente pela democracia em geral. Uma vez que também é a negação da luta pelo poder por meio da revolução proletária. O POR está por uma frente única contra a condenação de Lula e pelo direito democrático de as massas decidirem o seu destino.

(...) o reformismo foi acuado e colocado contra parede pelas forças capitalistas no momento em que passaram os ventos da bonança e chegou o terremoto da crise mundial. Os explorados foram pegos de surpresa e mantidos desarmados pela política de conciliação de classes. A tarefa não é de reproduzir tal experiência, mas a de organizar o proletariado no campo da independência de classe.

Vincular a não-condenação de Lula à defesa das eleições antecipadas e da democracia burguesa é reduzir a frente única às correntes políticas que estão pela constituição de um novo governo burguês eleito e, em particular, pelo apoio eleitoral a Lula. A defesa de Lula contra a sanha de Moro e da direita golpista não pode ser confundida com a defesa eleitoral de Lula. O combate às medidas policiais e discricionárias tem por conteúdo o direito democrático de Lula se candidatar. Em síntese: trata-se de defender o fundamento da luta de classes de que as massas devem livremente realizar suas experiências com a política burguesa para dela se emanciparem por meio da construção do partido revolucionário, do método da ação direta, do programa e de sua estratégia de classe, revolucionária.

Não se pode desconhecer que o desarme das tendências de luta da maioria oprimida, que se manifestou na greve geral de 28 de abril, rompeu a frente única dos explorados contra as reformas e governo golpista. Certamente, o avanço do combate neste terreno se chocaria com os ataques da direita a Lula e ao PT. O arrefecimento das ações de massa contra as reformas, favoreceu a reação do governo Temer e a decisão de Moro de condenar Lula. A orientação do PT de se defender com os meios e os métodos da democracia burguesa arrastou a CUT, MST, MTST, etc. Política essa que acabará em fracasso, mesmo que a sentença de Moro não seja confirmada.

O POR entende que a crise econômica e política se prolongará e se agravará no próximo período. Temer já fez um grande feito im-

Manifestação contra a condenação de Lula

pondo a reforma trabalhista, mas tem pela frente a reforma da Previdência. Mesmo assim, representantes do capital financeiro avaliam que será preciso muito mais. O parasitismo da dívida pública cresceu e crescerá ainda mais. Os interesses dos banqueiros, fundos, agronegócios e multinacionais se sobrepõem a qualquer política econômica. As ilusões democráticas, portanto, jogam a favor de governos que sacrificarão profundamente a vida dos explorados.

Não há como fazer a defesa econômica dos explorados constituindo um governo “legitimado” pelas eleições. A experiência demonstrou que o reformismo foi acuado e colocado contra parede pelas forças capitalistas no momento em que passaram os ventos

da bonança e chegou o terremoto da crise mundial. Os explorados foram pegos de surpresa e mantidos desarmados pela política de conciliação de classes. A tarefa não é de reproduzir tal experiência, mas a de organizar o proletariado no campo da independência de classe.

O caminho a seguir é o da luta direta, como demonstrou a greve geral de 28 de abril. Embora o curso da crise política ainda esteja incerto, o mais provável é que não haverá eleições antecipadas. As massas não veem por que as eleições as livrariam da aplicação da reforma trabalhista, da terceirização, do desemprego e da miséria.

Com a greve geral, os trabalhadores começavam a ganhar confiança em si próprios. O desvio do movimento e o abandono da luta contra as reformas pelas direções sindicais interromperam essa via da luta de classes. É necessário, portanto, retomá-la. Os enfrentamentos se prolongarão, como se prolongará a crise econômica e política. Uma nova frente de luta deve retomar o importante movimento de abril, organizando comitês de frente única anti-imperialista.

O POR comparece às manifestações convocados pelo PT e aliados não apenas para derrotar a ofensiva reacionária da polícia e da justiça contra Lula e o PT, mas também para defender as reivindicações dos explorados, a independência de classe e uma frente única dirigida contra a burguesia, seu governo, seu Estado e o imperialismo.

Abaixo a condenação de Lula!

Somente a classe operária pode julgar Lula e o PT!

Por um Tribunal Popular!

Reconstituir a unidade grevista para derrubar a reforma trabalhista e da Previdência!

Abaixo o governo golpista e corrupto de Temer!

Por um governo operário e camponês!

Adquira com nosso distribuidor

30 anos construindo o Partido Operário Revolucionário (POR)

Como derrotar o governo! Como não derrotar o governo!

4 de dezembro de 2017

A desmarcação da “greve nacional” do dia 5 é a mais segura forma de não derrotar o governo. Essa decisão da cúpula burocrática das centrais sindicais aumenta a desconfiança da classe operária de que não se leva a sério o combate contra as reformas antinacionais e antipopulares do governo e do Congresso Nacional golpistas.

Os operários nos diziam nos portões das fábricas que a reforma da Previdência é uma desgraça. Mas não viam os sindicatos organizando a greve. Em cada lugar que a militância do POR distribuía o Boletim Nossa Classe, ouvia a mesma pergunta: por que o sindicato não estava convocando a greve? Nossa agitação era para parar o País no dia 5 e sair às ruas em manifestações gigantescas. Aí, vinha a pergunta: mas onde está nosso sindicato? A resposta veio na sexta-feira, dia 1 de dezembro. A CUT, Força Sindical, UGT, CGT e CTB suspenderam a “greve nacional”.

Pela manhã, ainda distribuíamos o Boletim Nossa Classe e agítávamos a bandeira de Greve Geral para pôr abaixo a reforma da Previdência e combater o governo golpista. A suspensão da greve foi um desastre para a luta dos explorados. Os operários viram que as direções sindicais jogavam com a greve. Não estavam organizando um poderoso movimento. Estavam apenas interessadas em ser ouvidas pelo presidente da Câmara dos Deputados, o bandido Rodrigo Maia. Lá foram todas as centrais sindicais pedir a Maia que retirasse da pauta da Câmara a reforma da Previdência.

Temer e seu capacho aproveitaram para adiar a votação prevista para o dia 6, ou seja, no dia seguinte da “greve nacional”. Mataram dois coelhos com uma só paulada: adiaram a votação para ter a certeza de ter os votos necessários na hora da aprovação da reforma da Previdência; e contaram com a suspensão da greve nacional.

A camarilha que comanda as principais centrais, por sua vez, respirou aliviada, uma vez que não tinha preparado de fato a paralisação. E os operários e demais trabalhadores que estavam mais bem informados viram que os burocratas tinham submetido a greve nacional ao rabo de foguete do Maia, Temer e Câmara dos Deputados. Os governistas suspenderam a votação, e os burocratas vendidos suspenderam a greve nacional.

Esse foi o melhor favor que os burocratas sindicais fizeram a Temer e Maia. Subordinaram a “greve nacional” ao jogo do governo no Congresso Nacional. Subordinaram a greve nacional ao piloto das reformas antinacionais e antipopulares, que é o senhor Rodrigo Maia, homem do golpe de Estado, homem do plano econômico do ministro da Fazenda Henrique Meirelles, que, por sua vez, é homem dos banqueiros, multinacionais, agroindustriais, etc.

Subordinar a luta dos explorados à política burguesa, é derrota líquida e certa. Quem se apoia no argumento de que Temer está enroscado porque não tem os votos necessários, não quer lutar. Está à espera de que a divisão na base parlamentar aliada inviabilize a reforma. Para quê parar o País, se as brigas internas ao governo impedirão a reforma da Previdência? Isso explica, em boa parte, a conduta das centrais em suspender a greve nacional do dia 5. Os burocratas estão esperando que a discórdia na base parlamentar do governo, por si só, desmorse a reforma da Previdência. Essa é a via da derrota.

Lembremos o que se passou com a reforma trabalhista. A luta começou em março, com manifestações, e chegamos à greve geral

de 28 de abril. A classe operária deu um importante passo, saindo da longa dormência. Bastava dar o segundo passo, que era o de ir novamente à greve geral. O que fizeram os burocratas da CUT, Força Sindical, UGT, CTB e outras, no 1º de Maio? Cada uma das centrais fez sua própria festa, desmontando a frente única e desviando a atenção dos explorados. Por que não se fez um gigantesco 1º de Maio operário, classista e voltado contra as reformas trabalhista e previdenciária? Por que não se fez um 1º de Maio contra o governo e o Congresso Nacional golpistas? Porque os burocratas já não queriam a greve geral. Queriam apenas negociar com Temer um jeitinho para manter o imposto sindical. As manifestações convocadas depois da greve geral de abril foram para inglês ver. Resultado: os golpistas impuseram aos assalariados o maior retrocesso da história trabalhista do Brasil.

Agora, estão fazendo o mesmo com a reforma da Previdência. Com a diferença de que esperam que as brigas na base aliada a joguem por terra. Essa é a política derrotista das direções burocráticas, enrabichadas com deputados e senadores. Essa é a política que submeteram os sindicatos ao Estado e aos governos. Essa é a política dos que arrancaram até a última gota a independência política dos sindicatos e das centrais.

As manifestações convocadas depois da greve geral de abril foram para inglês ver. Resultado: os golpistas impuseram aos assalariados o maior retrocesso da história trabalhista do Brasil.

Trabalhadores, o Partido Operário Revolucionário, o seu jornal Massas e seu Boletim Nossa Classe repudiam essa política que tem desgraçado os sindicatos. Que tem afastado o trabalhador dos sindicatos. Que tem impedido a classe operária de despertar para a política revolucionária.

Denunciamos essa política dos burocratas vendidos como responsáveis pelo fato da ditadura civil de Temer e do Congresso Nacional imporem a reforma trabalhista e a ampla terceirização. Denunciamos agora a suspensão da greve nacional do dia 5 como um gesto que favorece o governo no seu objetivo de apaziguar sua base parlamentar e impor a reforma da Previdência.

Operários e operárias, só tem um caminho para derrotar o governo: organizar uma poderosa greve geral independente do jogo político que o MDB, PSDB, DEM, etc. fazem na Câmara dos Deputados. Tem de ser uma greve geral mais potente que a do dia 28 de abril. Deve ser uma greve que diga ao governo e ao Congresso Nacional golpistas: se vocês não retirarem definitivamente a reforma da Previdência, iremos para uma greve geral por tempo indeterminado. Não submeteremos nossas vidas, nossas condições de existência aos interesses dos capitalistas. Não sustentaremos a gigantesca dívida pública e o pagamento da montanha de juros para encher os cofres dos banqueiros e de todo parasita burguês. Que se cancele a dívida, que não se pague mais um centavo de juros! Que se mantenha uma Previdência e uma aposentadoria a todos os trabalhadores. Que os exploradores arquem com o custo

da Previdência! Nós produzimos rios de riqueza que ficam com os capitalistas. Quase toda nossa existência é dedicada ao trabalho. Recebemos um salário que mal dá para nossas necessidades. Milhões ganham até um salário mínimo de fome. Exigimos um salário mínimo vital, que cubra todas as necessidades da família. Milhões estão desempregados e subempregados. Exigimos trabalho a todos, que se reduza a jornada de trabalho sem reduzir os salários, que se aplique a escala móvel das horas de trabalho, dividindo as horas nacionais trabalhadas entre todos aptos ao trabalho.

É com essas reivindicações que ganharemos confiança em nossas próprias forças. É assim que veremos o quanto é prejudicial deixar nossas necessidades e reivindicações nas mãos dos partidos, deputados, senadores e governos da burguesia.

Trabalhadores e juventude, o capitalismo afunda em suas próprias contradições econômicas e sociais. E nós, que damos duro diariamente, afundamos com ele. Em nossos bairros operários, convivemos com o avanço da pobreza, da miséria, da fome, da violência policial, da matança de jovens e brutais chacinas. Somente a organização da classe operária em luta contra o capita-

lismo poderá encontrar uma saída à barbárie. Temos de libertar nossos sindicatos dos burocratas parasitas e traidores. Temos de construir nosso partido operário revolucionário. Temos de lutar por uma estratégia própria de poder, que é a luta por um governo operário e camponês, nascido da revolução proletária. Assim podemos rechaçar as mentiras dos partidos eleitoreiros e de seus candidatos que servem à burguesia.

A burocracia sindical já está em campanha eleitoral. Todos já estão se preparando para as eleições de 2018. O PT vem com a conversa de que é preciso um “governo legítimo” para retomar a reforma da Previdência. Já estão conformados com o golpe e com o governo golpista. Estão usando as necessidades dos pobres e oprimidos para fins eleitorais. Não aceitemos! Temos de responder: nada de eleições, organizar a greve geral para derrubar as reformas do governo golpista; organizar os comitês de base, convocar as assembleias sindicais e populares em todo o País. Nada de marcar e desmarcar a greve! Total firmeza para erguer os explorados contra a reforma da Previdência e trabalhista!

Abaixo as reformas antinacionais e antipopulares de Temer

Não duvidar – Temer está empenhado Somente a greve geral é a garantia dos explorados

Editorial – Massas 559 – 11 de fevereiro de 2018

Com o argumento de que o governo é fraco e não tem votos para impor a reforma da Previdência, a burocracia sindical e parte das esquerdas cruzaram os braços à espera de que nada aconteça. A resistência da alta cúpula da burocracia estatal (judiciário, legislativo, etc.) e de parte dos parlamentares governistas, vinculados eleitoralmente aos estados e municípios, atravancou o andamento do projeto. Nem por isso, Temer abandonou o objetivo da reforma antipopular.

Os capitalistas, tendo à frente o capital financeiro, redobram as pressões para que o governo “convença” sua base aliada a dar os 308 votos necessários. A campanha diária e cada vez mais ampla em torno da bandeira de que, sem a reforma da Previdência o País quebra e os prejudicados serão os mais pobres, recrudescem neste momento. O mês de fevereiro como limite para a votação serviu à burguesia e ao imperialismo para apertarem o cerco ao Congresso Nacional. A bancada da bala (policiais) negociou uma alteração no projeto de reforma que poderá auxiliar o governo a se aproximar do quorum de votação exigido. Há, portanto, uma ofensiva por todos os lados para romper o foco de resistência entre os governistas.

Em nenhum momento, o capital financeiro e o governo cruzaram os braços à espera do fracasso momentâneo. O golpe de Estado que derrubou Dilma Rousseff foi conduzido com o claro e expresso propósito de impor aos explorados as brutais reformas trabalhistas e previdenciárias. A ditadura civil de Temer já fez muito aprovando a Lei do Teto, a Lei da Terceirização e a reforma trabalhista, bem como impulsionando o programa de privatizações e desnacionalizações. Mas esse muito pode parecer pouco, caso não consiga impor a reforma da Previdência, que, para os banqueiros, é a cereja no bolo das reformas.

Com a Lei do Teto, libertou-se o Orçamento dos gastos sociais vinculados; com a Lei da Terceirização e a reforma trabalhista, demoliram-se os obstáculos da antiga CLT, para os capitalistas poderem explorar mais livremente a força de trabalho; e, com a reforma da Previdência, se esperam mais recursos para o Tesouro Nacional manter a gigantesca dívida pública e a insuportável carga de juros. A união de todas as frações mais poderosas da

burguesia nacional para derrubar o governo petista, cassando o voto dos 54,5 milhões que o elegeram, se deu com um acordo sobre as reformas antipopulares e as privatizações antinacionais. A reforma da Previdência, de fato, foi a condutora do movimento golpista. Por injunções da crise política, ficou por último. O capital financeiro fará tudo para que até o último momento desse governo se aprove o projeto.

A sua bandeira é absoluta: “a reforma da Previdência é inevitável, portanto, é melhor que se faça agora”. Esse imperativo é ditado pela dívida pública, da qual dependem o capital financeiro e toda horda de parasitas. Está aí por que as alterações no sistema previdenciário é um dos ataques mais bárbaros às condições de existência das massas. Sacrificarão gerações inteiras para alimentar o funcionamento do capitalismo em decomposição.

O POR tem se apoiado na bandeira: “Não abaixar a guarda”! “Não se submeter ao calendário do Congresso Nacional”! “Não seguir as manobras do governo, dos parlamentares e da burguesia”! “Não se distrair com as disputas eleitorais”! “Organizar os comitês de luta”! “Unir os explorados em torno das reivindicações próprias”! “Partir para a greve geral”!

Agora, a maioria oprimida está diante da retomada da ofensiva burguesa. É urgente responder com a mobilização e a organização. Os operários mostraram disposição de luta na “Assembleia Popular”, convocada pelo Sindicato Metalúrgico do ABC. É preciso mostrar ao conjunto da classe operária que somente pela greve geral, bloqueios e grandes manifestações de rua quebraremos a espinha dorsal da reforma da Previdência e avançaremos contra a implantação da Lei da Terceirização e a reforma trabalhista. Que a centrais e os sindicatos em todo o País convoquem as Assembleias Populares com o claro objetivo de organizar a greve geral e combater nas ruas a burguesia, a ditadura civil de Temer e as reformas antinacional e antipopular.

Nada de braços cruzados! Nada de esperar o fracasso do governo! Erguer os punhos cerrados: “Abaixo a reforma da Previdência”!

Convocatória das Centrais

Por um verdadeiro “Dia Nacional de Luta” classista e combativo

Massas 567 - 7 de junho de 2018

O Fórum das Centrais marcou 10 de agosto como “Dia Nacional de Luta”. Informa que farão atos e paralisações em todo o País. Os representantes das Centrais – CUT, Força Sindical, UGT, CTB, CSB, Nova Central e Intersindical – aprovaram o que se denominou “Agenda Prioritária da Classe Trabalhadora”, que contém uma “lista de 22 propostas para o desenvolvimento do Brasil”. O documento “será entregue aos parlamentares e candidatos para as eleições de 2018”. Esse objetivo, por si só, indica que se trata de uma unidade eleitoreira da burocracia sindical. E o momento escolhido coincide com a inscrição dos candidatos a presidente (15 de agosto).

Eis um dos trechos da “Agenda Prioritária”: “As eleições de 2018 são uma oportunidade para recolocar o País em outra trajetória de desenvolvimento econômico, social e ambiental. O debate público de ideias e projetos deve subsidiar as escolhas dos eleitores. Os governantes e parlamentares eleitos precisam ter compromissos com transformações que recolocuem o País no rumo de desenvolvimento, com incremento da produtividade, aumento da renda do trabalho, geração de emprego de qualidade, fim da miséria e redução da pobreza”.

Como se vê, não se trata de uma suspeita de nossa parte. Também não se trata de um fato novo. Em outros momentos, as Centrais se uniram com o objetivo de eleger uma bancada parlamentar. Os explorados, portanto, estão diante de uma grande fraude montada em nome da “classe trabalhadora”. Caso se mantenha essa orientação, não haverá um verdadeiro “Dia Nacional de Luta”.

A tal da “Agenda Prioritária da Classe Trabalhadora” contém generalidades e aspectos de uma política burguesa. Política essa montada pelos burocratas sindicais para se apresentarem nas eleições e procurarem apoio dos politiquinhos, que se candidatarão e falarão em nome das necessidades do povo, da democracia, da soberania nacional e de outras bandeiras demagogicamente desfraldadas.

A pretensão de utilizar uma lista de pontos, para se apresentarem como demiurgos do “crescimento e desenvolvimento do País”, revela a subordinação das diversas frações da burocracia sindical à democracia burguesa. Querem que os explorados elejam candidatos dos partidos que, supostamente, se coloquem de acordo com essa “Agenda”. Como as sete Centrais provavelmente seguirão partidos e candidatos distintos, não puderam indicar nenhum apoio nominal a esta ou aquela candidatura. Limitaram-se à bandeira de “Lula Livre”. Está mais do que claro que também é demagógico, uma vez que todos sabem que Lula não sairá da cadeia, pelo menos até as eleições e, se sair, seus direitos políticos continuarão cassados.

A CUT, em seu discurso, disse que “o Brasil está paralisado” e que “a classe trabalhadora é quem sofre com todo esse desmonte imposto pelo governo ilegítimo de Michel Temer”. Ocorre que a Força

Sindical e a UGT apoiaram o golpe de Estado que derrubou Dilma Rousseff. O deputado Paulinho da Força foi um dos mais destacados defensores do impeachment. Seu partido, Solidariedade, seguiu à risca o comando da frente burguesa golpista. Além disso, a Força Sindical e a UGT negociaram com Temer a aprovação da reforma trabalhista e da Lei da Terceirização. Essa gente, agora, posa de defensora da “democracia, soberania e desenvolvimento nacional”. Juntamente com a CUT, desmontaram o movimento após a greve geral de 28 de abril do ano passado. O que deu fôlego a Temer e permitiu ao Congresso Nacional aprovar tranquilamente a reforma trabalhista.

Não por acaso, a “Agenda Prioritária” não se coloca pela revogação integral da reforma trabalhista. Diz que pretende revogar os seus “aspectos negativos”. Essa foi a posição tomada pela Força e pela UGT, que serviu para interromper o impulso da greve nacional. Os burocratas não conseguiram demover o Congresso Nacional e o governo de manter o imposto sindical. Essa é sua

real preocupação. Esse é o principal ponto negativo a que se refere o documento. A bandeira de renovação da política de valorização do salário mínimo repete a farsa petista. Farsa essa que pressupunha gradativamente e a conta-gotas elevar o miserável salário mínimo. Essa é a via burguesa de se contrapor à bandeira histórica da classe operária de salário mínimo vital. O mesmo se passa com o desemprego e o subemprego, que esmagam a família dos explorados. A “Agenda” promete “criar políticas, programas e ações

imediatas” para enfrentar essa chaga capitalista, responsável pela miséria e fome de milhões. Aqui também se substituem as reivindicações e a política da classe operária para combater as demissões, o desemprego e o subemprego.

A ideia de que “os governantes e parlamentares eleitos precisam ter compromissos com transformações que recolocuem o País no rumo de desenvolvimento” está contraposta à organização independente dos oprimidos e ao método de luta próprio da classe operária. Os governantes e os parlamentares não podem traçar outra política senão a dos capitalistas. Ao contrário, é necessário explicar e alertar os explorados de que, por meio da política governamental e do Congresso Nacional, não virá absolutamente nada a seu favor. Somente pelo duro e inflexível combate à classe capitalista, aos seus partidos e ao Estado, que inclui a democracia burguesa, é possível impor as bandeiras de emprego, salário e direitos.

As Centrais sindicais não se reuniram em seu Fórum para aprovar um programa de reivindicações próprio da classe operária e para organizar um verdadeiro Dia Nacional de Luta. As diversas frações que dividem o movimento operário em inúmeras Centrais estão unidas em torno a uma mesma estratégia. Trata-se da estratégia de defender o capitalismo por meio de promessas,

As diversas frações que dividem o movimento operário em inúmeras Centrais estão unidas em torno a uma mesma estratégia: (...) defender o capitalismo por meio de promessas, de palavreados e de manobras que cegam os operários e desviam sua revolta para o campo das disputas interburguesas.



de palavreados e de manobras que cegam os operários e desviam sua revolta para o campo das disputas interburguesas. Essa estratégia comum é que permitiu a aprovação da “Agenda Prioritária”.

A política do proletariado se apoia em uma estratégia própria de classe. Trata-se da luta histórica para destruir o poder da burguesia. O que pressupõe partir das reivindicações mais elementares dos explorados para criar as condições para a tomada do poder. Esse objetivo e essa tática são contrários à política de conciliação de classes da burocracia sindical. A subserviência dos burocratas corrompidos leva os sindicatos por eles dirigidos

Os explorados não precisam de um Dia Nacional para ser enganados. Precisam de um Dia Nacional para retomar a luta de março e abril de 2017. Os explorados não precisam de uma lista de 22 pontos a serem entregues a candidatos e parlamentares. Precisam de reivindicações claras e objetivas, que defendam suas vidas contra o desemprego, o subemprego, o rebaixamento salarial, a implantação da reforma trabalhista e da Lei da Terceirização.

a servirem de canal para a política burguesa, que não se limita aos momentos eleitorais. Diariamente, é negada aos explorados a sua organização independente e sonegadas as reivindicações que de fato os protegem da voracidade dos capitalistas.

A burguesia está obrigada a descarregar sistematicamente as crises econômicas sobre a maioria explorada. Se o governo de plantão não serve, derruba e o troca por outro. Se o Congresso Nacional não mais consegue enganar o povo e este se rebela, a burguesia pode fechá-lo por meio das Forças Armadas. Em 1964, os militares deram o golpe. Em 2016, o Congresso Nacional também deu um golpe. No primeiro caso, se constituiu uma ditadura militar. No segundo, uma ditadura civil. Certamente, a ditadura civil de Temer não teve como debelar a crise política, condicionada pela profunda crise econômica. A implantação da reforma trabalhista e da terceirização, bem como os cortes orçamentários, que atingem os serviços mais essenciais à população, no entanto, constituíram um dos maiores retrocessos nas relações de trabalho.

Depois de toda essa experiência, as Centrais divisionistas e burocratizadas continuam com a cantilena de melhorar as condições de trabalho, emprego e existência dos oprimidos. Depois do desmonte da greve geral de 28 de abril, o chamado ao Dia Nacional para convencer os trabalhadores a votarem nos hipócritas e demagogos da política de “desenvolvimento e soberania nacionais” é o coroamento da traição às necessidades e interesses da maioria oprimida. Falam em soberania quando o governo Temer entrega o Pré-Sal às multinacionais, quando avança a privatização

da Petrobras e quando se está prestes a entregar a Eletrobras. As Centrais deveriam ter se reunido para imediatamente pôr em pé o movimento anti-imperialista, anti-entreguista e de defesa da independência nacional. Falam em política de emprego, quando aceitam as demissões pelo PDV e assinam acordos de flexibilização capitalista do trabalho. Falam em valorização do salário mínimo, quando o Congresso Nacional e a ditadura civil de Temer impuseram 1,81% de reajuste em 2018. Em que condição sobrevive uma família com R\$ 954,00? Na mais absoluta miséria! As Centrais deveriam se reunir para organizar a campanha nacional de luta pelo salário mínimo vital, que, segundo os cálculos do Dieese, que assessorou a “Agenda Prioritária”, deveria ser, em maio, de R\$ 3.747,10.

Os explorados não precisam de um Dia Nacional para ser enganados. Precisam de um Dia Nacional para retomar a luta de março e abril de 2017. Os explorados não precisam de uma lista de 22 pontos a serem entregues a candidatos e parlamentares. Precisam de reivindicações claras e objetivas, que defendam suas vidas contra o desemprego, o subemprego, o rebaixamento salarial, a implantação da reforma trabalhista e da Lei da Terceirização.

Operários, camponeses e juventude oprimida, exijamos um verdadeiro Dia Nacional de Luta, que retome a greve geral de 28 de abril do ano passado. Exijamos nossas reivindicações próprias. Que a burguesia pague por sua própria crise. Rechacemos o eleitoralismo. Reorganizemos o movimento nacional contra o governo, os exploradores e o imperialismo saqueador. Pelo salário mínimo vital de R\$ 5.000,00. Reajuste dos salários de acordo com a elevação do custo de vida - escala móvel de reajuste. Emprego a todos, redução da jornada, sem reduzir os salários - escala móvel das horas de trabalho. Pela revogação da reforma trabalhista e da Lei da Terceirização. Pela retirada definitiva da reforma da Previdência. Não às privatizações. Reestatização da Petrobras e de todas as estatais privatizadas, sob o controle operário. Não pagamento da dívida pública. Em defesa da economia nacional contra o saque imperialista. Organizar a frente única anti-imperialista.

Operários, camponeses e juventude oprimida, lutemos para acabar com o capitalismo apodrecido. Nossa força se encontra no programa e na estratégia da revolução e ditadura proletárias. Por um governo operário e camponês. Organizemos o Partido Operário Revolucionário, como parte da reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.



VITÓRIA DO FASCISTA BOLSONARO

Organizar imediatamente a luta dos explorados e da juventude contra o governo ditatorial

Massas 575 – 28 de outubro de 2018



A maioria explorada acabou sendo arrastada por detrás de Jair Bolsonaro. Não foi uma surpresa a sua vitória. A surpresa foi que Haddad conseguiu diminuir a grande distância que separava as duas candidaturas. O fato de a diferença do número de votos não ser tão grande indica, em princípio, que terá mais dificuldades para governar.

As eleições concluíram com uma clara divisão entre as massas. Bolsonaro teve apoio de grande parte da classe média e conseguiu arregimentar uma importante camada da classe operária, dos camponeses pobres e da juventude oprimida. As camadas mais pobres dos explorados foram aglutinadas em torno à candidatura de Haddad. Não se deve também desconsiderar que uma parcela minoritária da classe média se perfilou contra Bolsonaro, identificando como um agente do fascismo.

Um governo que surge de uma polarização tão marcada, nas condições de profunda crise econômica, terá de se impor pela força. Bolsonaro está obrigado a amparar seu governo em uma frente burguesa que unifique as suas principais frações para atacar os trabalhadores, que saíram divididos das eleições. Eis por que os porta-vozes da classe capitalista aconselham a definir logo de início a reforma da Previdência. A composição do Congresso Nacional e a eleição dos governadores pendem a favor do novo governo.

Setores do grande capital na indústria, agricultura e comércio se dispuseram abertamente a apoiar Bolsonaro, caso prossiga o ajuste fiscal e as reformas antinacionais e antipopulares que serviram ao golpe de Estado (impeachment) e a transição política conduzida pela ditadura civil de Temer. Haverá uma ofensiva sob a bandeira da “pacificação” do País e da união nacional. O que significa conter qualquer luta dos explorados que afronte o novo governo. No Congresso Nacional, significa neutralizar a oposição e comprometê-la com a governabilidade. O fundamental para o capital financeiro e os monopólios está em que Bolsonaro siga a cartilha liberal, pró-imperialista, de Paulo Guedes.

É bem provável que o governo fascista tenha de cumprir parte de seu programa ditado pelas bancadas evangélica (bíblia), segurança (bala) e agricultura (boi). Os retrocessos obscurantistas, porém, não podem criar obstáculos ao objetivo estratégico de realizar as reformas antinacionais e antipopulares pendentes. As manobras em torno ao programa das bancadas parlamentares devem servir para ocultar as ações do governo em direção aos interesses

A experiência catastrófica com o governo de Bolsonaro exigirá a retomada do movimento que se ergueu contra o governo Temer por meio da greve geral de 28 de abril do ano passado.

do capital financeiro e dos monopólios. A dúvida de importantes grupos econômicos é se Bolsonaro vai ser capaz de resistir às pressões de certos setores capitalistas que precisam do Estado para manter seus negócios, bem como das Forças Armadas que ainda conservam as diretrizes estatizantes da ditadura militar.

A eleição de Bolsonaro é fruto da crise política e da decomposição dos partidos burgueses orgânicos, como o PSDB, MDB e DEM. O naufrágio de Geraldo Alckmin não deixou alternativa para as frações mais poderosas da burguesia nacional senão apoiar Bolsonaro. A sua governabilidade está na dependência de garantir o pagamento dos juros da dívida pública e economizar recursos para sustentar o parasitismo financeiro. Não há outra forma de implantar a política econômica pró-capital financeiro e monopólios sem atacar fundo a vida das massas, que já se encontram golpeadas pelo desemprego, subemprego e implantação da reforma trabalhista. É preciso um governo que centralize ditatorialmente as próprias frações da burguesia e reprima as iniciativas da classe operária, dos camponeses e da juventude. E que acate as diretrizes do imperialismo para a crise mundial, principalmente, a ditadapelo governo de Trump.

O apoio dos militares a Bolsonaro e o aumento de sua participação no processo eleitoral fortalecem as tendências à direitização e à fascistização da política burguesa. No entanto, os passos do novo governo nesse sentido estão condicionados à luta de classes. E essa, por sua vez, conta com um importante obstáculo, que é a política de colaboração de classes do PT e da burocracia sindical.

Cerca de 45% dos votos recebidos por Haddad não se traduzem em organização contra o governo direitista. Mas expressam uma rejeição ao governo reacionário. O problema está, portanto, em como transformar a resistência eleitoral em ação coletiva, que contraponha já de início às primeiras medidas do governo eleito. O mais provável é que o PT utilize seu capital eleitoral para realizar a denominada oposição democrática, que significa garantir a governabilidade. Todo palavreado contra o fascismo se diluirá, na forma de oposição parlamentar. Nota-se que a dificuldade para



os explorados não está apenas no fato de uma importante parcela ter sido arrastada para eleger o candidato da direita, mas também pelo fato de outra parcela estar submetida à política de conciliação de classes e à estratégia do PT de defesa da democracia burguesa.

Essa contradição expõe a grave ausência de um partido revolucionário. As esquerdas que intervieram nas eleições acabaram se perfilando por trás da candidatura de Haddad, em nome do combate ao fascismo. Nenhuma de suas variantes estava à altura de defender junto aos explorados o programa da revolução e ditadura proletárias. As adesões ao candidato do PT, quando esse dava provas concretas de recorrer ao apoio de setores da burguesia e das igrejas, resultaram em capitulação. Não poderão encabeçar um movimento de combate ao governo fascista. O que ressalta a importância vital de construir o partido operário revolucionário.

A parcela da vanguarda que se equivocou seguindo as presenças da polarização da disputa interburguesa, mas que conserva a orientação classista, tem de romper definitivamente com a política de colaboração de classes do PT. Tem de reconhecer a necessidade do partido revolucionário. Desse balanço crítico, extrai-se a tarefa de superar a divisão das massas. A experiência catastrófica com o governo de Bolsonaro exigirá a retomada do movimento que se er-

gueu contra o governo Temer por meio da greve geral de 28 de abril do ano passado.

Não há nenhuma separação entre o golpe de Estado que derrubou o governo constitucional de Dilma Rousseff, a ditadura civil que impôs as brutais reformas antioperárias e o governo que acaba de ser eleito. Da mesma forma, não há nenhuma separação entre a greve geral, as manifestações, os bloqueios que as massas realizaram para se defender dos ataques da burguesia e, agora, a necessidade de combater o governo fascista pelo mesmo método da ação direta, da política de frente única e unidade da maioria oprimida em torno do proletariado.

*Responder imediatamente ao governo burguês ultradireitista
Unir os explorados contra o desemprego, subemprego,
baixos salários e as reformas antinacionais e antipopulares
Por uma campanha nacional contra as reformas
da Previdência, trabalhista e terceirização
Que as centrais sindicais e os movimentos camponês,
popular e estudantil convoquem as assembleias
Organizar os comitês de frente única contra os ataques
da burguesia e de seu novo governo
Abaixo o governo fascista de Bolsonaro!*

Carta aberta aos explorados e à juventude oprimida

Por onde a ultradireita fascista será derrotada Restabelecer a unidade dos explorados contra os exploradores

21 de outubro de 2018 – Publicado no Massas 575 – 28 de outubro de 2018

Bolsonaro já organiza seu governo. Tem como certa a vitória. A imprensa como um todo confirma essa avaliação. O direitista não apenas arrebanhou a grande maioria dos votos das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, como penetrou no Nordeste e avançou enormemente no Norte. De maneira que uma abrupta virada do eleitorado no dia 28 de outubro é improvável. Não há nenhum indicador objetivo que coloque em dúvida esse prognóstico.

Os milhões de trabalhadores e jovens que indicaram seu voto em Haddad continuam firmes em seu propósito. Mas, seu peso não foi suficiente para quebrar a arregimentação pró-Bolsonaro. Não se verificou a grande rejeição ao perigo do representante da direita policial-militarista no segundo turno.

Tudo indica que a divisão entre a favor e contra o PT foi bem aproveitada pelos bolsonaristas. Haddad carregou nos ombros a vultosa pecha de corrupção. Não conseguiu convencer a maioria de que a prisão de Lula foi arbitrária e que a derrota de Bolsonaro seria a demonstração de que a sua libertação deveria ocorrer. Ao contrário, tanto a ultradireita quanto a direita se valeram da cassação dos direitos políticos de Lula.

A decisão da direção do PT de afastar a figura de Lula, neste final de campanha, alterar a simbologia do vermelho e desfraldar a bandeira nacional deve ser considerada como capitulação. As seguidas concessões às frações burguesas que não se alinharam com Bolsonaro, como a aceitação de propostas do PSDB (mais verbas para a repressão) e a volta atrás em pontos como a descriminalização das drogas e do aborto, soaram como manobras vãs, sem resultados. Nesse mesmo sentido, nenhuma manobra eleitoral diante dos ataques dos bolsonaristas justifica a menção honrosa feita por Haddad ao principal algoz do PT, o juiz Sérgio Moro. Nada que o PT faça para afastar as marcas do passado, no

último momento do segundo turno, romperá a linha de ferro do antipetismo.

Boa parte da burguesia se converteu à causa de Bolsonaro. Impedir que o PT volte ao poder, depois de ter sido derrubado pelo golpe de Estado. Se o representante da direita, que era Alckmin, não empolgou as massas, que seja então o ex-capitão do exército a assumir o governo.

A melhor ou pior variante na política, como se vê, nem sempre depende exclusivamente da vontade das frações mais poderosas da burguesia, em se tratando de eleições. As experiências da maioria oprimida com os governos e partidos acabam por se manifestar, de alguma forma, ainda que completamente deformadas pela própria ação da política burguesa e dos seus aparatos (igrejas, etc.). Logo mais, os explorados sentirão que foram arrastados ao beco sem saída do bolsonarismo. Vão ter de enfrentar seus ataques por meio da luta de classes, terreno próprio da política proletária.

Haddad não apenas trocou o vermelho pelo verde-amarelo e pôs de lado a bandeira de “Eleição sem Lula é fraude”, mas também fez reparos à suas declarações sobre o juiz Sérgio Moro e o bispo Edir Macedo. Não apenas se voltou a atrair a atenção de admiradores do juiz e do bispo evangélico entre as massas que seguem Bolsonaro, mas também entre o empresariado que rejeita o PT e não está confortável com o bolsonarismo. Essa virada na campanha eleitoral expressa não só desespero, mas também a disposição do PT de se adaptar mais profundamente à política burguesa.

A “frente democrática”, que alargaria o espectro eleitoral de Haddad, se tornou impossível com a disputa com Ciro Gomes, que almejava uma aliança com o PT, sob sua liderança. Formal-



mente, o candidato do PDT declarou apoio, mas saiu em retiro para a França. Mesmo assim, importantes figuras pedetistas declararam apoio a Bolsonaro. Nada alterou em relação ao PSB. O candidato ao governo de São Paulo, Márcio França,, no entanto, se encarregou de fazer o jogo sujo. Avalizou os ataques do bolsonarista João Dória a Lula e ao PT. A busca de Haddad, por sua vez, de apoio de figuras como a do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, deu armas aos adversários.

Haddad, para comprovar que estava sendo sincero em sua virada ao centro, apresentou ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) uma nova versão do seu plano de governo. Apagou a promessa de convocar uma Constituinte, indicou disposição de continuar com o ajuste fiscal, retirou a acusação de golpista dirigido ao PSDB, omitiu a responsabilização da mídia monopolista com o golpe, alterou a formulação sobre LGBT, modificou o enunciado de reforma do judiciário, etc. É vergonhosa a adaptação do candidato do PT às pressões de setores da burguesia considerados democráticos, de agentes do mercado financeiro e de parte das igrejas evangélicas, bem como da igreja católica. Haddad e o PT não se veem, porém, na elementar obrigação de explicar a mudança para os milhões que se colocaram contra Bolsonaro. Que nome se deve dar a essa conduta política?

Estava claríssimo que essas eleições seriam a mais antidemocrática das que foram realizadas desde o fim da ditadura militar. Resultaram de um golpe de Estado. A cassação dos direitos políticos de Lula fez parte desse processo. A minirreforma política se encarregou de concentrar ainda mais os recursos públicos nas mãos dos maiores partidos. A avaliação de que evitaria a relação promíscua entre partidos e empresários não passou de uma cortina de fumaça. A dinheirama derramada, principalmente, em favor de Bolsonaro, assim que se confirmou a possibilidade de vitória, fraudada descaradamente o pleito. O vasto uso das redes sociais para disseminar mentiras reflete o profundo caráter antidemocrático das eleições. Esse tipo de jogo não é desconhecido. A novidade, no caso do Brasil, está no uso da internet, poderoso instrumento ideológico controlado pelos Estados Unidos e manejado pelo poder econômico.

Não temos dúvidas, porém, que o maior aparato de arregimentação das massas pró-Bolsonaro foram as igrejas evangélicas. 71% de seus eleitores é evangélico. Combinadas com as redes sociais, as igrejas montaram uma extraordinária cortina de fumaça, que oculta aos olhos dos oprimidos os fundamentos econômicos da direita e ultradireita burguesas. Os explorados não têm a menor compreensão das diretrizes antinacional e antipopular adotadas por Bolsonaro.

Essa movimentação se formou desde o primeiro turno. A decisão dos capitalistas de apoiarem Bolsonaro, diante do fracasso de Alckmin, potencializou de vez a campanha de arrebanhamento das massas. Assim, em um último esforço, o PT e Haddad refizeram pontos de sua plataforma eleitoral, procuraram reaproximar-se de setores capitalistas, recorreram à Igreja Católica e a uma parcela das igrejas evangélicas. Nisso se reduziu a linha de “defesa da democracia contra o fascismo”. Sistemáticamente, oculta-se o caráter de classe da democracia e da política ditatorial-fascistizante, que se gesta no seio da burguesia e se ampara no reacionarismo da classe média rica. O pedido de socorro de Haddad a setores da burguesia expôs a fraude do seu democratismo e antifascismo.

Não poucos grupos econômicos que exercem grande influência no Estado passaram a exigir de Bolsonaro respeito à democra-

cia, ao ordenamento constitucional, enfim, ao Estado de direito. Aconselham o mentecapto a pôr freio em seus adeptos militares e militaristas. Indicam que está sendo eleito para dar continuidade ao plano econômico, que serviu de base ao golpe contra o governo do PT e que foi, em parte, implantado pela ditadura civil de Temer. A nova composição do Congresso Nacional, em princípio, permitirá a governabilidade, caso Bolsonaro acomode distintos interesses e os enfeixe por trás do objetivo maior, que é o de garantir o pagamento da dívida pública, alargar a abertura do País à penetração do capital externo, avançar as privatizações, e realizar a tão almejada reforma da Previdência. Outros aspectos do programa bolsonarista, tão acalentados pelas igrejas evangélicas e grupos econômicos específicos (como o da indústria e comércio de armas, bem como o dos fazendeiros) devem estar subordinados à coluna vertebral do programa de governo.

As massas foram divididas pela ação da política burguesa e pelos seus aparatos de poder. Entre março e abril do ano passado, ergueu-se um movimento de unidade contra as reformas da Previdência e trabalhista, bem como contra a terceirização. A greve geral de 28 de abril projetou a classe operária. Essa via foi interrompida e dissolvida pela burocracia sindical, que passou a arregimentar os explorados em torno à bandeira de “Eleições Já”

Estava claríssimo que essas eleições seriam a mais antidemocrática das que foram realizadas desde o fim da ditadura militar. Resultaram de um golpe de Estado. A cassação dos direitos políticos de Lula fez parte desse processo.

e formação de um governo “legítimo”. As esquerdas se perfilaram a essa estratégia do reformismo petista, e aliados da Frente Brasil Popular. Não foram capazes de derrotar o golpe e impor as condições para novas eleições. Desviaram a luta direta dos explorados, e os sujeitaram à mutilação eleitoral.

Diante da suposta ameaça de “fascismo”, o PT se negou a mobilizar as organizações de massa que dirige para enfrentá-lo. Caberia colocar a Centrais sindicais, UNE, MST, MTST, UNE e demais organizações sindicais e populares a convocar greves, bloquear ruas e estradas, ocupar prédios e universidades, formar comitês de luta e apoio a essas manifestações em todo o país. Nesse caso, se conformaria uma grande frente única de luta, da qual faríamos parte, e se poderia efetivamente combater as tendências fascizantes e as medidas que qualquer governo burguês eleito tomasse contra as massas. Nessas circunstâncias, seria possível o voto na candidatura que expressasse essa frente. Mas o PT preferiu amordaçar os movimentos, que certamente amedrontariam a classe média com sua radicalização, e buscou incrementar o eleitoralismo mais banal, com terrorismo verbal e dando passos cada vez mais à direita. O chamado ao voto no PT nessas circunstâncias significa ajudar a abrir caminho para as tendências fascizantes e as medidas de ataque à vida, trabalho e estudo das massas.

O PT está consciente da derrota, e já se prepara para cumprir seu papel de oposição burguesa. O fato de formar a maior bancada parlamentar o levará a traficar com as bancadas oligárquicas do MDB, PSDB e partidos do “centrão”. É fundamental rechaçar essa linha. A tarefa é a de preparar desde já o combate ao governo direitista, militarista, autoritário e fascizante de Bolsonaro. O proletariado necessita de reunificar os explorados por trás da plataforma de reivindicações, que permita retomar o movimento da greve geral. Pôr em pé comitês de defesa da vida das massas e pelas liberdades democráticas.

Abaixo a reforma da Previdência de Temer-Bolsonaro

Fim de todas as formas de Previdência complementar (privada)

Em defesa de uma Previdência única, pública, sustentada pelo patronato e pelo estado

16 de novembro de 2018

Bolsonaro e Temer negociam a retomada da reforma da Previdência. O governo golpista faz os últimos preparos para deixar o terreno aplainado para Bolsonaro iniciar sua administração, atacando da melhor forma possível os assalariados. As disputas internas e as divisões na burocracia do Estado impossibilitaram um acordo no Congresso Nacional para aprovar o projeto de reforma da Previdência. Distintamente, se passou com a reforma trabalhista e a lei da terceirização.

Temer deixará a presidência da República mostrando ter feito um bom trabalho para os capitalistas, ainda que não completo. A ditadura civil, que surgiu do golpe de Estado, conseguiu se livrar do poderoso movimento que se ergueu entre março e abril de 2017 contra o conjunto das reformas antinacionais e antipopulares. A greve geral de 28 de abril desse ano projetou a classe operária nacionalmente e indicou o caminho a ser seguido para derrubar a reforma Previdência, trabalhista e terceirização. As direções burocráticas das centrais, porém, romperam a frente única de combate e, assim, facilitaram a aprovação da violenta reforma trabalhista.

O capital financeiro exerceu uma grande pressão para que a reforma da Previdência fosse a primeira da lista. Temer verificou que era mais fácil aprovar as demais reformas, uma vez que não provocavam uma grande divisão na burocracia de Estado (federal, estadual e municipal). As negociações interpartidárias em torno à reforma da Previdência demonstraram que setores, como os do judiciário, executivo, Forças Armadas e aparato policial, ofereceram resistência em abrir mão de seus privilégios. A discussão mostrou que os privilegiados são uma minoria, mas muito poderosa no seio do Estado. Assim a reforma da Previdência teria de recair completamente sobre a maioria explorada, tanto da iniciativa privada quanto do funcionalismo público. Esse ataque era tão profundo que atingia as camadas mais dependentes da Previdência nos estados e municípios, principalmente das regiões mais atrasadas e empobrecidas do Norte e Nordeste. Está claro, portanto, que a reforma pretendida atinge tanto os trabalhadores do Regime Geral da Previdência Social (INSS) quanto os do Regime Próprio de Previdência Social. O que os une, no essencial, é

que terão aumentado a idade e o tempo de contribuição para se aposentar. A fórmula se resume: trabalhar mais, contribuir mais, aposentar mais tarde e receber menos. Também faz parte dessa fórmula a eliminação da diferença entre homem e mulher, na qual se desconhecem a dupla jornada de trabalho e a proteção à maternidade. Está aí a equação capitalista da exploração do trabalho.

Na luta contra a reforma da Previdência, é muito importante elevar a compreensão política dos trabalhadores de que estão combatendo medidas que intensificam a exploração da força de trabalho e ampliam a pobreza e a miséria das massas. Está aí por que o objetivo da reforma apresentada pelo ministro de Bolsonaro, Paulo Guedes, é ainda mais violenta que a de Temer. Pretende

acabar com o sistema de Previdência e colocar em seu lugar o regime de capitalização individual. Esse formato elimina a contribuição patronal e estatal para com a Previdência. Assim, os capitalistas e seu governo se livram da responsabilidade sobre o destino dos trabalhadores na velhice. Economizam recursos – parte da mais-valia produzida pelos próprios explorados – e ainda por cima se utilizam dos fundos de capitalização para lucrar por meio da agiotagem dos bancos.

Essa experiência foi introduzida no Chile com a ditadura fascista de Pinochet. Ditadura essa que contou com os serviços de Paulo Guedes. Não há um só chileno assalariado que não condene o regime de capitalização, a não ser, talvez, uma ultra minoria que recebe altos salários e pode ter o privilégio de poupar folgadoamente para o bem de sua velhice.

Em um país tão populoso, como o Brasil, e constituído de uma massa de pobres e miseráveis, o resultado de tal plano levará a uma catástrofe mais grandiosa que a do Chile.

A burguesia, encabeçada pelo capital financeiro, diz que sem a reforma da Previdência o Tesouro Nacional não terá como sustentá-la, que já consome recursos em excesso e, que, por isso, é uma das maiores travas aos investimentos e ao desenvolvimento econômico. Mas, a realidade é outra. A reforma da Previdência é uma das medidas voltadas a sustentar a gigantesca dívida pública e a brutal carga de juros. A política burguesa jamais identificará a real causa ou causas que bloqueiam o crescimento das



Na luta contra a reforma da Previdência, é muito importante elevar a compreensão política dos trabalhadores de que estão combatendo medidas que intensificam a exploração da força de trabalho e ampliam a pobreza e a miséria das massas.

forças produtivas. Sempre busca na força de trabalho a explicação da crise capitalista. Responsabilizou a CLT, acusando-a de caduca. Destruíu-a com a bárbara reforma trabalhista e a lei da terceirização. Responsabilizou as estatais, acusando-as de estatismo inoperante e fonte de corrupção. Promove os planos de privatização e desnacionalização, que servem ao grande capital nacional e imperialista. Responsabilizou os gastos com a saúde, educação e programas sociais, acusando-os de sobrecarregar os gastos obrigatórios. Aprova um teto de gastos, que corta na carne os serviços essenciais à população.

Em tal quadro, encaixa-se a reforma da Previdência. Esse conjunto de medidas antinacionais e antipopulares converge ao objetivo de manter o parasitismo financeiro e o saque do Tesouro Nacional por meio da monumental dívida pública. Atacam-se a Previdência, saúde, educação, estatais e recursos naturais, mas não se atacam, em hipótese alguma, os credores da dívida pública. O País, a economia nacional e a população pagam caro a subordinação do Estado aos credores nacionais e internacionais, que se valem da dívida pública para impor reformas tão destrutivas.

Nas condições de crise econômica, como as que o Brasil vem enfrentando desde 2008 – na realidade desde o final da ditadura militar –, os capitalistas pressionam o Estado nacional a abrir mão das estatais, do controle de recursos naturais e impor retrocessos nas relações trabalhistas e previdenciárias. A lucratividade e o processo de concentração de riquezas determinam a política e as ações do governo burguês. Eis por que os explorados não estão lutando apenas contra a reforma da Previdência. De fato, a luta contra qualquer uma das medidas antinacionais e antipopulares atinge a política burguesa como um todo. No entanto, os reformistas e as frações da burocracia sindical individualizam caso a caso, fragmentam o objetivo do combate, desvinculam esta ou aquela medida antioperária da política burguesa geral.

Agora, com a retomada da reforma da Previdência por Temer e Bolsonaro, esse problema volta à tona. A burocracia e os reformistas, que se dizem contra a reforma da Previdência, simplesmente, põem de lado a dívida pública, reforma trabalhista, terceirização e privatizações. É correto denunciar a montanha de subsídios aos empresários e a vultosa dívida dos capitalistas para com o fisco, bem como a farsa de que a Previdência é deficitária. Essas denúncias são boas para mostrar aos explorados que o Estado e o governo de plantão protegem os exploradores. Mas, é preciso ir além. Mostrar que não há como derrotar as reformas antinacionais e antipopulares sem combater o pagamento da dívida pública. Mostrar que a luta contra a reforma da Previdência é apenas o ponto de partida da luta contra a implantação da reforma trabalhista, destruição dos serviços públicos e privatizações.

As centrais, sindicatos e movimentos popular e camponês devem unir as massas em torno de um programa de combate à política geral da burguesia, que se manifesta na forma e no conteúdo como antinacional e antipopular. Bolsonaro e Temer conspiram contra o povo, antes mesmo da posse do novo presidente. Montaram uma equipe de transição para garantir a continuidade da ditadura civil de Temer



As centrais, sindicatos e movimentos popular e camponês devem unir as massas em torno de um programa de combate à política geral da burguesia, que se manifesta na forma e no conteúdo como antinacional e antipopular.

na forma da nova ditadura militarista de Bolsonaro. As forças que rechaçam a reforma da Previdência devem tomar o cuidado de não se emaranhar nas manobras e complôs do governo que finda e do que inicia. Devem fixar uma posição clara de derrubada da reforma da Previdência, como parte da luta pelo não pagamento da dívida pública, pela revogação da reforma trabalhista, terceirização, fim das privatizações e reestatização, sob o controle da classe operária.

É preciso alertar os explorados que se trata de um enfrentamento duro e inflexível diante da política burguesa reacionária. Não serão com pequenas manifestações pulverizadas ao longo do País e com o palavreado de pressão parlamentar que derrubaremos a política dura e inflexível do governo ditatorial. Bolsonaro e seu grupo de militares farão de tudo para vencer a resistência das massas. Na campanha eleitoral, deixaram claro que se apoiarão na criminalização dos movimentos e na violenta perseguição política aos opositores, que de fato ameaçaram o governo com a força da ação direta da classe operária e demais explorados.

Esse “Dia Nacional de Luta” cumprirá seu papel, caso seja uma alavanca para impulsionar o movimento nacional e preparar as condições para retomada da greve geral de 28 de abril. Será uma alavanca se os sindicatos realizarem assembleias, elegerem comitês de base e promoverem uma ampla campanha de agitação nos locais de trabalho e nos bairros populares. Se assumirem a luta contra a reforma da Previdência como parte da luta geral contra o governo ditatorial fascizante de Bolsonaro. Se dispuserem a soldar uma frente única de mobilização e organização nacional da maioria explorada.

Toda força à luta contra a reforma da Previdência!

Todo empenho no combate à reforma trabalhista, a terceirização e as privatizações!

Toda coesão operária e popular no combate ao pagamento da dívida pública!

Abaixo o governo fascizante de Bolsonaro!

Organizar a resistência ao governo militar-policial de Bolsonaro. Constituir uma Frente de Esquerda no campo da independência de classe

Trabalhar por uma frente única de mobilização local, regional e nacional!

4 de dezembro de 2018



Estão definidos a composição e os objetivos gerais do novo governo. O seu núcleo é formado por militares e policiais. Sua política estará militarizada. Assentado nas Forças Armadas, Bolsonaro tenderá a se colocar por cima do Congresso Nacional e das frações burguesas. Agirá contra as liberdades políticas que favorecem a existência dos sindicatos, dos movimentos e da organização independente da classe operária. Tomará como um perigo à governabilidade as reivindicações e a luta direta das massas, que contrariem suas diretrizes antinacionais e antipopulares.

O fundamental em sua orientação estratégica reside no alinhamento com os Estados Unidos, em particular com a política mundial de Trump. Essa definição por um dos campos do imperialismo determina por inteiro a natureza e a inclinação política do governo de Bolsonaro.

O fundamental em sua orientação estratégica reside no alinhamento com os Estados Unidos, em particular com a política mundial de Trump. Essa definição por um dos campos do imperialismo determina por inteiro a natureza e a inclinação política do governo de Bolsonaro. Não pode haver a menor dúvida de que o País está diante de uma virada objetiva da burguesia nacional para a ultradireita. Evidentemente, não se trata de um fenômeno nacional. Reflete e acompanha um movimento de direitação e de fascistização impulsionado com a eleição Trump.

A decisão de perfilar o Brasil por trás da guerra comercial decretada pelos Estados Unidos indica que o governo militarizado de Bolsonaro abandona a linha exterior de aproveitar as diferenças, os conflitos de interesses e as disputas entre as potências. Trata-se de uma virada radical que não ocorreu nem mesmo no ciclo da ditadura militar. Não é preciso enfatizar que nem mesmo após o fim da ditadura, com governos neoliberais, se chegou a um alinhamento tão bem definido. Até mesmo a direita burguesa tradicional está pasma com o objetivo dos bolsonaristas de acorrentar o País ao carro dos Estados Unidos e à linha protecio-

nista de Trump, cuja ação resulta em guerra comercial aberta.

Bolsonaro constitui um governo mais do que francamente pró-imperialista em geral, como foi o de Fernando Henrique Cardoso. Constitui um governo serviçal da mais poderosa fração imperialista, que vem promovendo intervenções, corrida armamentista, incentivando e alimentando guerras regionais, como as do Oriente Médio. E que vem preparando condições para destruir o governo nacionalista da Venezuela.

Não nos é desconhecida a ascendência dos Estados Unidos sobre o Brasil e a primazia na América Latina. Há muito, o colonialismo e o imperialismo europeu ce-

deram espaço à potência do Norte, não somente no continente latino-americano, mas em todo o mundo. Nem mesmo os governos burgueses nacionalistas mais definidos do passado conseguiram quebrar os elos da dominação norte-americana. Essa constatação tem interesse no que

diz respeito à maior ou menor submissão do Estado às determinações do imperialismo ianque. No maior ou menor aproveitamento do governo burguês da semicolônia em utilizar as contradições interimperialistas para defender interesses nacionais, ainda que mesquinhos.

A burguesia nacional, incapaz de conquistar a real e completa independência nacional, teve e tem como alternativa apoiar-se nas contradições que colocam uma potência contra a outra para extrair vantagem. O governo burguês do PT foi o que mais recorreu a esse caminho, apoiando-se nos pressupostos do multilateralismo, das negociações e da “convivência pacífica” ditadas pelas potências, ora alinhando a um lado, ora a outro, em nome da cooperação e da harmonia.

A crise de 2008, que se projeta até hoje, alterou as relações comerciais, que pareciam estáveis e duradouras, e potencializou os conflitos de interesses. As mudanças ocorreram não apenas nos Estados Unidos, mas também na Europa ocidental, que da unidade retroage à desagregação. A China, que despontou na economia mundial, passa à condição de adversária principal do

imperialismo norte-americano. A substituição por Trump do multilateralismo pelo unilateralismo traçou uma nova linha divisória na política mundial. É por essa linha que o governo de Bolsonaro pretende guiar o País. E os Estados Unidos pressionam para que toda a América Latina tome o mesmo caminho.

O peso do Brasil é muito importante para a materialização da estratégia do imperialismo norte-americano. Está em curso, desde a ditadura civil de Temer, a confecção de acordos militares, que mal se sabe o quanto avançado estão, devido às negociações sigilosas. A Base de Alcântara poderá, finalmente, ser entregue à Nasa. A liquidação da Embraer, que passará ao controle da Boeing, foi uma demonstração de servilismo, que revela o quanto a burguesia brasileira e as Forças Armadas estão dispostos a ceder aos interesses dos Estados Unidos. Logo mais, saberemos o que se pretende com as reservas de urânio e nióbio, muito cobijadas pelas potências e por suas multinacionais. As reservas petrolíferas estão em adiantado estado de desnacionalização. A Petrobrás acabará como a Embraer, é questão de tempo. Se dependesse do ministro da Economia de Bolsonaro, já estaria colocada à venda.

Os Estados Unidos estão voltados a se apossar dos recursos naturais, das matérias-primas, que ainda se encontram nacionalizadas. E, para isso, é importante recrudesce os vínculos de dependência e de subserviência dos militares, que já não têm preocupação nem mesmo com a soberania formal do País.

Os ramos fundamentais da produção foram pouco a pouco desnacionalizados, de forma que os negócios da burguesia interna são complementares e subsidiários. O que se objetiva é ampliar a desnacionalização dos recursos naturais, por onde o capital financeiro pode aumentar seu controle da economia como um todo. Recordemos que o golpe de Estado, que deu lugar à ditadura civil de Temer, esteve sob a égide do capital financeiro. O governo eleito que o substitui é de continuidade. Há uma ligação umbilical entre o golpe de 2016 e as eleições presidenciais de outubro de 2018. A égide do capital financeiro mantém a sua influência e a amplia com a política pró-imperialista de Paulo Guedes. O controle monopolista dos ramos fundamentais da produção, o avanço da desnacionalização dos recursos naturais, o aumento da concentração fundiária e a gigantesca dívida pública atravancam as forças produtivas internas.

A política pró-imperialista de Bolsonaro agravará ainda mais tais contradições. Governos anteriores – incluindo os do PT – foram incapazes de remover minimamente travas tão poderosas, que se alimentam das condições adversas da contradição geral entre as forças produtivas e as relações de produção, e entre aquelas e as fronteiras nacionais. O fim da ditadura militar e a democratização não serviram para afrouxar o domínio imperialista. Nota-se que se fortaleceram os obstáculos ao desenvolvimento das forças produtivas internas. O fracasso do nacional-reformismo petista se deve, em última instância, à sua adaptação

ao domínio imperialista. Não havendo outra via na presente situação de crise, que seria a da revolução proletária, o poder do Estado foi entregue a um governo voltado a potenciar ainda mais a dependência do País. O conteúdo abertamente antinacional, concretamente expresso no alinhamento do País aos objetivos do imperialismo norte-americano, está na base da virada direitista, em termos políticos e ideológicos.

A tarefa do movimento operário, camponês e popular é a de derrotar e varrer a política de maior submissão e maior comprometimento da independência da nação oprimida. Qualquer que seja a frente única contra Bolsonaro, para ser plenamente consequente, tem de ter por conteúdo o combate anti-imperialista e pela independência nacional. É típico da burguesia a atitude de responsabilizar os trabalhadores pelas travas ao desenvolvimento. Não seria a dívida pública o sorvedouro do Tesouro e o grande parasita do Orçamento da União, mas sim a Previdência, o aumento do salário mínimo, o regime de estabilidade do funcionalismo, os gastos obrigatórios com a saúde e educação, etc.

Temer impôs a reforma trabalhista e a terceirização. Bolsonaro tem a missão de impor a reforma da Previdência. A desativação do Ministério do Trabalho expõe um plano maior de ataque aos assalariados e de recrudescimento da repressão ao movimento sindical. Os explorados somente podem contar com suas próprias forças para responder aos ataques do governo e ao seu entreguismo.

O problema está em que a burocracia sindical se encontra de cabeça baixa. O pronunciamento do presidente da CUT, que pretende responder aos ataques de Bolsonaro com propostas, prenuncia uma capitulação. A chamada “oposição propositiva” é parte da política de conciliação de classes. O PT e a burocracia cutista já não falam de governo ditatorial e sobre o perigo do fascismo. Está aí o mais poderoso obstáculo à tarefa de combater desde já o governo reacionário.

As esquerdas, desde as eleições, principalmente para justificar o voto em Haddad, advogaram a frente única. O problema está em sair das palavras para a ação. Não se pode contar com a burocracia sindical, que procura a via da conciliação, do esperar para ver. O que se pode fazer é constituir uma frente de esquerda, que trabalhe em torno a uma plataforma de reivindicação e que se organize em comitês de base. A unidade das esquerdas, nesse sentido prático, permite enfrentar no seio dos explorados a política da burocracia e do PT, e trabalhar pela frente única de combate ao governo. É por esse caminho que se criam as condições para a formação de uma poderosa frente única anti-imperialista, sob a direção da política do proletariado.

O POR se dirige ao PSTU, PSOL, PCB e demais correntes que se reivindicam do socialismo a se colocarem por uma frente de esquerda, apoiada no método da ação direta e na organização independente. Que de comum acordo convoquemos as plenárias regionais e nacionais. Que a Conlutas e Intersindical tomem a frente desse objetivo.

O fracasso do nacional-reformismo petista se deve, em última instância, à sua adaptação ao domínio imperialista. Não havendo outra via na presente situação de crise, que seria a da revolução proletária, o poder do Estado foi entregue a um governo voltado a potenciar ainda mais a dependência do País. O conteúdo abertamente antinacional, concretamente expresso no alinhamento do País aos objetivos do imperialismo norte-americano, está na base da virada direitista, em termos políticos e ideológicos.

Adaptação da burocracia sindical ao capitalismo putrefato

Massas 578 – 7 de dezembro de 2018

O presidente da CUT, Vagner Freitas, lamentou o fato de os trabalhadores não terem vez no governo de Bolsonaro. Reclamou diante da dissolução do Ministério do Trabalho. No entanto, espera que o movimento sindical responda aos ataques do novo governo com propostas e, assim, faça uma “oposição propositiva”. O que quer dizer subordinar os sindicatos à política parlamentar do PT e dos demais partidos que se coloquem na oposição. A ideia é de apresentar projetos, que supostamente defendem “a classe trabalhadora”, em contraposição aos projetos de Bolsonaro. O burocrata sindical não faz senão repetir o que sempre pensou e o que sempre fez diante dos governos burgueses. No caso do governo do PT, estava em família, não era preciso fazer “oposição propositiva”. Agora, procura dar um novo revestimento à política de colaboração de classes e de subserviência. Para que se tenha uma noção integral do embuste de Vagner, reproduzimos abaixo o trecho da nota CUT:

“Precisamos fazer uma releitura de quem é essa nova classe trabalhadora que surgiu nessa nova etapa do capitalismo mundial e após reforma Trabalhista do ilegítimo Temer. Nós temos de discutir e conversar com esses trabalhadores, mostrar para eles o que significa essa agenda de retrocesso de Bolsonaro, que retira direitos. E, para isso, defende o presidente da CUT, os métodos para organizar essa massa de trabalhadores não podem ser os mesmos utilizados até agora. É uma outra base, são novas pessoas, que querem novas posturas de nós. Vamos continuar na luta para que os direitos trabalhistas retornem, mas sabemos que a tendência é de que no governo Bolsonaro haverá uma ofensiva para que se desmonte cada vez mais o mercado de trabalho do que propriamente uma tentativa de consertá-lo. Precisaremos dialogar com esses novos trabalhadores para impedir isso e aumentar, com isso, a nossa representatividade. Uma oposição aos ataques aos direitos dos trabalhadores é o que a CUT precisará fazer no próximo período. A cada proposta apresentada pelo governo de Bolsonaro que ataca os direitos, a CUT precisa, mais do que se posicionar e lutar contra qualquer retirada de direitos, fazer uma oposição propositiva, com uma pauta que apresente



O presidente da CUT, Vagner Freitas.

(...) a CUT e demais centrais fecharam os olhos para a demissão de três milhões de assalariados no período da recessão, e realizaram acordos de flexibilização do trabalho (banco de horas, PDV, lay-off, PPE) com as multinacionais. É assim que desativaram o ascenso das massas, que chegaram até a greve geral de 28 de abril do ano passado.

as demandas da classe trabalhadora, defende o presidente da CUT. Queremos, logo no início do governo, construir um grande encontro nacional da classe trabalhadora, juntando todas as centrais sindicais e movimentos sociais, pois, nós vamos tirar uma pauta de reivindicação dos trabalhadores e trabalhadoras e vamos apresentar e entregar ao governo. Vamos dizer qual modelo de Previdência nós defendemos, qual salário mínimo queremos, vamos dizer que queremos salário igual para homens e mulheres, vamos apresentar o que queremos para os rurais, servidores públicos e qual modelo de educação nós queremos. Nós vamos apresentar uma agenda propositiva para o Brasil, sob a ótica dos trabalhadores”.

Essa exposição do presidente da CUT é uma declaração de capitulação diante do governo ditatorial, antinacional e antipopular de Bolsonaro. A subserviência da burocracia sindical vai além da sua defesa de “oposição propositiva”, o que quer dizer manter o governo até a próxima eleição. Vai além porque assume a explicação burguesa de que as mudanças no capitalismo criaram uma “nova classe trabalhadora”. E que, portanto, já não quer lutar como antes. Não passa de palavreado a ideia de que é preciso “dialogar com esses novos trabalhadores”. É completamente falsa a noção de que as medidas tomadas pela burguesia mundial

para precarizar as condições de trabalho e, em particular a reforma trabalhista de Temer, vêm criando uma “nova classe trabalhadora”.

Os porta-vozes da burguesia vêm repisando a farsa de que “a população já não quer propriamente emprego, quer ocupação remuneradora, de preferência sem patrão”. Repisam que a fragmentação das atividades, e o seu caráter temporário, têm rompido a antiga relação de emprego e, assim, criado um novo tipo de trabalhador. A tal da “indústria 4.0” e a robotização crescente eliminarão cada vez mais a antiga classe operária. A burocracia sindical, como revela Vagner Freitas, repete essa impostura burguesa. Não é de hoje que sociólogos e historiadores da burguesia decretaram o fim do proletariado, concebido por Marx e Engels como a classe revolucionária que enterrará o capitalismo e construirá a sociedade socialista.

A redução de postos de trabalho na produção não extingue a classe operária e não lhe tira seu caráter de classe revolucionária pelo lugar que ocupa nas relações de produção capitalista. Ocorre que a contradição entre as forças produtivas altamente desenvolvidas e as relações de produção baseadas na grande propriedade monopolista criou um vasto exército de desempregados e subempregados. O aumento do exército industrial de reserva é próprio do capitalismo, em crise ou em crescimento. Decorre da anarquia da produção e da concorrência capitalistas, só é agravado pelas crises. Nas últimas décadas, burguesia forjou mecanismos para

Adquira com o distribuidor: **R\$ 35**

ASCENSO E QUEDA DO PT

A luta pela construção do Partido Operário Revolucionário

Este livro condensa o processo histórico do fracasso da estratégia e da política do reformismo, testemunha a impossibilidade da classe operária chegar ao poder pela via das eleições, afirma os fundamentos marxistas da revolução proletária e coloca a luta pela construção do partido revolucionário.

ASCENSO E QUEDA DO PT

A LUTA PELA CONSTRUÇÃO DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

aumentar a exploração do trabalho e garantir a alta lucratividade. É o caso da terceirização e de toda parafernália que compõe a flexibilização capitalista do trabalho.

A burocracia sindical, que é uma aristocracia parasitária, se adaptou a esse processo. É bom lembrar que os burocratas abraçaram a tal da “reestruturação produtiva”, “modernização das relações trabalhistas” e flexibilização do trabalho. Não por acaso, os burocratas e a esquerda reformista, bem como a centrista, substituíram a classe operária, o proletariado, pelo conceito genérico de classe trabalhadora. Os protagonistas da política de conciliação com a burguesia e seus governos advogam a substituição do método da luta de classes, que é próprio do proletariado, pelo método do diálogo e da oposição positiva.

É assim que a CUT e demais centrais fecharam os olhos para a demissão de três milhões de assalariados no período da recessão, e realizaram acordos de flexibilização do trabalho (banco de horas, PDV, lay-off, PPE) com as multinacionais. É assim que desativaram o ascenso das massas, que chegaram até a greve geral de 28 de abril do ano passado. É assim que colaboraram com o governo Temer, que pôde aprovar tranquilamente a reforma trabalhista e a lei da terceirização. Agora, prometem o mesmo diante da reforma da Previdência de Bolsonaro. Esses traidores têm desmoralizado os sindicatos aos olhos da classe operária. E vêm com a conversa de que é preciso aumentar a sua representatividade, recorrendo ao método do “diálogo” (conciliação).

Os assalariados não vêm motivo para se filiarem e recorrem aos sindicatos, cujos exemplos são de conivência com o patronato. A burguesia e seu governo aproveitam a desconfiança das massas diante dos sindicatos degenerados para dizer que esse instrumento é coisa do passado e que deve ser revisto. O atraso político e organizativo da classe operária não lhe permite distinguir o sindicato como organização coletiva de combate à exploração capitalista de sua direção aristocrática, burocrática, autoritária e corrompida pela política burguesa. A burocracia autoritária elimina a democracia sindical, e

depois diz que a classe operária já não é a mesma, e que é preciso mudar os métodos de representatividade. A baixa filiação reflete o caráter estranho dos sindicatos burocratizados e estatizados.

A etapa do capitalismo a que se refere a nota da CUT, na realidade, não é senão a de sua decomposição, própria do imperialismo. Está aí por que as medidas antioperárias são impostas mundialmente pelos monopólios e pelo capital financeiro. Ocorre que é nessa etapa, também, que os sindicatos são amplamente cooptados pelo Estado, anulados como organismos da democracia operária, manejados como instrumento de conciliação de classes, e desfigurados como meio para os explorados recorrerem ao método da ação direta.

Concretamente, a maioria oprimida e, em particular, a classe operária, está diante de um governo militarizado, voltado a atacar os direitos trabalhistas e previdenciários, a reprimir o movimento camponês e popular, bem como a sucatear ainda mais a saúde e educação. Está diante de um governo disposto a se submeter ao imperialismo norte-americano. Um governo servil do capital financeiro, que ampliará o entreguismo e a desnacionalização. Um governo que se constitui sobre a base de militares para ditar ordens ao País. Concretamente, a maioria oprimida continua a ser golpeada pela crise econômica, pelo desemprego, subemprego, pobreza e miséria. É a essa realidade que a classe operária tem de enfrentar. Não há subterfúgio. O capitalismo em decomposição sacrifica sem atenuantes a vida dos explorados. O governo ditatorial de Bolsonaro é um reflexo dessa decomposição.

O problema está em que a burocracia sindical se levanta como uma muralha à luta coletiva, à unidade dos oprimidos, ao programa de reivindicações, à organização independente e à estratégia própria de poder da classe operária. É um grande obstáculo à constituição de uma frente única de defesa da vida das massas e de uma frente única anti-imperialista. A vanguarda deve combater bombardeando essa muralha, com a organização independente, os métodos da ação direta e o programa de reivindicações.

Manifesto

Abaixo a reforma da Previdência de Bolsonaro-Guedes! Organizar a greve geral!

15 de fevereiro de 2019

A campanha da burguesia para impor aos trabalhadores a reforma da Previdência cumpriu sua primeira etapa. Unificou boa parte das forças políticas em torno do argumento de que uma nova Previdência é necessária para retirar o Brasil da crise econômica e garantir a continuidade do pagamento das aposentadorias e pensões. Essa unidade é necessária para que não aconteça de não ser aprovada no Congresso Nacional, como se passou com a reforma de Temer.

A vitória de Bolsonaro reergueu a frente burguesa para aprovar imediatamente o novo projeto montado pelo ministro Guedes. O pedido de urgência do capital financeiro, propagado na forma de campanha diária nos meios de comunicação, foi atendido. Daqui para frente, a campanha entrará na fase de convencimento da população para que apoie os parlamentares favoráveis à reforma. Primeiro, Guedes vazou para a imprensa um esboço de alterações superviolentas. Depois, Bolsonaro compareceu como um benévolo reformador. Uma manobra tão grosseira como essa reflete

o receio do governo de um repúdio generalizado da maioria que trabalha e vive de seu suor.

Palavreado de justiça para os pobres e fim dos privilégios dos ricos não consegue ocultar o objetivo de sacrificar os assalariados para proteger os banqueiros e demais capitalistas. A maioria oprimida há tempo vem pressentindo o perigo e tem a certeza de que suas vidas vão se tornar ainda mais infernais. Ninguém quer que seja aumentada a idade mínima, o tempo de contribuição e a redução dos ganhos. Ninguém quer a diminuição da distância entre homens e mulheres no critério de aposentadorias. Ninguém quer se submeter à regra de transição que ano a ano vai piorando as condições para se alcançar a miserável aposentadoria. Ninguém quer que os milhões, que mal têm o que comer a vida toda, estejam sujeitos à esmola menor que o salário mínimo de uma assistência social. Ninguém quer que os camponeses pobres estejam na dependência de uma aposentadoria menor que o salário mínimo de fome. São tantas as armadilhas a serem denunciadas e rejeitadas.

Mas, a principal delas ainda está por ser desmascarada. Trata-se da implantação do sistema de capitalização. Livra-se o patronato de contribuir com a aposentadoria de seus empregados, e isenta o Estado de qualquer responsabilidade. Os banqueiros estão sedentos em utilizar a capitalização. Por todos os lados, a reforma da Previdência joga água no moinho dos exploradores.

A burguesia se une para cumprir a meta de ajuste fiscal e de garantia de pagamento da gigantesca dívida pública. Une-se politicamente para descarregar a crise capitalista sobre as massas. O problema está na falta de união dos explorados. A sua união depende da resposta política à união da burguesia. O que quer dizer que depende das direções dos sindicatos e dos movimentos camponês, popular e estudantil. Ocorre que essas direções mantêm os explorados individualizados, atomizados, desorganizados e divididos. A união da burguesia para impor a reforma da Previdência depende da desunião da maioria explorada. A política burguesa, ao mesmo tempo em que une suas forças minoritárias, age para desunir as forças majoritárias da classe operária e demais explorados.

A burocracia sindical e as demais direções dos movimentos, adaptadas ao capitalismo, servem de correia de transmissão da política divisionista. Isso explica por que as centrais, os sindicatos e os movimentos sempre correm atrás da política burguesa, daquilo que planeja seus governos e do que realiza o Congresso Nacional. É o que está acontecendo, concretamente, com o andamento da reforma da Previdência. Todos ficaram aguardando a divulgação do projeto bolsonarista, e esperam participar das discussões no Congresso Nacional. O encontro das maiores centrais, CUT, Força Sindical, UGT, com o general Hamilton Mourão é um sintoma da paralisia e da dependência dos burocratas diante do que o governo vem fazendo. Essa camarilha colaboracionista não rechaça a reforma da Previdência. Aceita o argumento burguês de que é preciso alterar as condições para os explorados se aposentarem. O que querem, portanto, é participar da elaboração de um projeto, que supostamente atenderia pelo menos em parte os interesses dos trabalhadores. O seu raciocínio é o seguinte: se é preciso uma reforma da Previdência, que se faça com a contribuição dos sindicatos e movimentos. Essa conduta servil e capituladora já se fez presente em todas as reformas antinacionais e antipopulares, promovidas pelos governos da “redemocratização”. O ponto alto dessa política colaboracionista se deu nos próprios governos de Lula e Dilma, quando fizeram as suas reformas da Previdência.

A única forma de combater e derrotar a ofensiva da burguesia e seu governo é denunciar, logo de início, que tal reforma serve inteiramente aos interesses dos banqueiros, credores da dívida pública e exploradores da força de trabalho. Em seguida, rejeitar de conjunto qualquer que seja o projeto de reforma. Caso contrário, a burguesia usará a política e colaboração de classes a seu favor. A burocracia sindical, ao se colocar como intermediária entre exploradores e explorados, bem como negociadora, está obrigada a dividir as massas e a desviar os seus instintos de revolta. É o que aconteceu com a reforma trabalhista de Temer. É o que vem acontecendo agora com a reforma da Previdência de Bolsonaro. É bom lembrar que a CUT, Força Sindical, UGT, CGT, principalmente, desmontaram o movimento nacional de março e abril de 2017, que culminou com a greve geral no dia 28 de abril. A tática de ameaçar o governo com a mobilização, e depois recuar para negociar, leva, inevitavelmente, à derrota. É bom ainda lembrar que a Força Sin-

Abaixo a reforma da Previdência de Bolsonaro-Guedes

dical e a UGT negociaram com Temer para que não se extinguísse o imposto sindical. Fizeram o papel de capachos da ditadura civil, que acabou não cumprindo o miserável acordo.

As centrais, o PT e seus seguidores reconhecem a legitimidade de Bolsonaro para pôr em marcha a reforma da Previdência, uma vez que foi eleito. Divergem tão somente do fato deste não incorporar os dirigentes sindicais e dos movimentos nas discussões do que entra ou não na reforma. A crítica ao autoritarismo é completamente inútil para a causa dos oprimidos. É típica de quem está de joelhos diante da porta do poder e implora pela entrada. Essa conduta se contrapõe às tendências de luta da classe operária e demais explorados.

Nem bem Bolsonaro foi eleito e já sente que aqueles que trabalham e criam as riquezas, apropriadas pela burguesia, não o elegeram para desfechar tamanho ataque às suas vidas. O que quer dizer que as ilusões eleitorais começam a desmoronar precocemente. A necessidade e a disposição das massas de reagirem à reforma de Bolsonaro-Guedes está à flor da pele. A burocracia sindical, o PT e aliados sabem que a crise política permanece, e tende a uma maior polarização entre os explorados e seus escravizadores. Sentem o tremor sob seus pés. Sabem de sua responsabilidade perante a burguesia, o governo eleito e o Congresso Nacional, como instrumento da conciliação de classes. Sabem de sua responsabilidade em evitar um levante dos explorados, que ultrapasse os limites da democracia burguesa, e da contenção da luta de classes. É nessa política divisionista que reside a fraqueza do movimento operário, camponês e estudantil, e não na força da unidade burguesa em torno da reforma de Bolsonaro-Guedes.

A reforma da Previdência completa a reforma trabalhista e a lei da terceirização. De conjunto, permitirão aos capitalistas aumentarem a exploração do trabalho, e, ao Estado sustentar a dívida pública, e aumentar os recursos destinados aos grupos empresariais. Os governos não têm feito outra coisa senão destruir antigas conquistas trabalhistas e previdenciárias. Em vez de avançar a melhoria das condições de trabalho e existência da maioria, regredem ao ponto da barbárie social. Os reformistas se tornaram advogados da redução da distância entre ricos e pobres. Mas, o capitalismo em decomposição segue o caminho inverso. A burguesia imperialista encarna o movimento reacionário das contrarreformas. Movimento que se impõe aos países semicoloniais, marcados pelo atraso e pela miséria das massas. O governo Temer e Bolsonaro seguem, nesse sentido, as ordens do capital financeiro. Somente a luta implacável do proletariado, empunhando o seu programa, se abrirá uma etapa de resistência.

É preciso lutar pela derrota integral da reforma da Previdência. A bandeira que corresponde é de “Abaixo a reforma da Previdência de Bolsonaro-Guedes”. Derrotemos mais essa ofensiva da burguesia e seu governo. A vitória contra a reforma da Previdência fortalecerá a unidade dos explorados na sua resistência à reforma trabalhista e à terceirização. Que as centrais sindicais e os movimentos rompam com a política de conciliação de classes de suas direções. Que se coloquem imediatamente pela organização da greve geral. Que os sindicatos e demais organizações convoquem as assembleias e organizem os comitês de base. Que, unidos em uma frente única de ação direta, marchem contra o governo antinacional antipopular de Bolsonaro.

Abaixo a reforma da Previdência de Bolsonaro-Guedes!

FORD

Programa e método para enfrentar os ataques da burguesia

Editorial, Massas 584 – 7 de abril de 2019

A direção do sindicato metalúrgico do ABC, filiada à CUT, e principal braço do PT no movimento sindical, acaba de mandar os operários da Ford de volta ao trabalho, depois de 42 dias de paralisação. A Ford de São Bernardo passará para as mãos da Caoa, controlada pela Chery. A transação cessará o contrato de trabalho de 3.000 efetivos e 1.500 terceirizados. Não se sabe quantos serão recontratados, e em que condições trabalhistas. O certo é que se trata de um ataque brutal aos empregos.

Após esse fato, a Anfavea informou que o setor automotivo demitiu cerca de 1.000 metalúrgicos em março. A justificativa foi que as exportações caíram, descompensando a retomada das vendas no mercado interno. No mesmo momento, correu a notícia de que o acordo entre Brasil e México tende a naufragar, e de que a Argentina continuará a padecer da queda econômica. O que significa que as dificuldades nas exportações de veículos permanecerão por um tempo imensurável.

A crise mundial de superprodução se agravou e se converteu em destruição maciça de empregos, bem como em desvalorização da força de trabalho. Esse processo destrutivo está em curso. A curva do desemprego voltou a crescer em fevereiro, atingindo 13.098 milhões de trabalhadores. O número de desocupados e subocupados deu mais um salto acima, chegando a 27,9 milhões de brasileiros. O que expressa o bloqueio das forças produtivas, e resulta em pobreza, miséria e fome.

Segundo o FMI, a pobreza aumentou entre 2014 e 2018. Mais de 7,3 milhões sobrevivem com pouco mais de R\$ 20,00 por dia (US\$ 5,50). Esse retrato, mesmo incompleto, expõe o avanço da barbárie. Nada indica que a burguesia e seus governos tomarão medidas para interromper sua marcha. Ao contrário, vão alimentá-la com as contrarreformas. Depois da bestial reforma trabalhista, vem a reforma da Previdência. Ataque sobre ataque à vida das massas caracteriza o capitalismo em decomposição.

O imperialismo volta a recomendar a adoção das “redes de proteção”. O Brasil já tem muita experiência com esse tipo de orientação. Os programas Bolsa Família, Minha Casa, Minha Vida, etc. não foram além de emplastos, colocados pelos governos burgueses sobre a imensa chaga da miséria e da fome. E serviram para submeter grandes contingentes de famintos à política eleitoral dos partidos da ordem.

O período que se caracterizou pelas ilusões reformistas de incluir os excluídos ficou para trás. As massas estão diante do precipício do desemprego, subemprego, perda salarial e destruição de antigos direitos. O que fez a direção sindical diante do fechamento da Ford in-

dica, perfeitamente, o desastre a que leva a política do reformismo.

A classe operária, no entanto, tem seu programa, suas reivindicações e seus métodos próprios de luta, que estão de acordo com a situação objetiva. O obstáculo, que impede as tendências de combate do proletariado de confluírem com o programa de enfrentamento à burguesia, se encontra no sindicalismo burocrático, na política de colaboração de classes do reformismo, na confusão que reina entre a vanguarda enredada no centrismo e, sobretudo, no caráter embrionário da construção do partido revolucionário.

É necessário ainda ter claro a gravidade da crise mundial de direção revolucionária. O que se passa no Brasil se passa em toda a parte.

A difícil situação, no entanto, traz no seu interior as tendências progressivas da luta de classes nacional e mundial. As massas estão em choque com a burguesia e seus governos. Passaram e estão passando pela dura experiência da restauração



Boletim Nossa Classe, distribuído na Assembleia de 26 de março de 2019.

O obstáculo, que impede as tendências de combate do proletariado de confluírem com o programa de enfrentamento à burguesia, se encontra no sindicalismo burocrático, na política de colaboração de classes (...) na confusão que reina entre a vanguarda enredada no centrismo e (...) no caráter embrionário da construção do partido revolucionário.

capitalista, pelo brutal controle da política reformista, e pelos anos áureos da hegemonia norte-americana do pós-guerra.

O programa avançado da revolução proletária, a plataforma de defesa da vida das massas, as bandeiras democráticas e a necessidade dos explorados recorrerem aos métodos de combate da luta de classes estão plenamente colocados, e vão ao encontro das necessidades mais prementes dos desempregados, subempregados, pobres, miseráveis e famintos.

Toda a atenção dos explorados está, no momento, voltada à reforma da Previdência. É preciso quebrar sua espinha dorsal, combatendo o governo Bolsonaro e as forças burguesas que exigem mais sacrifício das massas. A organização da greve geral está plenamente colocada. É igualmente fundamental responder com o programa, as reivindicações e os métodos da classe operária às demissões e ao desemprego. A experiência da Ford se ergue como um importante exemplo de como a resposta programática se manifesta objetivamente e se choca com o reformismo traidor e, por isso, autoritário. Demonstra a aplicabilidade das bandeiras de ocupação da fábrica e de controle operário da produção. A vigência do Programa de Transição da IV Internacional está posta na ordem do dia.

São Paulo

PARA QUE SERVIU O 1º DE MAIO UNIFICADO?

Massas 586 – 12 de maio de 2019

A brutal reforma da Previdência, as restrições ao financiamento dos sindicatos, e o descontentamento das massas levaram as inúmeras centrais, pela primeira vez, a um 1º de Maio unificado. O fundamental dessa decisão se encontra na pressão dos explorados. A necessidade e vontade de luta contra a ofensiva dos capitalistas e de seu governo, que tem avançado a passos largos, desde o golpe de Estado de 2016, compõem como o fator progressivo da unificação. Distintamente, são os interesses e a política burocrática que conduziram à unificação.

Estiveram representados na tribuna do Anhangabaú o reformismo, a direita sindical, o centrismo e o esquerdismo oportunista. A utilização do 1º de Maio pelos partidos orgânicos da burguesia, como o PSB e o PDT, indicou o conteúdo de classe pequeno-burguês e burguês dominantes. A entrega da tribuna, por sua vez, aos candidatos da oposição, que disputaram a presidência da República, deu o tom institucional-eleitoreiro ao 1º de Maio. É bom lembrar que o candidato do PDT, Ciro Gomes, foi convidado, mas não compareceu. Não custou nada à burocracia sindical conceder alguns minutos ao PCO, levando em conta sua cruzada pelo “Lula Livre”. Aí estava a seita oportunista ao lado de representantes da política burguesa. O PSTU, centrista, se conformou com o caráter burocrático da unidade para ter a chance de sua ex-candidata à presidência da República e ao seu representante da CSP-Conlutas tomarem a palavra para elevar à esquerda o tom do discurso.

A voz esquerdista dos oportunistas contrária à reforma da Previdência se diluiu entre as vozes que indicavam que alguma reforma seria inevitável, e que o movimento deveria influenciar as negociações no Congresso Nacional. Por cima de todos, prevaleceu o chamado do ultra-burocrata, Paulinho da Força, à participação no processo de discussão parlamentar, para, assim, “desidratar” a reforma da Previdência.

Como se pode ver, a orientação geral foi dada pelos burocratas vinculados aos partidos da ordem burguesa. O direito do Solidarietà se manifestar por meio do deputado Paulinho da Força indicou que tal unidade comportava um agente

bolsonarista, mascarado de opositorista.

O objetivo político de transformar o 1º de Maio unitário em instrumento de negociação do projeto da Previdência de Bolsonaro-Guedes, no Congresso Nacional, levou a uma organização profissional burocrática da manifestação. O espaço do Anhangabaú foi cercado por grades, guarnecidas por seguranças particulares. O espaço interno foi dividido entre as centrais, que reuniram seus arregimentados, cada um com um colete, que se distinguia do outro, e os participantes que ficaram depois da grade, separados da tribuna. É sintomático que as esquerdas legais tenham concordado em participar sem sequer usar a tribuna para denunciar a burocratização antidemocrática do ato. O PSTU, PSOL, PCB e PCO se disciplinaram a essa organização, provavelmente, considerando que a concessão da burocracia para que tivessem a palavra lhe seria, de alguma maneira, útil.

O resultado final é que se diluíram e colaboraram com uma unidade burocrática e uma diretriz burguesa dominante.

Não por acaso, os sindicatos não mobilizaram a classe operária para o 1º de Maio. Restringiram-se às suas bases de classe média. Embora, desta vez, os organizadores tenham limitado, na primeira parte, o caráter festivo do 1º de Maio, foi conservado o formato de comícios eleitorais. Isso diante do desemprego em massa, do subemprego crescente, da implantação da reforma trabalhista, do avanço da terceirização e da maldita reforma da Previdência em andamento. Não esteve presente a consciência de classe e a revolta latente que se agiganta no seio das massas.

Era esperado o anúncio da greve geral para junho. Definiu-se sua data para o dia 14. A distância de cerca de 40 dias do 1º de Maio foi planejada pela cúpula das centrais para que coincidissem com a votação no plenário da Câmara de Deputados da reforma da Previdência. Até lá, terá tempo para negociar com os parlamentares. Essa subordinação ao calendário legislativo, por si só, atesta que as centrais e os partidos de oposição se valerão do movimento para seus objetivos políticos particulares. Caso essa linha prevaleça, os explorados arcarão com mais uma reforma antipopular.



Adquira com o distribuidor: **R\$35**

AS ESQUERDAS NO BRASIL

O Trotskismo diante da Tarefa de Construir o Partido Revolucionário

O livro desenvolve o percurso de mais de 20 anos em torno da batalha contra as várias correntes revisionistas de esquerda, como parte da luta pela elaboração do programa e da construção do partido revolucionário.

Adquira com o distribuidor de Massas: **R\$35**

SOCIALISMO OU BARBARIE

A Revolução Proletária na época do capitalismo em decomposição

O livro editado pelo POR, reúne uma coletânea de textos com elaborações e formulações programáticas sobre os fatores mais destacados da situação política mundial, um balanço dos 40 anos do golpe militar no Chile, um balanço dos 50 anos do golpe no Brasil e uma crítica programática ao foquismo nesse período.

Greve Nacional da Educação

Derrotar a ofensiva direitista, obscurantista, antinacional e antipopular de Bolsonaro

15 de maio de 2019

Neste dia 15 de maio, professores, estudantes e funcionários da educação dizem NÃO aos ataques do governo ditatorial, militarista e fascizante. É importante que a classe operária e demais explorados apoiem ativamente a paralisação nacional. Quanto mais massiva e combativa for, melhor para impulsionar a unidade dos trabalhadores para a greve geral de 14 de junho.

Esse movimento é o ponto de partida para a unidade da maioria oprimida contra a reforma da Previdência de Bolsonaro/Guedes, contra a reforma trabalhista e a terceirização de Temer/Meirelles e contra o desemprego que atinge milhões, especialmente, a juventude.

A CNTE e os sindicatos da educação básica decidiram pela greve nacional, não só para derrubar a reforma da Previdência, mas também para barrar as ações repressivas e destruidoras do sistema público de ensino, desfechadas pelo ministério da Educação.

Não se tratam de medidas isoladas, mas sim de um plano econômico, político e administrativo. A reforma da Previdência é uma de suas peças fundamentais. Sobrecarregará o tempo de trabalho e de contribuição. Em especial, eliminará direitos das professoras da educação básica.

Esse governo encarna a política radical do liberalismo burguês, os métodos ditatoriais e a ideologia religiosa, obscurantista. Elegeu como uma das tarefas principais alterar a relação do Estado com a educação. Tem como princípio negar qualquer autonomia do sistema de ensino. A atividade do professor, o lugar do aluno e a aprendizagem devem ser um apêndice da política de Estado. Eis aí um traço fascizante do governo Bolsonaro. Consequentemente, o governo terá de usar formas de compulsão para controlar verticalmente as universidades e as escolas. Anunciou a intenção de punir os professores e funcionários que não seguirem as prescrições ditadas pelo ministério da Educação. Já houve a tentativa de introduzir a delação como meio de controle e punição.

A militarização das escolas caminha a passos largos. Não por outro motivo, o governo fascizante avalia que disciplinas da área de humanas, como filosofia e sociologia, são um estorvo, que podem simplesmente ser eliminadas. Nessa mesma linha, foi desencadeada uma ação, em nível federal e estadual, para tornar os reitores em chefetes, manejados diretamente pelo governo. A acusação de que a educação está influenciada pelo “marxismo cultural” é uma máscara ideológica para implantar esse regime de controle antidemocrático do ensino. Bolsonaro não fez e não faz questão de ocultar as pressões das igrejas evangélicas para que as escolas reflitam os seus dogmas. A forma militarizante-religiosa está na base da política desse governo para a educação.

Já estava em curso, antes de Bolsonaro ser eleito, o movimento retrógrado, impulsionado pelas igrejas e setores ultrarreacionários da burguesia e da pequena burguesia, de impor ao País o projeto “Escola sem partido”. Não chegou a ser aprovado, mesmo assim foi sendo implantado, em certa medida, em alguns estados e municípios. Agora, as forças políticas que conceberam a “Escola sem partido” chegaram ao poder, com a eleição de Bolsonaro.



Esse governo encarna a política radical do liberalismo burguês, os métodos ditatoriais e a ideologia religiosa, obscurantista. Elegeu como uma das tarefas principais alterar a relação do Estado com a educação.

Certamente, não é possível impor tamanho retrocesso, sem abrir enormes conflitos, inclusive no interior dos partidos da burguesia, burocracia universitária, imprensa, etc. Mas o mais importante tem sido a resistência de estudantes e professores. Resistência que agora se manifesta com a greve nacional da educação.

Os violentos cortes de recursos, avanço da privatização, desnacionalização, precarização do trabalho, ofensiva do obscurantismo religioso-militarizante e intervencionismo do governo sobre a burocracia universitária constituíram um conjunto de medidas, cuja aplicação impõe um retrocesso até então desconhecido no período pós-ditadura militar.

É preciso ter claro que a greve nacional se choca não apenas com o governo reacionário, mas também com a tendência geral da burguesia de eliminar velhas conquistas da classe operária e da pequena burguesia. As reformas trabalhista e previdenciária estão intimamente vinculadas com a reforma do ensino. O capitalismo em crise e em decomposição leva a burguesia a impor as contrarreformas. Os explorados estão diante de um período de contrarreformas e, portanto, de regressão em seus direitos. A educação não pode ficar à margem dessa tendência regressiva. É obrigatório, ainda, assinalar que as contrarreformas são dirigidas pelo capital financeiro, que tem por trás o imperialismo. Qualquer desconhecimento ou desconsideração de que a gigantesca dívida pública e a criminoso carga de juros jogam um peso decisivo no bloqueio da economia, e na condução da política econômica do governo, leva a enganos e erros. A reforma da Previdência é ditada diretamente pelos credores da dívida pública, o que inclui os cortes de recursos à educação.

O movimento deve se pôr à altura dessa tendência, que ex-



pressa a contradição entre as forças produtivas altamente desenvolvidas e as relações capitalistas de produção. As massas em luta precisam passar por cima do corporativismo das direções sindicais e políticas, que desvinculam a tendência geral do capitalismo em decomposição das medidas regressivas do governo. Essa é a condição para golpear as contrarreformas e potenciar o movimento organizado dos explorados para novos embates.

Derrotar a ofensiva de Bolsonaro é derrotar a ofensiva do capital financeiro. Uma das consequências políticas dessa ofensiva foi o golpe de Estado, a instituição de uma ditadura civil e, finalmen-



O fato de a greve nacional ser uma resposta à política educacional de Bolsonaro coloca, na ordem do dia, o programa de defesa da educação pública. (...) Está mais do que madura a necessidade de lutar pela expropriação, sem indenização, da rede privada, que inclui as escolas confessionais.

te, a eleição da ultradireita. A submissão desse governo à diretriz mundial de Trump segue essa lógica. Essa é uma particularidade da “nova política” brasileira. No entanto, o governo da ultradireita não traz nada de novo quanto ao programa econômico. As contrarreformas e a desnacionalização foram muito bem assentadas pelo governo do PSDB de Fernando Henrique Cardoso. O primeiro mandato de Lula não rompeu essa linha. A posterior tentativa de mudança para o nacional-reformismo concluiu com a derrubada do governo de Dilma Rousseff. Esse percurso expressou a impotência do reformismo em contrariar a tendência geral da crise mundial do capitalismo, com seus reflexos nacionais, e as contrarreformas. É obrigatório reconhecer que os governos petistas se curvaram diante da dívida pública.

A ideia da oposição nacional-reformista de recuperar a capacidade de influenciar eleitoralmente as massas e, assim, retomar o poder, é a principal dificuldade e obstáculo para que a revolta dos explorados contra o governo de Bolsonaro se erga em um movimento independente e com força para derrotá-lo. É necessário que o movimento não aceite a posição de que alguma reforma da

Previdência deve ser feita, desde que não seja a de Bolsonaro. Essa é a via das negociatas e do fracasso da luta. A bandeira tem de ser: “Abaixo a reforma da Previdência de Bolsonaro/Guedes!”

O fato de a greve nacional ser uma resposta à política educacional de Bolsonaro coloca, na ordem do dia, o programa de defesa da educação pública. Defesa essa que, consequentemente, se contrapõe ao controle crescente do sistema de ensino pelos grupos econômicos que o exploram como mercadoria. Está mais do que madura a necessidade de lutar pela expropriação, sem indenização, da rede privada, que inclui as escolas confessionais. A expansão do ensino privado traz consigo a orientação ideológica dos monopólios e do imperialismo. A propriedade privada do ensino dá ao seu dono o poder direto sobre os trabalhadores da educação, e o resultado de seu trabalho. Essa característica tem sido exaltada como eficiência, que deve ser transferida para o ensino público. Tem aumentado a pressão para que a política educacional assuma como orientação geral o modelo de gestão privada da educação. Faz parte dessa pressão, a ampliação do ensino a distância. A política do PT nacional-reformista e dos aliados (PCdoB e PSOL) de defesa da coexistência do ensino público com o privado favorece o fortalecimento da educação empresarial.

A greve nacional da educação não pode ser corporativa. Ocorre nas condições de

crise em que se exige a defesa das reivindicações democráticas do ensino como parte do programa da classe operária, que tem por fundamento a expropriação dos meios de produção capitalistas, e sua transformação em propriedade social. Nenhum governo burguês será capaz de se contrapor às tendências destrutivas do capitalismo em crise e às pressões do capital financeiro pelas contrarreformas. Não temos dúvida de que a luta contra esse governo fascizante lança luz sobre a necessidade da estratégia própria de poder da classe operária e demais oprimidos. É com essa necessidade política que o nosso movimento poderá sair vitorioso.

Abaixo a reforma da Previdência de Bolsonaro/Guedes!
Em defesa de um único sistema de ensino, público e científico,
sob o controle de quem trabalha e estuda!
Estatização, sem indenização, do sistema privado de ensino!
Pela autonomia de ensino, liberdade de cátedra,
livre expressão e manifestação!
Nenhuma influência das igrejas sobre o ensino!
Que a greve nacional da educação prepare a greve geral
de 14 de junho!

Proletária da Educação
nº 9
Set 2019

Derrotar a barbárie social, que se espalha pela Educação, com o programa revolucionário do proletariado

NOVA PUBLICAÇÃO DO POR:

Revista Proletária na Educação

O nono número da Revista Proletária revela os fundamentos ideológicos e objetivos econômicos que estão na base do avanço ao obscurantismo, à militarização e à privatização em todos os níveis do ensino. Desenvolve, fundamentalmente, as bandeiras e os métodos que estão na base do programa do proletariado, para construir uma nova educação produto da revolução proletária, e da construção do socialismo.

nº 9
Set 2019

Balanço de 15 de maio**Gigantescas manifestações reagem aos ataques do governo Bolsonaro. Propagandear, agitar e organizar a greve geral desde as fábricas**

16 de maio de 2019

A greve nacional da educação e os protestos de rua serviram de advertência ao governo e ao Congresso Nacional. Disseram NÃO à reforma da Previdência, aos cortes de recursos e ao intervencionismo fascistizante nas escolas e universidades. Nem bem começou seu governo, Bolsonaro se viu diante de gigantescos protestos. O dia 15 de maio constituiu um marco para novas mobilizações coletivas. É o prólogo da greve geral marcada para 14 de junho. Agora, só depende das centrais, sindicatos e movimentos organizarem a luta a partir das fábricas.

A classe operária deve tomar a frente do combate às contrarreformas do governo antinacional e antipopular. A camada da classe média oprimida, que paralisou uma boa parte da rede de ensino e ganhou as ruas, deu um passo progressivo em defesa das condições de trabalho e ensino. A enorme presença dos estudantes universitários e secundaristas abre caminho à luta pelo ensino público. A convocação de assembleias universitárias, por sua vez, permite aos estudantes erguer a bandeira de autonomia de ensino e controle da educação por quem estuda e trabalha.

O governo e o Congresso Nacional, certamente, sentiram a força da mobilização nacional. A imprensa, desta vez, não pôde esconder o que se passou nas ruas das capitais de vários estados. Tomou como um alerta, perguntando aos governistas se não havia o perigo de repetir o que se passou em 2013, sob o governo petista de Dilma Rousseff. Procurou, ao mesmo tempo, circunscrever a greve da educação à questão dos cortes de recursos, denominado de “contingenciamento”. Pelo visto, a orientação foi a de não identificar a relação entre a reforma da Previdência e as demais medidas. Ficou perfeitamente claro que a educação saiu às ruas motivada pela profunda crise econômica e política.

Os cortes de verba são apenas um dos problemas. Não se desvinculam da reforma trabalhista de Temer/Meirelles, e da reforma da Previdência de Bolsonaro/Guedes. Não se desvinculam, também, do plano de privatização, que vem sendo imposto, principalmente, desde o governo de Fernando Henrique Cardoso. O avanço do ensino privado e a consequente desnacionalização têm tudo a ver com as privatizações, que se proliferam nos ramos fundamentais da economia. A derrubada do chamado “contingenciamento” deve ser apenas um passo para impulsionar a defesa do ensino público e a luta pela estatização do sistema privado.

O êxito dos protestos do dia 15, no entanto, não pode parar aí. De sua continuidade, depende a vitória final. O retorno às aulas tem de vir acompanhado de novas assembleias e constituição de comitês de base, voltados a propagandear, agitar e organizar a greve geral de junho. O êxito das manifestações dá confiança às massas em sua capacidade de ação direta. O governo vai contra-atacar no espaço de tempo que separa o 15 de maio do 14 de junho. Fará de tudo para que não ocorram novos protestos, e que as massas não se levantem na greve geral de junho. Há o risco, também, de a burocracia sindical se dividir, romper a unidade dos sindicatos, e sabotar a preparação da greve geral. Esses pe-

rigos podem ser superados, se a vanguarda se lançar com todo o empenho a formar os comitês de base, a pressionar as direções para que convoquem as assembleias, e a organizar desde já o dia 14 de junho.

A classe operária recorrerá à greve geral, caso tenha claro as reivindicações, e sinta disposição em sua direção. Para isso, é preciso quebrar a campanha burguesa de que alguma reforma da Previdência deve ser feita. O projeto de Bolsonaro passou a ser rejeitado pela imensa maioria da população. O risco, portanto, está na falsa avaliação de que é possível uma reforma que não sacrifique muito os assalariados e os mais oprimidos. Essa falsificação tem de ser combatida firmemente.



A classe operária recorrerá à greve geral, caso tenha claro as reivindicações, e sinta disposição em sua direção. Para isso, é preciso quebrar a campanha burguesa de que alguma reforma da Previdência deve ser feita.

Qualquer que seja a reforma da Previdência, servirá apenas aos capitalistas. Servirá, principalmente, aos banqueiros, aos credores da dívida pública e aos monopólios. A burocracia sindical dá a entender que negociará alterações no projeto de Bolsonaro/Guedes. Está aí por que o critica, mas não rejeita a via parlamentar de se chegar a uma reforma negociada. Quem melhor expressou essa posição foi o deputado Paulinho da Força, em discurso no 1º de Maio. Essa manobra resultará em capitulação e traição. Deve ser, abertamente, rechaçada no interior do movimento.

A bandeira mais clara e firme é a que expressa a rejeição total à reforma da Previdência. O Partido Operário Revolucionário a sintetiza na palavra de ordem “Abaixo a reforma da Previdência de Bolsonaro/Guedes”. É direta e tem por conteúdo a negação de qualquer reforma que aumente o tempo de trabalho, de contribuição e a idade mínima, bem como que acabe com o princípio de diferenciação entre homem e mulher, princípio esse que responde à dupla jornada das massas femininas. Nenhum direito pode ser

4 Duas traições

ferido, nenhuma condição para se aposentar pode ser piorada. É com essa linha que o movimento se colocará pela derrubada do projeto de Bolsonaro/Guedes e não aceitará uma solução negociada pelos deputados e senadores.

O objetivo de subordinar o movimento à decisão do Congresso Nacional tem por conteúdo político o desvio e a quebra da independência dos explorados. O que compromete a capacidade das massas de caminharem com suas próprias pernas. É visível que o Congresso Nacional está empenhado em aprovar a reforma do governo, ainda que com alterações secundárias. O movimento, nesse sentido, tem de se opor a esse encaminhamento da direção.



As assembleias universitárias e as plenárias da juventude secundarista servirão de meio para propagandear e agitar a greve geral, e, ao mesmo tempo, rejeitar a subordinação do movimento às negociatas parlamentares. As assembleias sindicais devem impulsionar a formação dos comitês.

Não se deve desconhecer que se trata de uma frente única que mobiliza os explorados e a juventude contra a política econômica particular de Bolsonaro, e os objetivos gerais da burguesia nacional e do imperialismo. Essa frente única se constituiu em torno a uma direção sindical burocrática, influenciada pelos partidos de oposição burguesa e pequeno-burguesa. É o que evidenciou o ato unificado do 1º de Maio. A sua fortaleza se encontra na disposição de luta das massas, de um lado; e sua fraqueza, em sua direção, que se subordina às disputas parlamentares e eleitorais, de outro.

A manifestação do dia 15 abriu um campo de batalha, cujas forças principais são o proletariado e a burguesia. Pode parecer estranha essa colocação, já que o movimento se circunscreveu a camadas oprimidas da classe média. Ocorre que professores, estudantes e funcionários públicos apenas tomaram a frente de uma luta que diz respeito diretamente à classe operária e ao conjunto dos assalariados, que arcarão com o maior peso da reforma da Previdência, e que estão arcando com a violenta reforma trabalhista. A massiva presença de estudantes na luta contra os cortes é parte desse mesmo problema.

Balanço de 15 de maio - 2019

A greve geral de 14 de junho será a continuidade da gigantesca manifestação de 15 de maio. O significado da greve nacional da educação, assim, depende da continuidade do movimento que se dirige à greve geral de junho. A tarefa, agora, é a de fortalecer o movimento dessa camada social e impulsionar a revolta latente da classe operária. A experiência com a reforma trabalhista e a terceirização tem sido suficiente para despertar os instintos de luta do proletariado. O crescimento do desemprego e subemprego deve ser respondido pelo movimento, que, por hora, está concentrado na derrubada da reforma da Previdência. A bandeira de “Abaixo a reforma da Previdência de Bolsonaro/Guedes” deve ser acompa-

nhada do programa de reivindicações que defenda a vida das massas diante da crise econômica, que se aprofunda, e das tendências gerais de decomposição e barbárie social do capitalismo.

O atoleiro em que se encontra a educação e os ataques do governo ao sistema público de ensino são reflexos da decomposição econômico-social do capitalismo. Em última instância, somente o programa da classe operária e seus métodos de luta podem impor derrotas à burguesia e avançar na organização independente dos explorados. É assim que se criarão as condições para a classe operária encarnar a estratégia própria de poder, que é a luta por um governo operário e camponês. Caso contrário, o movimento das massas em choque com o governo antinacional e antipopular

de Bolsonaro acabará desaguando na política eleitoral da oposição burguesa. É o que preveem e pretendem o PT e seus aliados, cuja influência na direção do movimento ainda é decisiva.

O que se passou com a greve geral de 28 de abril de 2017 deve servir de lição. A burocracia desmontou o movimento logo em seguida, e deixou o terreno livre para o Congresso Nacional aprovar a reforma trabalhista de Temer. Esse perigo ronda nossa luta contra a reforma da Previdência de Bolsonaro. Entendemos que a marcação da greve geral para junho corresponde aos cálculos das centrais e dos partidos da oposição diante da votação do projeto. Até lá, os parlamentares vão negociar as emendas. Dada essa circunstância, a vanguarda combativa tem de dar continuidade aos protestos de 15 de maio.

As assembleias universitárias e as plenárias da juventude secundarista servirão de meio para propagandear e agitar a greve geral, e, ao mesmo tempo, rejeitar a subordinação do movimento às negociatas parlamentares. As assembleias sindicais devem impulsionar a formação dos comitês. É importante que a juventude tome em suas mãos as atividades de panfletagens e discussão da greve geral na porta das fábricas, demais locais de trabalho e bairros. Os movimentos popular e camponês devem realizar manifestações, que serão engrossadas com a participação da juventude oprimida. Essa é a linha que conduz a militância dos poristas. Por esse caminho, a vanguarda proletária lutará pela independência política e organizativa do movimento, e ajudará as massas a passarem por cima da política de conciliação de classes e dos aparatos corporativos.

Concentrar as forças na organização da greve geral de 14 de junho!

Para que serviu a plenária sindical da CSP-Conlutas?

Massas 587 – 26 de maio de 2019



No dia 18 de maio, no Sindicato dos Metroviários de São Paulo, foi realizada a Plenária Nacional Sindical e Popular, convocada pela CSP-Conlutas. Objetivou discutir a preparação da greve geral de 14 de junho. Segundo os organizadores, havia mais de 60 entidades representadas. O número de presentes chegava a mais ou menos 300 pessoas.

As intervenções ressaltaram a grande manifestação nacional, que ocorreu no dia 15 de maio, contra os cortes de verbas na educação. O que indicava disposição de luta dos explorados. Destacaram ainda a importância da unidade das centrais contra a reforma da Previdência.

A concordância com essa avaliação foi geral. Faltou considerar a necessidade de enfrentar um obstáculo, que logo mais ganhará importância. Trata-se da direção burocrática que, como demonstrou o dia 15 de maio, fez tudo para desviar o movimento para o campo da democracia burguesa, e por submeter o movimento ao calendário do debate parlamentar.

A ausência dessa avaliação política por parte da esmagadora maioria das entidades, movimentos e partidos presentes impediu tirar as lições que decorrem dessa caracterização: a necessidade de transformar as plenárias em um canal efetivo de organização da vanguarda operária, popular e da juventude oprimida, que deseja enfrentar unitária e organizadamente as reformas nas ruas.

O cerceamento ao direito à palavra a quem não fosse dirigente sindical foi prejudicial. Estavam presentes militantes sindicais e partidários organizadores do movimento. A proibição de se pronunciarem expressou a verticalização burocrática de como a “unidade” da cúpula das centrais se constituiu. Ficou claro que o objetivo da direção da CSP-Conlutas era apenas o de “referendar, por aclamação”, um Manifesto debatido e aprovado na reunião de bastidores. Foi assim impedido de se agregar ou questionar as diretrizes das centrais, e as propostas relativas à organização da greve geral de 14 de junho. Nessas condições, a plenária não teve como servir à organização da campanha unificada pela convocatória de assembleias gerais nos locais de trabalho e estudo, e pela formação de comitês de base unitários, para superar os bloqueios burocráticos colocados.

A novidade era a de que o Manifesto continha uma formulação que indicava uma prevenção da CSP-Conlutas em relação à “uni-



Mesa da Plenária Nacional Sindical e Popular, 18 de maio de 2019

(...) a plenária não teve como servir à organização da campanha unificada pela convocatória de assembleias gerais nos locais de trabalho e estudo, e pela formação de comitês de base unitários, para superar os bloqueios burocráticos colocados.

dade” das centrais. Um dos pontos afirmava ser “contra qualquer tentativa de negociação de direitos previdenciários ou medidas que afetem o sistema da Seguridade Social”. Essa declaração indicava pelo menos duas consequências políticas: 1) há na direção do movimento uma posição favorável a submeter o combate dos explorados à negociação parlamentar, que deve ser hegemônica; 2) é dever da posição classista contrária a essa linha expor criticamente a divergência às massas, e desenvolver uma política independente dos condicionamentos burocráticos, reunindo a vanguarda classista e revolucionária. O cerceamento burocrático da plenária impossibilitou discutir o conteúdo das bandeiras e o destino da greve geral. Qual é a atitude a se tomar diante da posição de Paulinho da Força, que usou o 1º de Maio para defender uma saída negociada com o Centrão? Como trabalhar para que a “unidade” da direção burocrática não comprometa a unidade das massas? Que lugar ocupa a CSP-Conlutas no interior da unidade burocrática das centrais? Esse era o principal conteúdo da Plenária, abortado pela proibição à fala daqueles que não faziam parte da unidade burocrática.

A Corrente Proletária/POR esteve presente na plenária com seu manifesto, intitulado “Propagandear, agitar e organizar a greve geral desde as fábricas”. Concentra-se na necessidade de organizar a greve geral de forma concreta. Defende ações práticas para preparar a mobilização massiva desde as bases e coloca a urgência dessa organização desde baixo, como forma de organização independente e de combate à tendência conciliadora das direções. Deixa clara a condenação das posições que usam o movimento para negociar alterações no projeto de reforma da Previdência do governo.

A plenária, pomposamente denominada de “Plenária Sindical e Popular”, serviu tão-somente de correia de transmissão da orientação da cúpula burocrática do movimento. Não serviu para aglutinar a militância classista e dar um norte à luta independente dos explorados para pôr abaixo a contrarreforma de Bolsonaro-Guedes.



Que o ato do dia 30 se transforme em assembleia popular pela organização da greve geral de 14 de junho

30 de maio de 2019

Temos de ter claro que o governo Bolsonaro não cederá às reivindicações dos trabalhadores e da juventude, a não ser com uma poderosa mobilização unitária. Demos um passo, nesse sentido, no dia 15 de maio. Agora, realizamos a manifestação, convocada pela UNE, e com apoio das centrais, como continuidade dos protestos contra a reforma da Previdência, os cortes de recursos à educação, a militarização das escolas e a ofensiva obscurantista da “Escola sem Partido”.

Está claro que, desde o golpe de Estado de 2016, os governos e o Congresso Nacional só têm imposto retrocessos à economia, com as privatizações, cortes orçamentários, aumento do desemprego e subemprego, e com suas contrarreformas trabalhista e educacional.

As terríveis consequências, em particular as que recaem sobre a juventude, são amplamente sentidas. O desemprego e o subemprego se tornaram um tormento diário. As dificuldades em combinar os estudos com o trabalho, a enorme evasão escolar, o fechamento de escolas noturnas, o crescimento da violência policial, a militarização das escolas, e o completo divórcio entre o ensino e a produção social são sintomas da desintegração do capitalismo e das políticas antinacionais e antipopulares dos governos. Não por acaso, a própria burguesia tem de reconhecer a situação de barbárie, que atinge milhões de jovens que nem estudam, nem trabalham.

Nessas condições, as reformas discriminadoras, como a do ensino médio, que impossibilitam a uma importante parcela de jovens de compatibilizar o trabalho e o estudo, medidas como a de implantar a sétima aula em São Paulo, a adoção do ensino a distância, a brutal exploração do trabalho do professor e dos funcionários, o avanço da terceirização, a impossibilidade de realização do ensino científico e a escola que sufoca, em vez de possibilitar as faculdades criadoras da juventude, essa realidade de conjunto se choca com as necessidades de plena utilização da força de trabalho, do desenvolvimento das forças produtivas nacionais, e da melhoria das condições de existência da maioria oprimida.

Essa realidade adversa obriga a burguesia e seus governos a reagirem com autoritarismo, ao ponto de Bolsonaro colocar, claramente, a militarização das escolas. A eliminação da formal autonomia universitária representa a intervenção direta do Estado e do governo sobre as universidades públicas. Objetiva-se alterar o grau de subserviência da burocracia dirigente do ensino ao Estado e à política governamental vigente.

Quanto mais reacionária e obscurantista for a política educacional – como a do atual ministro da educação –, mais se ocultam e se deformam as causas da decomposição do sistema de ensino. Mais se ocultam os reais motivos do baixo nível de aprendizagem e do desinteresse coletivo da juventude pela escola. A máscara ideológica do autoritarismo é montada por um falso diagnóstico da crise da educação, em cuja base está a falsificação sobre as suas

reais causas. Chega-se ao absurdo dos bolsonaristas atribuírem como causa um suposto predomínio do “marxismo cultural”, de um lado; a indisciplina e a perda do sentido de patriotismo, de outro. A solução seria o maior controle da burocracia escolar-universitária, por meio do intervencionismo estatal, que serviria de instrumento de repressão política e ideológica aos professores e estudantes. E da militarização das escolas, como forma de reprimir a revolta da juventude, principalmente.

Outro lado da falsificação da ultradireita bolsonarista se observa quando desvincula, completamente, o quadro de decomposição da educação das condições do país de economia atrasada, de estancamento de suas forças produtivas, e de agigantamento do sistema privado de ensino. Desvincula esse quadro da superexploração do trabalho e do desemprego massivo. Desvincula-o do divórcio existente entre o ensino e a produção social; o precipício que separa a escola da produção social se aprofunda ainda mais com a contradição entre os saltos qualitativos da tecnologia e da técnica, com o estancamento das forças produtivas e com a subutilização de uma massa de força de trabalho, estimada em cerca de 30 milhões de brasileiros.

A eliminação da formal autonomia universitária representa a intervenção direta do Estado e do governo sobre as universidades públicas. Objetiva-se alterar o grau de subserviência da burocracia dirigente do ensino ao Estado e à política governamental vigente.

Assistimos, há algum tempo, à crescente influência das igrejas evangélicas na política burguesa em geral e na educação, em especial. A eleição de Bolsonaro resultou de um realinhamento das forças políticas vinculadas ao agronegócio e ao capital financeiro, expressões do grande capital. Expressou, também, um deslocamento ativo da pequena burguesia urbana e rural. As igrejas evangélicas se apoiaram nessa mudança, constituindo a vestimenta ideológica da ultradireita. O seu vínculo com o imperialismo norte-americano foi e é notório.

Bolsonaro assumiu, abertamente, as diretrizes do governo militarista e fascistizante de Trump. Evidentemente, a igreja católica procura se localizar diante desse realinhamento de forças, que seguiu à falência do reformismo petista. No momento, as igrejas evangélicas tomaram a frente para influenciar a política educacional. O projeto “Escola sem Partido”, embora não aprovado no Congresso Nacional, foi adotado em alguns estados, e está sendo impulsionado pelo ministério da educação.

Em 2015 e 2016, a juventude secundarista respondeu à reforma do ensino e à “reorganização escolar” (fechamento de escolas) com as ocupações em alguns estados. Foi um sinal de que o movimento estudantil estava revivendo. As ocupações de escolas pelos secundaristas se distinguiram das lutas pontuais nas universidades, por se erguerem como um movimento que afrontava a política dos governos.

As manifestações de 15 de maio tiveram uma massiva presença de estudantes. Em todo o país, as universidades se colocaram em luta contra os cortes do orçamento. Essa resposta confluiu com a greve nacional da educação contra a reforma da Previdência.

O movimento unitário de estudantes, professores, funcionários e populares deverá desaguar na greve geral de 14 de junho. Esse dia 30 de maio tem a tarefa de organizar e fortalecer a unidade dos estudantes com a classe operária e demais trabalhadores, para derrotar a reforma da Previdência, os cortes orçamentários e a política educacional fascistizante.

Os atos em todo o país devem se transformar em assembleias populares pela greve geral, e pelas reivindicações que defendem a vida dos explorados e a escola pública. É importante evitar qualquer desvio de caminho. Devemos estar em alerta contra as tentativas das direções burocráticas de usar a luta das massas para negociar alterações na reforma da Previdência. Devemos, ainda, rejeitar as bandeiras diversionistas, como a de novas eleições. A unidade dos explorados para derrubar, por meio da ação direta e com a organização independente, se concentra, no momento, na derrubada integral da reforma da Previdência e das medidas reacionárias contra a educação.

As bandeiras que melhor expressam o combate integral a esses ataques e ao governo são: Abaixo a reforma da Previdência de Bolsonaro-Guedes, não aos cortes orçamentários, autonomia universitária, regida pela assembleia universitária, sistema único e público de educação, vinculado à produção social, sob o controle de quem estuda e trabalha, pela completa liberdade de ensino, expressão, organização e manifestação.

Devemos ter claro que somente um dia de paralisação nacional não é suficiente para impor uma derrota ao governo, ao Congresso Nacional e à burguesia. É necessário deixar claro que, se necessário, vamos à greve por tempo indeterminado. A forma de neutralizar e enterrar as manobras das direções de usar o movimento para as negociatas parlamentares é a de dobrar a força das massas, fortalecer sua unidade e criar as condições para a greve geral por tempo indeterminado.

Que os atos de 30 de maio se transformem em assembleias populares pela organização da greve geral de 14 de junho!

DERROTAR E ENTERRAR A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Editorial - Massas 588 – 9 de junho de 2019

A greve geral de 14 de junho será o termômetro da relação de força entre a burguesia e o proletariado. Caso se confirme a tendência de luta na forma concreta do movimento de massa pela derrubada da reforma da Previdência, a classe operária passa a ter a iniciativa.

As manifestações de 15 e 30 de maio se circunscreveram a camadas da pequena-burguesia oprimida. A greve geral muda, qualitativamente, o embate com o governo antinacional e antipopular. A paralisação da produção e dos transportes urbanos, principalmente, aumentará a força do movimento. Ampliará a luta iniciada com a greve nacional dos professores, seguida das manifestações estudantis.

A movimentação do proletariado indicará à burguesia, ao governo e ao Congresso Nacional que estão diante da ampliação e aprofundamento da luta de classes. Uma greve geral que paralise as atividades econômicas e lance as massas às ruas ultrapassa as lutas corporativas-sindicais. Projeta-se como um movimento político dos explorados em defesa de suas vidas, e contra as medidas que aumentam a exploração capitalista do trabalho.

Apenas um dia de paralisação do País, certamente, não derrota o governo e o Congresso Nacional. No entanto, desfere um duro golpe em sua confiança e prepotência, bem como nas forças políticas que o sustentam. Abre caminho para a greve geral de maior duração e para a de tempo indeterminado. Essa possibilidade depende não apenas da disposição de luta da maioria explorada, mas também da direção do movimento, e da reação do governo.

Sabemos que a unificação das centrais, em princípio, não é sólida. O governo também usa essa avaliação. A posição classista e revolucionária luta para que a unidade dos explorados se sobreponha às fraquezas de sua direção burocrática, adaptada ao capitalismo. O governo espera que a greve geral não seja tão potente, e que se esgote em si mesma. A firmeza e coesão do movimento indicarão que não se limitará ao dia 14 de junho, que voltará à carga. Indicarão que a sua direção não tem como desativar o ímpeto das massas.

Caso contrário, o governo e o Congresso Nacional avançarão a votação do projeto de reforma. Em certa medida, esse processo se passou com a greve geral de 28 de abril de 2017, e a aprovação tranquila da reforma trabalhista. As centrais romperam a unidade,

desativaram o movimento, e frearam o impulso da luta do proletariado. Uma fração passou a negociar com o governo, a outra se acomodou na passividade.

Vemos que o descontentamento com o governo, que mal iniciou a sua governabilidade, é grande. Há, porém, uma importante força política no seio dos explorados, que trabalha para amortecer a revolta: as igrejas evangélicas reforçam a propaganda burguesa, fartamente promovida nos meios de comunicação, de que a reforma da Previdência é necessária. Sobre o movimento, por sua vez, há uma fração da direção sindical e partidária que trabalha pela alteração do projeto de Bolsonaro/Guedes. Está com um pé no movimento, e com outro no Congresso Nacional. Prevalece na direção unitária a posição de que “uma reforma da Previdência é necessária”.

A oposição parlamentar, PT, PDT, PSB, PCdoB e PSOL, apresentaram emendas. Reforçam, assim, a posição burguesa de que o objetivo não é o de derrubar a reforma da Previdência, mas o de “desidratá-la”, ou substituí-la por um projeto alternativo. Essa é uma posição derrotista. O derrotismo tem por pressuposto que os explorados não podem ou não devem ultrapassar os limites da democracia burguesa. A greve geral objetivaria, assim, apenas levar os parlamentares a modificarem a reforma, de maneira a torná-la menos violenta.

Faz parte dessa linha derrotista, o objetivo de apenas desgastar o governo de Bolsonaro aos olhos da população, reconstituir a oposição nacional-reformista, e se potencializar como alternativa eleitoral. A oposição burguesa, em geral, já se prepara para as eleições municipais do próximo ano. Uma ala da esquerda se arrasta por trás dessa linha, procurando implantar no movimento as bandeiras oposicionistas de “Fora Bolsonaro, eleições gerais, “Lula livre e democracia”.

A vanguarda classista, ainda que limitadamente, devido a suas forças, tem travado um combate no interior da frente única para que a classe operária encarne o objetivo de derrubar e enterrar a reforma da Previdência. Uma poderosa greve geral no dia 14 fortalecerá a bandeira de “Abaixo a Reforma da Previdência de Bolsonaro/Guedes”. A estratégia que guia essa posição é a da luta por um governo operário e camponês, produto da revolução proletária.

Centrais sindicais preparam a greve geral

Massas 588 – 9 de junho de 2019



A importância dessa plenária está em que permitiu, ao mesmo tempo, aglutinar todas as forças em torno à preparação da greve geral, e colocar abertamente duas posições opostas, a que pretende reunir forças para as negociações no Congresso Nacional, e a que está pela derrubada integral da reforma.

A plenária das centrais e sindicatos ocorreu no dia 4 de junho. Contou com cerca de 300 participantes. Foi coordenada pelo presidente da CUT estadual. Iniciou-se com a intervenção dos dirigentes da Força Sindical, Conlutas, Intersindical, CTB, UGT, CGTB, CSB e outras. Em seguida, foi aberta para os representantes de movimentos – MST, Povo Sem Medo, Frente Brasil Popular e UJS – e partidos de esquerda, entre eles o PSOL, PCO e POR.

Os dirigentes sindicais enfatizaram o trabalho de convocação junto a suas bases e apontaram o calendário de panfletagens para a semana que antecede o dia da greve geral, destacando o dia 13 para panfletagens em locais de grande circulação. Havia uma fala quase comum entre as centrais, que era a de uma greve geral para deixar “vazias as ruas e não ir trabalhar”. Para isso, a recomendação era a de os operários e demais trabalhadores ficarem em casa. Esse discurso foi sutilmente rebatido por meio das intervenções de representantes de centrais mais identificadas com as lutas nas ruas, que convocaram atos e bloqueios, como o do dirigente da CSP-Conlutas, que disse: “Não saiam de casa no dia 14, só se for pra fazer piquetes”. A todo momento, havia o chamado para que todos se engajassem nas atividades e levassem o panfleto unificado. A representante do MST e Frente Brasil Popular concentrou sua intervenção na questão fascista, racista, homofóbica e misógina do governo Bolsonaro, mas não mostrou o que esses movimentos estão fazendo e farão na greve geral. O MTST destacou as assembleias populares nas ocupações e praças, com a presença de Bóulos.

Como se vê, havia dois grupos de dirigentes: um que defendia esvaziar as ruas, e outro que falava de atos, desde a madrugada, até o final do dia, com a concentração na Paulista. Havia, tam-

bém, aqueles que diziam que era preciso uma grandiosa greve para que o governo e Congresso Nacional pudessem ouvir a voz dos trabalhadores, como expressou a UGT: se o “caminho não for o diálogo, vamos buscar outro”. E os que falavam contra a negociação de pontos da reforma. No entanto, a posição majoritária era de uma greve passiva (ficar em casa), e de pressão aos deputados, materializada na intervenção de que, após a greve, as centrais iriam se reunir para discutir novas ações mediante o impacto da greve junto ao Congresso Nacional e ao governo. Não faltou o discurso de que é preciso um projeto alternativo ao de Bolsonaro. A convergência dos discursos estava no êxito de ter realizado o 1º de Maio unificado e as reuniões que concluíram no chamado da greve geral.

A intervenção das correntes de esquerda foi no sentido de potencializar a greve geral nos locais de trabalho e nas ruas. Houve a defesa do ato centralizado, no final da tarde, e os piquetes e bloqueios desde as primeiras horas dia. O PCO carregou em seu discurso de que era preciso derrubar os golpistas, e defendeu as bandeiras de “Fora Bolsonaro! Lula livre!”. A representante da executiva do PSOL, ex-militante do PSTU, enfatizou que era preciso derrotar Bolsonaro nas ruas, e levantou duas bandeiras “Lula livre” e “democracia”. O POR destacou cinco pontos: 1) que a reforma da Previdência só será derrotada por meio da ação direta, tendo à frente a classe operária; 2) uma poderosa e combativa greve geral, com piquetes, bloqueios de manifestações de rua; 3) que é preciso apontar a greve geral por tempo indeterminado; 4) a não submissão do movimento ao jogo parlamentar e às emendas ao projeto de Bolsonaro/Guedes; 5) que é preciso erguer alto a bandeira de derrotar integralmente a reforma da Previdência, daí a bandeira de “Abaixo a reforma da Previdência”.

Diferentemente da plenária da CSP-Conlutas, em que somente os sindicalistas e seus partidos puderam intervir, a plenária das centrais não impediu a fala de ninguém. Os burocratas sindicais procuraram ser “amigáveis” com todas as correntes. É claro que essa conduta era importante para aglutinar todos ao calendário já determinado pelas centrais. E, também, porque se tratava de uma plenária de militantes, seja do movimento operário ou popular.

A importância dessa plenária está em que permitiu, ao mesmo tempo, aglutinar todas as forças em torno à preparação da greve geral, e colocar abertamente duas posições opostas, a que pretendia reunir forças para as negociações no Congresso Nacional, e a que está pela derrubada integral da reforma. Permitiu, também, verificar a fragilidade da posição da CSP-Conlutas, que evitou se chocar frontalmente com as posições burocráticas que pretendem submeter o movimento às decisões do Congresso Nacional. O mais importante, no entanto, é que serviu de tribuna, para que o POR defendesse a bandeira de *“Abaixo a reforma da Previdência de Bolsonaro/Guedes!”*, e os métodos proletários para derrubar e enterrar a reforma.

Reunião do Comitê de organização da greve geral da Lapa

No dia 1 de junho, foi constituído o comitê da Lapa. Contou com representantes dos metalúrgicos de São Paulo, da saúde, de professores, de estudantes e movimentos por moradia e em defesa do hospital Sorocabano. Foi feita uma intervenção geral sobre a divulgação da greve do dia 14 nos locais de trabalho e estudo. Em seguida, abriu-se a palavra para as avaliações do movimento.

Entre as avaliações, compareceram duas posições: 1) a greve ativa, com bloqueios de rodovias e avenidas, desde a manhã e concentração unitária no final do dia; 2) a greve de convencimento, de que nesse dia não é para ir ao trabalho. Essa segunda posição, ainda que oculta, estava expressa no pouco empenho em convocar as manifestações e bloqueios na região.

Houve um ponto polêmico, diante da colocação do POR de que era preciso impulsionar uma poderosa greve para derrubar integralmente a reforma, e rejeitar o jogo dos parlamentares de apresentarem emendas ao projeto do governo. Aqueles que discordaram, entre eles os ex-militantes do PSTU, hoje no PSOL, de que as emendas ao projeto servem para postergar a votação e criar “confusão no terreno do inimigo”. Como eram posicionamentos, não se deliberou.

A reunião concluiu um calendário de mobilização, a partir das escolas e outros locais de trabalho, e duas panfletagens unitárias, dias 6 e 12 de junho. Marcou-se para o dia 10, nova reunião do Comitê.

Criação do Comitê de Luta em Francisco Morato

O POR convocou e participou da reunião para criação do Comitê de Luta contra a Reforma da Previdência Social, em defesa da aposentadoria, no dia 1 de junho, em Francisco Morato. Os comitês de luta nos bairros são fundamentais para esclarecer e aglutinar os explorados, bem como a juventude. O centro da discussão foi de que é preciso um comitê de luta independente da política burguesa, seja do governo, seja do Congresso Nacional. E que tenha como principal tarefa a organização da greve geral de 14 de junho. Destacou, também, a importância de uma greve ativa com manifestações de rua, bloqueios de avenidas, fechamento de ruas, etc.

Nas discussões, o POR enfatizou que a reforma da Previdência só será derrubada pela ação direta e coletiva dos explorados. Que a classe operária e demais trabalhadores não devem ter ilusões no Estado e na democracia burguesa. E que não serão os abaixo-assinados, nem a política de pressão parlamentar que irão pôr fim à reforma e aos cortes de verbas dos serviços públicos, e a todas as medidas de ataques à vida da juventude, da classe operária e dos

demais trabalhadores. A reunião do comitê concluiu com a importância de todos se integrarem às panfletagens e à organização da paralisação nos locais de trabalho e estudo.

Rio Grande do Norte Foi constituído o Comitê Unificado da UFRN

A partir da iniciativa do POR e LSR (PSOL), foi feito um chamado à vanguarda para a criação do Comitê Unificado UFRN. Compõem efetivamente o Comitê, direções de CAs, direção do SINTEST, Frente Popular dos Pós-graduandos, POR, LSR, anarquistas e estudantes, técnicos e professores de base. A direção da ADURN (docentes) chegou a participar da primeira reunião, mas logo abandonou. A direção do DCE (CNB/PT) a tem ignorado.

O Comitê foi formado com o fim de construir a luta unitária dos três setores da universidade, e passou a unir a pauta da luta contra os cortes com a de luta contra a Reforma da Previdência. Na sua primeira reunião, se colocou pela construção de uma Assembleia Geral Unificada, assim como assembleias setoriais. Na construção do dia 30, o Comitê deu seus primeiros passos, realizando panfletagens, passagens em sala, agitação no corredor e oficinas de cartazes. Para o ato, levou a faixa com as bandeiras *“Não aos cortes! Abaixo a Reforma da Previdência! Greve geral!”*.

O abandono das direções da ADURN e DCE na construção do Comitê dificulta a construção de uma assembleia dos três setores. Na reunião, após o dia 30, avaliou-se a necessidade de o Comitê focar na construção de assembleias setoriais unificadas, nos setores onde está inserido, e, a partir delas, criar as condições, pela base, para a realização de uma Assembleia Geral Unificada. Discutiu-se também a necessidade de o Comitê se organizar em bloco nos atos, assim como realizar mobilização entre os terceirizados. Encaminhou-se a formação de comissões setoriais de mobilização, que terão como tarefa articular as assembleias setoriais junto aos demais CAs e estudantes, assim como facilitar a organização do Comitê nos atos.

A construção da greve geral, chamada pelas centrais, coloca concretamente a constituição dos comitês de frente única junto aos partidos, entidades e demais lutadores, para organizar a vanguarda em torno das tarefas imediatas da luta, e proporciona ao partido revolucionário um ambiente favorável para a penetração de sua política

Recife - PCdoB boicota Comando Unificado de Mobilização na UFPE

As assembleias de estudantes, professores e técnico-administrativos aprovaram a criação do comando unificado de mobilização e convocatória da Assembleia Geral Universitária. No encaminhamento, porém, é possível perceber a sabotagem das direções estalinistas, que dirigem a Adufepe e a UNE. Nas primeiras reuniões, todos estiveram presentes. O diretor da Adufepe quis impor que as decisões fossem por consenso, o que na verdade levaria a um poder de veto individual, no caso, dele mesmo. Os presentes deliberaram que, nas questões não consensuais, deveria haver votação. O ato contra a vinda de Bolsonaro foi realizado com todos os obstáculos impostos pelas entidades burocratizadas.

A Assembleia Estudantil, preparatória ao 30 de maio, aprovou a data da Assembleia Unificada para 5 de junho. Imediatamente, foi feita a articulação com a Adufepe e representante da UNE, para definir o local e horário, obtendo o acordo do diretor do sin-

dicato dos técnicos. Na sequência, porém, a direção da Adufepe sabotou os encaminhamentos, impedindo a manutenção da data indicada.

O Comando voltou a se reunir, no dia 3 de junho, sem que a Adufepe enviasse nem mesmo um representante. Os presentes decidiram manter a convocatória da Assembleia Unificada, como passo importante para combater os ataques às condições de trabalho e estudo na UFPE e, sobretudo, como parte da construção da Greve Geral de 14 de junho. A Assembleia será realizada no dia 10 de junho, e estamos trabalhando para que professores, técnicos e estudantes quebrem as barreiras corporativas, adotem os métodos de ação direta no combate contra os cortes, o privatismo, a ingerência do Estado na Universidade, a crescente repressão, em unidade com a defesa da Previdência social, dos empregos e dos salários.

A luta contra a reforma da Previdência despertou uma base de luta, que não se movimentava amplamente desde 2012, na greve nacional das Instituições Federais de Ensino, e que compreende que o meio para defender o direito à aposentadoria e à educação é nas ruas, parando a produção.

Assembleias dos campi do IFPE aprovam a Greve Geral do dia 14 de junho! Derrubar a Reforma da Previdência!

A seção do Sinasefe de Pernambuco, entre os dias 4 e 10 de junho, está com rodada de assembleias nos campi para aprovação e organização da greve geral, contra a Reforma da Previdência. As assembleias dos campi de Recife, Cabo de Santo Agostinho, Vitória, Ipojuca, Belo Jardim e Barreiros deliberaram por greve no dia 14 de junho.

A assembleia de Recife não foi massiva como a que preparou o dia 15 de maio. Os informes iniciais e intervenções dos servidores demonstraram que os que estavam presentes estavam dispostos a organizar uma greve efetiva no campus. Questões levantadas:

“como mobilizar os estudantes e docentes? ”; “como evitar que os professores furem a greve? ”; “como evitar o corte de ponto? ”; “como atuar junto aos movimentos de fora do IFPE, que fazem campanha da greve geral (exemplo da panfletagem convocada pelas centrais)? ”; “a greve da educação só surte efeito quando tomamos as ruas, como garantir isso?”.

A luta contra a reforma da Previdência despertou uma base de luta, que não se movimentava amplamente desde 2012, na greve nacional das Instituições Federais de Ensino, e que compreende que o meio para defender o direito à aposentadoria e à educação é nas ruas, parando a produção. As experiências das greves, piquetes e manifestações de anos anteriores foram apontadas como forma de responder às questões levantadas. Dentre as respostas aos questionamentos, a coordenação do Sinasefe-PE e do Sinasefe

Nacional apontaram que o método da greve não está dissociado da necessidade de piquetes, seja com barricadas, sonoros, ou com grupos de pessoas – como forma de garantir a greve, deliberada coletivamente, em contraposição da decisão individual de furar a greve. O POR defendeu a formação dos comitês, a integração com

o Comando da UFPE, e os métodos da ação direta. Após aprovação da greve do dia 14, foi encaminhado que, se o campus apenas se somaria aos atos, ou se construiria no campus; a maioria tirou por construir no campus, com formação de grupos para organizar atividades, como plenária de estudantes e servidores, aula pública sobre a reforma da Previdência e panfletagem no campus.

Há disposição de luta contra a reforma da Previdência e os demais ataques do governo. Que o dia 14 de junho seja o início de uma grande greve geral, que expresse a unidade dos oprimidos contra o aumento da opressão capitalista. Abaixo a Reforma da Previdência! Pelo direito à aposentadoria e dos direitos trabalhistas!

Emenda do PSOL à reforma da Previdência

Massas 588 – 9 de junho de 2019

Diante da crítica do POR de que a participação da oposição com emendas era incorreta, tivemos como resposta que se tratava apenas de uma tática para postergar a votação e denunciar a reforma, assim, vimos a necessidade de demonstrar concretamente o erro, analisando a emenda assinada pela bancada do PSOL.

O problema não está em apenas incentivar a ideia sobre a possibilidade de alterar a Proposta de Emenda à Constituição nº 6 de 2019, modificando o sistema tributário e previdenciário. Há um outro lado, que diz respeito à discussão em torno da justificativa do governo quanto ao déficit público, o peso da Previdência e a fonte de financiamento.

Segundo o ministro Paulo Guedes, a Previdência provoca um rombo no Tesouro Nacional, de forma que, para resolvê-lo, é preciso uma economia de R\$ 100 bilhões ao ano, que dentro de uma década alcançaria R\$ 1.072,4 trilhão. Essa economia permitiria reverter a tendência de crescimento da dívida pública, que saltou de 63%, em 2014, para 74% do PIB, em 2017.

Os deputados do PSOL, em sua emenda, questionam a justificativa, mas concluem apresentando uma via de possível solução

para o desequilíbrio estrutural, provocado pela dívida pública e pela carga de juros gigantescos. Assinalam que a justificativa do governo não leva em consideração a enorme queda de arrecadação tributária, devido à recessão de 2015 e 2016, e a lenta recuperação nos anos 2017 e 2018. Mesmo com a “forte contração dos gastos públicos nos últimos anos, que recaiu, principalmente, sobre as despesas discricionárias, a dinâmica recessiva acarretou em considerável queda das receitas”. A emenda questiona, assim, “o diagnóstico de uma crise fiscal gerada por um descontrole nos gastos públicos, principalmente, os previdenciários (...)”.

Fundamentada a crítica aos pressupostos que sustentam a brutal reforma da Previdência, os parlamentares do PSOL passam a apresentar a solução ao equilíbrio fiscal “por meio da ampliação das receitas”. Eis a fórmula: “E é exatamente neste ponto que a presente emenda visa a oferecer uma contribuição: é possível, se desejável, ampliar a arrecadação tributária no Brasil, de forma a promover o ajuste fiscal de curto prazo sem, contudo, penalizar os mais pobres, avançando na construção de uma carga tributária mais justa e eficiente”. Nota-se que os parlamentares do PSOL questionam a fundamentação e o diagnóstico de Bolsonaro/Guedes não para denunciar o saque



ao Tesouro Nacional, promovido pela dívida pública parasitária; não para atacar os interesses do capital financeiro; não para evidenciar os interesses do imperialismo; e não para concluir que a dívida pública não deve ser paga. Para eles, o problema está em alterar o regime de arrecadação tributária, de maneira que se continue sustentando a dívida de R\$ 5 trilhões, e a carga anual de juros, da ordem de R\$ 350 bilhões, sem penalizar os mais pobres. Bastaria substituir o sistema tributário regressivo pelo progressivo. Os mais ricos pagariam mais e os mais pobres, menos. Estabelecer-se-ia uma justiça tributária no país.

A emenda do PSOL apresenta um mecanismo de tributação progressiva, que garantiria a mais, anualmente, aos cofres públicos, o valor de R\$ 142 bilhões. Cobriria, portando, os R\$ 100 bilhões anuais do projeto do governo. De maneira que o “*modelo tributário mais justo e eficiente*” do PSOL daria à burguesia uma solução ao problema do déficit fiscal, e resolveria a questão da Previdência; ao mesmo tempo, daria aos mais pobres e à classe média a possibilidade de se livrarem da carga tributária que lhes pesa nos ombros. É assim que esses socialistas pretendem rejeitar a reforma da Previdência do governo, defender a educação e a saúde, e alcançar uma “sociedade mais igualitária”.

O sonho socialdemocrata de substituir os impostos regressivos pelos progressivos é antigo. Esses representantes democráticos da burguesia utilizam essa bandeira para submeter o proletariado e as massas em luta às disputas interburguesas em torno à distribuição da parcela da mais-valia – extraída da exploração do trabalho –, obtida por meio dos impostos. É impensável uma reforma tributária dessa natureza na época do capitalismo monopolista e em decomposição. A idealização pequeno-burguesa dos socialistas do PSOL acaba servindo tão somente aos interesses da burguesia em encontrar meios para sustentar a dívida pública.

A classe operária e demais explorados vão à greve geral no dia 14 de junho. A burocracia sindical dirigente já assinalou, por meio do discurso do Paulinho da Força, no 1º de Maio, que está em andamento uma negociata parlamentar em torno às emendas ao projeto original. É de se esperar que os parlamentares de

Esses representantes democráticos da burguesia utilizam essa bandeira para submeter o proletariado e as massas em luta às disputas interburguesas em torno à distribuição da parcela da mais-valia – extraída da exploração do trabalho –, obtida por meio dos impostos.

oposição utilizem o movimento para ocupar um lugar cômodo diante da revolta das massas. O PT, PCdoB, PDT e PSB também apresentaram emendas. Cada um à sua maneira e com seus interesses eleitorais, servirão no final das contas para a aprovação da reforma da Previdência, com estas ou aquelas mudanças.

O classismo revolucionário está diante de um choque de posição no interior da frente única, que realizou as manifestações dos dias 15 e 30 de maio, e que prepara a greve geral. A direção burocrática se apoia na frente única de luta para obter força social nas negociações parlamentares. O classismo revolucionário tem a frente única das massas para derrubar integralmente a reforma da Previdência. A direção burocrática procura limitar o potencial da luta de classes. O classismo revolucionário, ao contrário, se esforça para que o proletariado dirija um grande movimento de luta de classes.

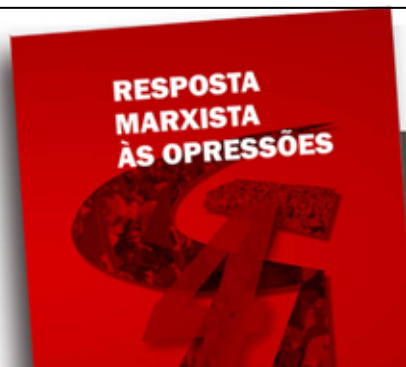
Infelizmente, não há no Congresso Nacional sequer um parlamentar de fato socialista. Se houvesse, mostraria aos explorados que, qualquer que fosse a reforma da Previdência, sacrificaria a maioria oprimida. Explicaria o conteúdo da bandeira de Abaixo a reforma da Previdência. Denunciaria o brutal parasitismo da dívida pública. Chamaria a classe operária e demais explorados a potenciar o método da ação direta, lançando-se à greve geral e às manifestações coletivas. Rechaçaria o jogo parlamentar das emendas. E desmascararia o oportunismo da oposição burguesa e pequeno-burguesa.

É dever da vanguarda que organiza o movimento no campo da independência de classe denunciar as manobras políticas que levam às negociatas parlamentares, e levantar bem alto a bandeira “*Abaixo a reforma da Previdência de Bolsonaro/Guedes!*”.

Publicado o livro:

REPOSTA MARXISTA ÀS OPRESSÕES

As distintas opressões têm em comum a raiz de classe da opressão social. As suas particularidades exigem respostas que levem ao programa da revolução proletária. Este livro sustenta essa premissa marxista, que se choca frontalmente com o conservadorismo e o reformismo burgueses.



R\$ 35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**



Viva a greve geral! Morte à reforma da Previdência!

14 de junho de 2019

Aos operários, demais trabalhadores e juventude oprimida

Nossa greve deste dia 14 de junho tem um objetivo claro: DERUBAR E ENTERRAR A REFORMA DA Previdência DE BOLSONARO/GUEDES.

Não estamos em luta para que os deputados façam emendas ao projeto do governo. Não estamos em luta para que a oposição apresente um “projeto alternativo”. Não estamos em luta para apoiar a ideia burguesa de que “uma reforma da Previdência é necessária”.

Estamos, sim, em luta para que o Congresso Nacional não aprove nenhuma reforma da Previdência. Estamos em luta para derrotar a política dos capitalistas e de seu governo, de descarregar a crise econômica sobre os ombros da classe operária e da maioria oprimida. Estamos paralisando a produção, transporte, comércio, bancos, escolas, hospitais e repartições públicas para defender a vida dos explorados! Estamos paralisando o País para dizer aos banqueiros, aos industriais, aos agroindustriais e às multinacionais que não aceitamos mais pobreza e mais miséria. Dizer que não vamos nos sacrificar para sustentar a dívida pública, os desperdícios, as roubalheiras e o saque do Tesouro Nacional. Que os burgueses que nos exploram e que lucram com o nosso trabalho e com nossos baixos salários arquem com sua própria crise.

(...) um só dia de greve geral não enterra a reforma da Previdência.

Mas, nos prepara para uma greve mais longa, mais ampla e unida.

Os assalariados da indústria, transporte, agroindústria, comércio, bancos e das demais atividades não têm como criar déficit público; não têm como provocar desequilíbrio fiscal, recessão, desemprego e subemprego. Então, vêm o governo, os exploradores, os partidos patronais, os rádios e as televisões dizerem que nós, assalariados, temos de trabalhar e contribuir por mais tempo para aposentar. Querem que, com nossos salários miseráveis, passemos a contribuir por 40 anos. Querem que, com nosso trabalho desgastante, nos aposentemos com mais de 65 anos. Querem que as mulheres trabalhem e contribuam por mais tempo. Dizem que vivemos mais, e que estamos aposentando com saúde e força para trabalhar e contribuir por mais tempo. Mas não dizem que passamos por desemprego e subemprego. Não querem nem saber se enfrentamos a terceirização, o trabalho intermitente e a contratação sem carteira assinada. Dizem que a reforma vai trazer justiça e acabar com os privilégios. Juram de pés juntos que, assim, os mais pobres vão ser beneficiados e protegidos. Quanta mentira o governo e capitalistas espalham, para convencer a população a aceitar o sacrifício passivamente. Se quisessem acabar com os privilégios de parlamentares, juizes, governantes, militares, burocratas e altos executivos, então, que ajustassem a conta apenas com essa casta de privilegiados.

Por que atacar os assalariados que ganham apenas para viver no dia-dia? Por que fazer com que trabalhem mais e contribuam por mais tempo? Por que acabar com o direito da mulher trabalhadora, que arca com a dupla jornada, com os salários menores e com o dever da maternidade? Os burgueses não podem, e não querem,

acabar com os privilégios da casta que ganha altos salários, que exerce atividades parasitárias no Estado, que nada produz, que leva um vidão, e que se aposenta mais cedo, com elevados salários e com boa saúde. Essa casta não vai ser sacrificada. Vai ter de se ajustar ao teto geral da Previdência, mas pode muito bem recorrer à aposentadoria complementar. Essa casta tem patrimônio e dinheiro para passar a velhice em festas e viagens pelo mundo. Essa é a verdade! Somente os assalariados, que produzem ou servem à produção, vão ser sacrificados.

Operários e demais trabalhadores, não há um só pinga de justiça e igualdade na reforma da Previdência! Ao contrário, essa é uma reforma injusta e desigual. É bom se perguntar: por que os governos da burguesia jogam com a justiça e a igualdade? Porque, no capitalismo a exploração do trabalho torna o pobre mais pobre, e o rico mais rico. A justiça e igualdade para a burguesia é uma coisa, para a classe operária é outra. A burguesia é exploradora; a classe operária é explorada. Para a burguesia, a justiça e a igualdade servem para enganar e melhor explorar a maioria. Para a classe operária, servem para lutar pela igualdade real entre todos. Igualdade que virá com o socialismo; e o socialismo virá com a revolução proletária, com um governo da maioria explorada, que é o gover-

no operário e camponês. No momento, a igualdade e a justiça quer dizer pôr abaixo a reforma da Previdência de Bolsonaro/Guedes e do Congresso Nacional.

O governo também mente ao povo quando responsabiliza a Previdência pelo déficit e desequilíbrio fiscal. O grande problema está na dívida pública de R\$ 5 trilhões, e nos juros anuais de R\$ 350 bilhões. Nenhuma economia atrasada, como é a do Brasil, suporta tamanha dívida e tamanhos juros. Para onde vão os R\$ 350 bilhões? Para os banqueiros, fundos de aplicação e grandes fortunas. Ganha-se dinheiro fácil, à custa do Tesouro Nacional, do Orçamento da União, e da economia produtiva. É com esses R\$ 5 trilhões que se criou um buraco sem fundo. É para sustentar os capitalistas parasitas que o governo impõe a reforma da Previdência, corta gastos com a saúde, educação e serviços assistenciais. É para pagar direitinho os saqueadores dos recursos nacionais que o governo avança as privatizações, entrega as bacias petrolíferas às multinacionais, privatiza rodovias, aeroportos, energia e água. É para proteger esses exploradores que se mantém um salário mínimo de miséria.

O ministro Paulo Guedes quer ir mais longe com a sua reforma da Previdência. Quer acabar com o sistema INSS e colocar em seu lugar o sistema de capitalização. Cada trabalhador fará uma poupança própria, que será usada no final da vida como aposentadoria. Milhões de contas individuais serão administradas pelos bancos, que vão usar os recursos dos trabalhadores para aplicar em títulos da dívida pública e empréstimos a juros altos. Assim, liquida-se o sistema de aposentadoria administrada pelo Estado. Os patrões não terão mais de recolher uma parte da Previdência de seus assalariados. No Congresso Nacional, os deputados e senadores estão negociando para deixar a capitalização para mais tarde, mas se pretende acabar com sua constitucionalidade. As-

sim, o próximo passo é votar a capitalização como lei, sem que se precise de quórum qualificado para ser aprovada. A jogada é aprovar o projeto com algumas alterações secundárias, e preparar o caminho para a capitalização. É uma canalhice! É uma violência contra a maioria oprimida!

Os canalhas do Congresso Nacional estão negociando a melhor forma de enganar o povo. Vemos que a oposição, principalmente, o PSB e PDT, por enquanto, estão metidos nesse embrulho da burguesia. O PT e PSOL também apresentaram emendas. Os trabalhadores devem exigir que retirem imediatamente, caso contrário vão participar do embrulho. As Centrais Sindicais precisam rejeitar a jogatina montada por Rodrigo Maia (DEM), Davi Alcolumbre (DEM) e Samuel Moreira (PSDB). Devem dizer: não queremos nenhuma reforma da Previdência. Devem denunciar: a reforma da Previdência serve apenas aos interesses da burguesia. Nossa luta é para sepultar bem fundo a reforma de Bolsonaro, Guedes e do Congresso Nacional.

Os trabalhadores devem ainda ter claro que é preciso combater a reforma trabalhista e a terceirização de Temer e do Congresso

Nacional. Já não suportamos tanto desemprego e subemprego. Não suportamos trabalhar um mês, e ficar sem trabalho no outro. Não aguentamos ficar esperando quando os patrões vão nos chamar para mais uma jornada temporária. Não aguentamos as empresas de terceirização que, para lucrar, tiram de nossos salários. Com as jornadas temporárias e o trabalho intermitente, não vamos conseguir aposentar, nem mesmo no sistema atual de Previdência. Que dirá, então, no novo sistema de Bolsonaro/Guedes! Nossa greve geral deve servir também à luta pelos empregos e salários! Deve servir para acabar com a reforma trabalhista e a terceirização.

Operários e demais trabalhadores, sabemos que um só dia de greve geral não enterra a reforma da Previdência. Mas, nos prepara para uma greve mais longa, mais ampla e unida. Devemos exigir das centrais, sindicatos e movimentos que, no dia seguinte, convoquem as assembleias e organizem os comitês de luta para continuar o movimento.

Operários e demais trabalhadores, vamos paralisar o País! Vamos ganhar as ruas! Vamos aos bloqueios! Todos unidos para derrubar e enterrar a reforma anti-operária e antipopular de Bolsonaro!

Carta aos trabalhadores e à juventude

Balanço necessário, para organizar uma nova greve geral

17 de junho de 2019

A greve geral e as manifestações por todo o país mostraram ao governo e ao Congresso Nacional que os explorados estão absolutamente contra a reforma da Previdência. O fato de a greve ter sido parcial, principalmente, no maior estado da federação, São Paulo, não modifica essa constatação. O contingente de operários e demais trabalhadores que acabou indo ao trabalho também estava contra a reforma. Não há dúvida de que os milhões que aca- taram o chamado à greve geral expressaram a vontade da maioria dos explorados. O motivo é que essa reforma sacrifica a vida dos milhões que ganham baixos salários, e que estão sujeitos ao desemprego e ao subemprego.

Nenhum operário, nenhum trabalhador do comércio, nenhum bancário, nenhum professor, enfim, ninguém que depende do salário para sobreviver pode estar de sã consciência a favor de uma medida que obriga a trabalhar e contribuir por mais tempo, e receber um ganho menor na velhice. Está aí por que o fato da greve geral ter sido parcial não quer dizer que foi rejeitada pela maioria da população. Certamente, se tivesse sido mais potente que a greve geral de 28 de abril de 2017, atingiria mais frontalmente o governo e o Congresso Nacional. A sua limitação reduziu o impacto do choque das massas com a burguesia e seu governo.

Se a maioria está contra a maldita reforma de Bolsonaro/Guedes, o que explica, então, a ida ao trabalho de um contingente tão grande de assalariados? A resposta está na confluência de um conjunto de motivos, mas o principal deles reside na direção sindical e política do movimento. As centrais – CUT, Força Sindical, UGT, CTB, etc. – não estavam pela derrubada integral da reforma da Previdência. A greve foi concebida para servir de pressão popular sobre as negociatas, realizadas no Congresso Nacional, para alterar alguns aspectos do projeto governamental. A unidade burocrática entre as inúmeras centrais esteve e está determinada por essa dire-

triz política. As diferenças verbais entre a CUT e Força Sindical, os dois principais pilares da unidade burocrática, não tiveram como ocultar a base comum do objetivo de realizar uma greve geral limitada, que servisse tão somente de demonstração de força no jogo parlamentar. Não se tratava de erguer as massas em contraposição ao governo, de maneira que atingisse o conjunto das instituições do Estado, entre elas, o Congresso Nacional. Tanto a avaliação, quanto a política, que move as ações da burocracia sindical, é de que não é possível derrubar e enterrar a reforma da Previdência por meio da greve geral, de manifestações, bloqueios, etc.

Os burocratas vinculados ao PT, PCdoB, PSB, Solidariedade e PDT foram à greve convencidos de que uma reforma da Previdência é necessária, dada à crise econômica e ao desequilíbrio fiscal. Era inaceitável, no entanto, o projeto de reforma de Paulo Guedes, devido à radicalidade das alterações ao sistema previdenciário vigente. É bom lembrar que Lula e Dilma, bem como os governadores do PT, também fizeram reformas na Previdência, que atingiram os trabalhadores. Não é uma posição de princípio da burocracia sindical e da oposição que se reivindica de esquerda derrotar qualquer que seja a reforma que elimine direitos das massas trabalhadoras.

A tese dos reformistas é a de que não só os trabalhadores devem se sacrificar, como também os capitalistas. Acreditam na possibilidade de distribuir os sacrifícios entre exploradores e explorados, em nome da economia nacional e do país. A crítica ao projeto de Guedes é de que é “injusto” e “cruel” com os trabalhadores. O papel da oposição no Congresso Nacional é o de torná-lo menos injusto e menos cruel. O Congresso Nacional, assim, tem como calibrar as medidas, de forma que não pese tanto aos trabalhadores. Os parlamentares podem se sensibilizar e sentir a pressão das massas atingidas e descontentes. Afinal, são eleitos pelo povo e podem



ser rejeitados nas próximas eleições, caso se identifiquem inteiramente com o projeto “injusto” e “cruel”. No governo do PT, os sindicatos e movimentos eram ouvidos e, em certa medida, podiam ludibriar a classe operária com a propaganda de que as medidas antipopulares eram negociadas. Assim foi feita a reforma da Previdência de Lula e Dilma, sem que se organizasse uma greve geral.

O governo de Temer resultou de um golpe de Estado, afastando a burocracia sindical dos círculos de decisão, e arrancando os petistas dos postos de comando do Estado. A reforma trabalhista e a terceirização foram impostas. A burocracia sindical não teve alternativa a não ser contestar e responder com a greve geral de 28 de abril de 2017. Não deu sequência à luta, a Força Sindical, UGT e aliados foram negociar com o governo uma solução para o imposto sindical, e a CUT e aliados caíram na prostração. Ficou para o governo eleito a imposição da reforma da Previdência. Bolsonaro assumiu como primeira tarefa de seu governo concluir a obra da ditadura civil de Temer. Tratava e trata-se de uma contingência da crise capitalista e da exigência do capital financeiro. O governo eleito fortaleceu as tendências militaristas e ditatoriais que estiveram na base do golpe de Estado e do governo preposto.

Novamente, a burocracia sindical e os partidos de oposição se viram diante do mesmo problema. Não poderiam simplesmente fazer barulho verbal e nada acontecer. A solução foi a de retomar o

É bom assinalar que a tentativa de transformar o movimento das massas contra a reforma de Bolsonaro em canal da bandeira “Lula Livre” não animou os explorados, a não ser as próprias bases petistas. O oportunismo de esquerda que procurou colar a bandeira de “Fora Bolsonaro” e “eleições gerais” ao “Lula Livre” permaneceu à margem das necessidades objetivas que impulsionaram a greve geral.

movimento da greve geral. Agora, estavam diante de um governo eleito e, no conceito dos reformistas, legitimado pelas urnas. O caminho a seguir, portanto, era o de se agarrar ao Congresso Nacional, para alterar o bárbaro projeto do banqueiro Guedes. Marcaram a greve geral de 14 de junho, seguindo a previsão do trâmite legislativo. Está aí por que, no 1º de Maio unificado, Paulinho da Força, criador do Solidariedade, vinculado ao Centrão, usou a tribuna para discursar em favor das negociatas parlamentares. A tese de que se tratava de “desidratar” o projeto do governo expôs abertamente a política da burocracia sindical e da própria oposição, que não tiveram a honestidade e a coragem de se pronunciar com tamanha clareza. Somente os cegos ou os oportunistas de esquerda não viram que ali estava determinada o destino da greve geral. Não há como não responsabilizar a direção pelo caráter limitado e parcial da greve de 14 de junho.

É preciso ainda considerar outros fatores. O movimento se deu e se dá diante de um governo recém-eleito. Embora Bolsonaro venha perdendo apoio, conta ainda com uma margem de manobra na classe média, e em uma camada da população pobre. Subteraneamente, as igrejas evangélicas trabalharam nos bairros contra a greve geral. Ouvia-se de populares o chavão decorado “Deixe o

homem governar”. Esse contrapeso social à greve geral favoreceu a linha estratégica da burocracia sindical, de evitar o choque das massas com o governo e com o Congresso Nacional. Não se pode, também, desconhecer a situação de desemprego e subemprego, que aflige a classe operária e demais trabalhadores. Nessas condições, a pressão patronal contra a greve causou compreensíveis temores. Ocorre que a burocracia sindical e os reformistas de todo o tipo não levantaram um dedo contra as demissões em massa, que ganharam terrível proporção a partir da recessão de 2015. O palavreado em favor de uma política de “geração de empregos” não convenceu ninguém a lutar. A bandeira de defesa dos empregos, colocada ao lado da bandeira contra a reforma da Previdência, não passou de um penduricalho, colocado de última hora no movimento. Pior ainda é a via da reforma tributária, levantada pelos reformistas do PSOL, como alternativa à reforma da Previdência de Bolsonaro.

Um dia antes da greve geral, o deputado Samuel Moreira (PSDB) divulgou o relatório da Comissão Especial. Não foi por acaso a coincidência dos fatos. A oposição reivindicou para si, como vitória, as alterações anunciadas pelo relator. É bem provável que, daqui em diante, as centrais se limitarão a esse curso legislativo. Já se cogita fazer as impotentes marchas a Brasília, para entregar os impotentes abaixo-assinados. É bem possível que o PT e aliados considerem realizada sua tarefa de contestação à reforma de Bolsonaro. É atrativa a tese de que já não se trata mais de um projeto do governo, mas de uma reforma sob a responsabilidade do Congresso Nacional. Segundo a diretriz dos reformistas e da burocracia sindical, não tem sentido realizar uma nova greve geral contra o projeto do Congresso Nacional. Mesmo assim, ouvimos declarações da CUT de que o movimento não se encerrou.

É bom assinalar que a tentativa de transformar o movimento das massas contra a reforma de Bolsonaro em canal da bandeira “Lula Livre” não animou os explorados, a não ser as próprias bases petistas. O oportunismo de esquerda que procurou colar a bandeira de “Fora Bolsonaro” e “eleições gerais” ao “Lula Livre” permaneceu à margem das necessidades objetivas que impulsionaram a greve geral. O oportunismo eleitoralista se mostrou um artifício, um desvio distracionista, diante da tarefa de organizar as massas para derrubar e enterrar a reforma da Previdência.

Objetivamente, a tarefa operária e popular de derrotar o governo e o Congresso Nacional está em pé. Mudou apenas um fator na ordem política. Os explorados estão diante da farsa montada pelo presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM), e pelo relator, Samuel Moreira (PSDB), que pretende desvincular a reforma da Previdência do projeto do governo. É preciso denunciar que a reforma do Congresso Nacional é a mesma reforma do governo. As alterações não deixam de sacrificar brutalmente a maioria oprimida. Agora, as correntes, a militância com consciência de classe e os comitês de luta têm de combater as ações da burocracia sindical, contrárias a organizar uma nova greve geral.

***Nenhuma conciliação com o Congresso Nacional!
Derrubar e enterrar a reforma da Previdência
de Bolsonaro/Guedes e do Congresso Nacional!
Que as centrais convoquem imediatamente
uma nova greve geral!***

Somente nas ruas, parando a produção, derrubaremos a reforma da Previdência e os cortes na educação!

Não à traição da burocracia sindical à luta contra a reforma da Previdência! O caminho da pressão e negociatas no parlamento já se comprovou derrotista! Convocar as assembleias em todos os locais de trabalho e estudo! Aprovar a greve de todos no dia 13 de agosto! Somente nas ruas, parando a produção, derrubaremos a reforma da Previdência e os cortes na educação!

6 de agosto de 2019

No último dia 10/07, a Câmara dos Deputados aprovou, em 1º turno, a reforma da Previdência. Ela é um conjunto de ataques a todos que trabalham, bem como a quem pretenda se aposentar. O limite mínimo de idade, aliado ao tempo de contribuição maior, por si só, já vão praticamente inviabilizar a aposentadoria integral para a maioria. Uma minoria conseguirá se aposentar com 60% do valor do salário. As regras de transição entre uma situação e outra penalizam quem trabalha, aumentando o tempo necessário. O mesmo ocorre com quem estava prestes a se aposentar.

As direções sindicais desviaram o movimento de resistência das massas para a pressão parlamentar e negociatas na Câmara dos Deputados, por meio dos partidos de oposição. Estes negociaram as emendas ao texto original, desde que estava na Comissão de Constituição e Justiça, onde a proposta de Bolsonaro/Guedes foi modificada e se tornou o projeto da Câmara dos Deputados. Ainda sobre a base da mobilização na educação, os deputados de oposição barganharam no plenário da Câmara dos Deputados uma amenização do ataque da reforma da Previdência aos professores, em troca de votos das bancadas direitistas, que estabeleceram o privilégio de aposentadoria aos 53 e 52 anos aos militares e polícias.

O resultado final foi a aprovação de mais um duro ataque contra as massas, que, somado à reforma Trabalhista, constitui um dos maiores golpes já desfechados contra os assalariados. Lembremos que, em abril de 2017, houve a greve geral, que foi logo a seguir desmontada e teve seu rumo desviado pelas direções, o que deixou livre o caminho para que a ditadura civil de Temer impusesse a liquidação da CLT.

O POR alertou, desde antes da votação da reforma da Previdência em 1º turno, para o risco de desvio do movimento, por meio da negociação das emendas e eleitoralismo. Propôs resoluções e os métodos de organização e luta contra os desvios da luta grevista em todas as instâncias dos movimentos em que atua, e impulsionou na medida de suas forças a greve geral de 14 de junho. Mas, as direções das centrais sindicais estavam comprometidas com a política de não levar os explorados a se chocarem com o Congresso Nacional, que negociou a reforma da Previdência no campo estabelecido pelo governo e deputados, sendo que algumas delas chegaram ao ponto de ordenar que suas bases não fossem à greve, horas antes do 14/6.

O desvio do movimento para o campo de negociação parlamentar, fixado pelo governo e os patrões, selou a derrota. As massas não puderam enfrentar até o fim o governo e os deputados com sua independência de classe, com a bandeira de colocar abaixo a reforma da Previdência, com seus próprios métodos de luta e com sua organização independente. Isso levaria a uma greve geral por tempo indeterminado pela derrubada do projeto do governo

pela força das massas nas ruas.

Agora, vem o 2º turno da votação na Câmara, em agosto, e a nova votação em dois turnos, no Senado. Não se deve esconder das massas que suas direções já traíram o movimento, ao desviá-lo para o da barganha parlamentar. Por meio da continuidade dessa via, a aprovação da reforma da Previdência do governo e da Câmara é uma certeza. Quando dizemos que a traição já ocorreu e que, pela via da pressão parlamentar, não se mudará o resultado da votação até a votação no Senado, alertamos a classe operária e demais explorados para que exijam de seus sindicatos a convocação das assembleias, que se formem os comitês de luta, que exijam das centrais a convocação da greve geral e que estas acatem a bandeira de Abaixo a Reforma da Previdência de Bolsonaro e do Congresso Nacional. É no campo da independência de classe que marcharemos para derrubar a reforma da Previdência. E por esse caminho vamos construir uma direção classista. É parte desse movimento a construção do partido revolucionário.

Temos defendido que somente uma nova greve geral, desta vez mais forte e melhor organizada, poderá derrotar o governo e pôr abaixo a reforma da Previdência. Não é o que indica a conduta atual das direções. Estas já traíram o movimento, quando as

Temos defendido que somente uma nova greve geral, desta vez mais forte e melhor organizada, poderá derrotar o governo e pôr abaixo a reforma da Previdência. Não é o que indica a conduta atual das direções. Estas já traíram o movimento, quando as condições indicavam a tendência de luta geral das massas para enfrentar o governo nas ruas.

condições indicavam a tendência de luta geral das massas para enfrentar o governo nas ruas. Vide as manifestações de 15 e 30 de maio, então, restritas à Educação. A possibilidade da classe operária se mobilizar nacionalmente, paralisando a produção e impondo a luta de classe contra classe, com apoio e participação da maioria oprimida, não teve ainda como se concretizar com toda a sua força. Aqueles que lutam sinceramente para derrubar essa maldita reforma devem rejeitar a frente burocrática e trabalhar pela frente única classista.

Também, se queremos barrar os cortes na Educação postos em marcha por Bolsonaro, é preciso pôr em pé este mesmo movimento classista. A disputa parlamentar não reserva nenhuma possibilidade de conquista para as massas.

Por isso, devemos fazer do 13 de agosto um dia de greve geral no país. Se realizarmos assembleias de base em todos os locais de trabalho e estudo e aprovarmos a paralisação, avançaremos nesse sentido, ainda que em oposição à conduta das direções. E daremos passos concretos na direção de pôr abaixo o governo e substituí-lo pelo poder próprio das massas, o governo operário e camponês.

SEM LUTA, TRANQUILAMENTE, DEPUTADOS APROVAM A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

7 de agosto de 2019

Na quarta-feira, 7 de agosto, a Câmara Federal votou, em segundo turno, a reforma da Previdência de Bolsonaro-Guedes. Tudo se passou na mais morna harmonia. O clima de sossego vinha do êxito anterior. O segundo turno cumpria apenas a formalidade legislativa. Os deputados retornaram do recesso. Não precisariam da teatralização anterior. Os bolsonaristas e seus apoiadores do PSDB, MDB, incluindo os trãsufugas do PSB e PDT, tomaram seus assentos como vencedores. A oposição, liderada pelo PT e aliados, PCdoB, PSB, PDT e PSOL, ali compareciam para mostrarem que, até o último minuto, “lutavam” pelas emendas, que aliviariam a violência da contrarreforma do governo. O certo é que nada podiam fazer, senão repetir os discursos passados. Não contavam sequer com um protestozinho em Brasília, como o da UNE, no dia 12 de julho. Bolsonaro, Guedes e Maia se sentiram engrandecidos diante da derrota do movimento, consumada em 10 de julho.



No dia da votação em segundo turno, 6 de agosto, a CSP-Conlutas convocou um ato em São Paulo. As demais centrais desconsideraram. A CUT decidiu fazer campanha pela coleta de assinaturas para o abaixo-assinado. O desastre já havia ocorrido em julho. Bem antes, a frente burocrática tinha desarticulado o movimento, mais precisamente depois da greve geral.

O primeiro turno, de fato, selou a vitória parlamentar do governo. Também, nesse caso, não houve nenhuma comoção. A greve geral de 14 de junho não passou de um aceno das centrais ao Congresso Nacional, de que não iriam além de protestos limitados e respeitadores da ordem institucional. A frente burocrática, constituída pelas centrais, se definiu pelo objetivo de apoiar o voto opositor na Câmara Federal, e algumas das emendas, em parte, negociadas de antemão por seu presidente, Rodrigo Maia (DEM), e pelo relator do projeto, Samuel Moreira (PSDB). De maneira que a normalidade do segundo turno refletiu a votação no primeiro turno, sem que as centrais organizassem qualquer manifestação. Os explorados ficaram detidos no trabalho, enquanto os deputados discursavam contra e a favor. À noite do dia 10, quando a maioria da população estava em suas casas exausta, desfecharam o golpe sem precedentes na Previdência. Eis por que a manifestação da UNE, dois dias depois, não passou de uma representação mambembe. De tão imprestável, ninguém deu atenção. No entan-

to, expressou a traição da luta pela frente burocrática, e selou a derrota do movimento, iniciado no 1º de Maio Unificado.

A política acordada na cúpula das centrais nasceu derrotista. O movimento deveria cumprir o objetivo de desgastar o governo Bolsonaro, e apoiar as emendas que alteravam o projeto original do ministro Guedes. Não se tratava de organizar um poderoso movimento de massa, e criar as condições para a greve geral por tempo indeterminado. A greve geral de 14 de junho foi convocada, sabendo-se que deveria se limitar a um protesto. Não seria o ponto de partida para marchar contra o governo e o Congresso Nacional. Rodrigo Maia aproveitou para montar a farsa de que se votaria não o projeto do governo, mas sim o do Congresso Nacional. As direções se calaram, quando não consentiram, em acobertar a grosseira falsificação. No 1º de Maio, Paulinho da Força, anunciou o derrotismo. Discursou dizendo que o movimento deveria se concentrar no apoio à “desidratação” do projeto de Bolsonaro.

As centrais se negaram a levantar uma bandeira clara, que centralizasse e guiasse a luta dos explorados. Puseram-se de acordo com a fórmula geral “contra a reforma da Previdência”. Nenhuma das centrais – incluindo a CSP-Conlutas – se dispôs a realizar uma campanha independente dos condicionamentos da direção burocrática e conciliadora. Não poderiam admitir a bandeira de “*Abaixo a reforma da Previdência do governo e do Congresso Nacional*”. Não havia, portanto, nenhum motivo para duvidar que a frente burocrática se guiava pela posição de que alguma reforma era inevitável. E, portanto, a meta do movimento não era a de derrubar e enterrar a contrarreforma da burguesia, em particular, do capital financeiro e dos poderosos parasitas da dívida pública. O sindicalismo mais avançado de esquerda, ligado ao PSOL e PSTU, seguiu a definição da frente burocrática. Negou-se, igualmente, a fazer uma campanha diferenciada, sob a bandeira de “*Abaixo a reforma da Previdência do governo e do Congresso Nacional*”. Aplinou-se, assim, o caminho da traição e da consequente derrota.

Esteve colocada a luta, desde o seu início, contra a posição de que alguma reforma deveria ser realizada, ou de que era inevitável a aprovação de alguma reforma. Esse é o conteúdo de classe da política derrotista. Há precedentes que precisam ser lembrados. O governo do PSDB, com Fernando Henrique Cardoso, iniciou a reforma da Previdência, os governos do PT, de Lula e Dilma, continuaram, e, agora, foi a vez do governo Bolsonaro. Essa sequência mostra que as alterações no regime previdenciário passaram pelo governo neoliberal, seguiram no reformista, e chegaram ao governo ultraliberal. Em todos os casos, independente das diferenças de teor e grau das reformas, se encontra a determinação da dívida pública, dos interesses supremos do capital financeiro, e da orientação dos organismos internacionais do imperialismo (Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, etc.). A burocracia sindical, que dirigiu a resistência ao projeto de Bolsonaro-Guedes, é a mesma que colaborou com os governos neoliberal e reformista. Em especial, a CUT e aliados agiram como base de apoio aos governos de Lula e Dilma. Na oposição ao neoliberalismo, seguiram a cartilha que prescreve a escalada eleitoral ao poder do Estado. Diante do governo ultrali-

beral, descaradamente pró-imperialista, serviçal incondicional dos Estados Unidos, não poderiam se comportar de outro modo. O bandido Paulinho da Força, desta vez, deu o norte preciso aos traidores da causa operária e popular.

No dia da votação em segundo turno, 6 de agosto, a CSP-Conlutas convocou um ato em São Paulo. As demais centrais desconsideraram. A CUT decidiu fazer campanha pela coleta de assinaturas para o abaixo-assinado. O desastre já havia ocorrido em julho. Bem antes, a frente burocrática tinha desarticulado o movimento, mais precisamente depois da greve geral. A classe operária e os demais explorados não foram organizados para derrubar a reforma de Bolsonaro-Guedes. Durante os 168 dias de negociações no Congresso Nacional, os burocratas da CUT, Força Sindical, etc. se limitaram, na maior parte do tempo, a resmungar sobre o sacrifício dos pobres. Os deputados da oposição aproveitaram para discursar em favor dos pobres. Enfim, todos se reivindicavam dos pobres, mas se negando a organizá-los contra o governo e o Congresso Nacional. Diante da votação do 1º turno, correram a dizer que ainda havia tempo para derrotar o governo. A burocracia esquerdista e impotente procurou levantar a moral de suas bases com a retórica otimista de que o movimento perdeu uma “batalha, mas não a guerra”. O certo é que houve uma derrota sem que a batalha fosse dada. O exército dos trabalhadores foi desorganizado e colocado em retirada. A “batalha” final se deu no campo da Câmara Federal: 379 deputados governistas derrotaram 131 oposicionistas, sendo que 11 deles “batalharam” na trincheira dos governistas. A arma dos oposicionistas se limitou aos discursos inflamados em defesa dos pobres. A verdadeira batalha, portanto, não chegou a ocorrer. A frente burocrática debandou-se do campo da luta de classes, que mal ganhava força com a mal preparada e sabotada greve geral de 14 de junho.

Depois da traição e da derrota, a CUT e a CSP-Conlutas farão seus congressos. É sintomático que suas direções não tenham se animado a convocá-los assim que o furacão se prenunciou. Para as demais centrais, os congressos não têm nenhuma função. A UNE realizou seu Congresso, com mais de dez mil participantes, para compartilhar e testemunhar de perto a traição e a derrota. Depois de desmantelada a luta dos explorados, certamente, o congresso da CUT somente servirá para as burocracias afiar suas armas eleitorais contra o governo Bolsonaro. O congresso da CSP-Conlutas, provavelmente, estará mergulhado em uma de suas maiores crises. Sem se distinguir e sem combater no interior da frente burocrática por uma linha classista e revolucionária, não tem como sair

desse processo fortalecida como vanguarda proletária.

Não se pode combater a política derrotista do reformismo, bem como das várias tendências da burocracia sindical, sem um balanço claro e preciso. A política que guiou o movimento de luta contra a reforma da Previdência foi a de submetê-la ao jogo e à decisão do Congresso Nacional. No centro dessa diretriz, estiveram os reformistas, em aliança com a direita sindical. Essa aliança teve como pilares a CUT e a Força Sindical. As demais centrais compartilharam ou seguiram o curso ditado pela frente burocrática. Os explorados e sua vanguarda estão diante de uma valiosa experiência, que demonstra a necessidade de constituir a direção classista e revolucionária. Não há como saltar por cima dessa experiência, sem retardar o combate pela superação da crise de direção, que resulta da ausência de uma fração classista consciente que encarne o programa da revolução proletária no seio dos explorados.

Não se pode ignorar que as derrotas diante da reforma trabalhista no governo golpista de Temer e da reforma da Previdência de Bolsonaro influenciarão, negativamente, a classe operária e demais oprimidos. No entanto, o impacto deve ser passageiro. Suas tendências instintivas de luta não foram esmagadas pela burguesia. A implantação dessas duas reformas potenciará o descontentamento com a burguesia e seu governo. Novas medidas anti-operárias virão. Está em andamento no Congresso Nacional a Medida Provisória (MP) da “Liberdade Econômica”, já denunciada como uma “minirreforma trabalhista”. Bolsonaro impulsionará a subordinação da economia interna ao carro do imperialismo norte-americano e europeu, o que agravará ainda as condições de existência das massas. Tudo que se faça será contra as necessidades mais prementes dos explorados. A burguesia se protege da crise estrutural do capitalismo, impondo as contrarreformas. Objetivamente, os ataques frontais potenciam as tendências de luta. Com base nessa avaliação, a vanguarda pode aproveitar as experiências trazidas pelos movimentos contra as reformas de Temer e Bolsonaro.

No dia 13 de agosto, ocorrerá a greve nacional da educação. O POR levanta a bandeira de “*Abaixo o projeto Future-se de Bolsonaro-Weintraub*”. A luta contra a privatização e o controle empresarial e das igrejas sobre o ensino está na ordem do dia. Também, nessa luta, enfrentamos o obstáculo da política reformista da UNE, sindicatos e partidos, como o PCdoB, PT, PSOL, principalmente. Continua em pé a resistência às contrarreformas da burguesia. “*Lutemos para vencer!*” “*Viva a greve nacional da Educação!*” “*Abaixo o Future-se privatista!*” “*Em defesa de um sistema único, público, da educação!*” “*Fim do sistema privado de ensino!*”

Combater o derrotismo da frente burocrática

Editorial - Massas 592 – 11 de agosto de 2019

O governo congratulou a Câmara Federal de Deputados e, em especial, seu presidente, Rodrigo Maia, pela vitoriosa aprovação da reforma da Previdência, em segundo turno. A desidratação do projeto original, pretendida pela oposição e perseguida pelas centrais sindicais, não se realizou. Estima-se que haverá uma economia de R\$ 933,5 bilhões, evidentemente, às custas dos assalariados, que sobrevivem na penúria. Os pontos que supostamente desidratariam o projeto já estavam previstos, no caso a aposentadoria rural e o BPC, como parte da farsa. Estava claro que a transformação do sistema de repartição para o de capitalização, tão almejado pelos banqueiros, não poderia ser implantado agora. O ministro Paulo Guedes gostaria que o valor previsto de 1,2 trilhão ficasse intacto. Mas, a redução estava sob o seu controle e de seus

capachos da Câmara de Deputados.

A aliança opositora – PT, PSB, PDT, PCdoB e PSOL – foi amassada pelo rolo compressor da aliança governista. Fato que já havia ocorrido no primeiro turno. O governo e o Congresso Nacional contaram com o derrotismo da frente burocrática das centrais sindicais. Em que consistiu? Consistiu em submeter o movimento dos explorados ao Congresso Nacional e ao objetivo de alterar o projeto do governo por meio de emendas. Apesar do voto contrário e fechado do PT, PCdoB, PSOL, e parcial do PDT e PSB, todos participaram da farsa orquestrada por Rodrigo Maia (DEM) e Samuel Moreira (PSDB).

Os governadores da oposição trabalharam nos bastidores para a aprovação da reforma alterada. É bom destacar os governadores

do PT e o do PCdoB. Bolsonaro e Rodrigo Maia precisaram da colaboração dos deputados do Nordeste. A votação por grande maioria era importante para demonstrar à população que houve uma grande unidade nacional dos representantes do País, mais precisamente, unidade da burguesia. Sempre se esconde dos explorados que os “representantes do povo” não passam de lacaios da burguesia, e que o Congresso Nacional é a cova desses lacaios. Ocorre que a oposição reformista é parte desses “representantes do povo” e, assim, respeitam a cova dos lacaios.

O governo conseguiu o que queria, sem que enfrentasse uma poderosa resistência da classe operária e dos demais oprimidos. A frente burocrática se encarregou de montar a farsa da luta “contra a reforma da Previdência”, ao mesmo tempo em que, no Congresso Nacional, se montava a farsa da desidratação do projeto de Bolsonaro-Guedes. A ilusão de que ainda era possível vencer a guerra, depois de ter perdido uma batalha, evaporou num piscar de olhos. O movimento, derrotado pela traição da frente burocrática, somente se ergueria se fosse contra a política dos traidores.

A primeira condição para seguir na luta era e é a de reconhecer a traição que levou à derrota. E denunciar à classe operária e aos demais explorados a política derrotista da direção. Trata-se da aplicação da lei que rege a luta de classes. A burguesia e seu governo continuarão no ataque à vida das massas. Continuarão a comprometer a economia nacional para atender aos interesses do imperialismo.

Os explorados não têm outro caminho a não ser o da unidade de classe contra os exploradores.

A crise econômica elevou o desemprego e subemprego às alturas. É visível a olhos nus o aumento da pobreza e da miséria. A implantação da reforma trabalhista, da terceirização e da reforma da Previdência intensificará a exploração capitalista da força de trabalho. Os efeitos da terceirização se fazem sentir na economia e na vida dos assalariados. É inevitável que a classe operária se rebele diante do agravamento das condições de trabalho e de existência. A burguesia e o governo não vão se ater a essas três medidas. O plano de privatização atingirá ainda mais os empregos e os salários. Os cortes de recursos à saúde e à educação golpearão ainda mais o acesso da população a serviços essenciais. Com essa política econômica, o governo Bolsonaro terá de fortalecer o Estado policial e a militarização. Os reformistas, por sua vez, se adaptarão ainda mais à democracia oligárquica e ao capitalismo putrefato. É fundamental que a vanguarda se compenetre da gravidade do momento. E lute por constituir o partido marxista-leninista-trotskista.

A experiência vivida com a frente burocrática os ajudará a entender e a encarnar a estratégia da revolução e ditadura do proletariado; a lutar por um governo próprio, que é o governo operário e camponês. Mantemos no alto a bandeira “*Abaixo a reforma da Previdência do governo e do Congresso Nacional*”. Continuemos com a unidade dos explorados, defendendo a greve geral!

A primeira condição para seguir na luta era e é a de reconhecer a traição que levou à derrota. E denunciar à classe operária e aos demais explorados a política derrotista da direção. Trata-se da aplicação da lei que rege a luta de classes. A burguesia e seu governo continuarão no ataque à vida das massas. Continuarão a comprometer a economia nacional para atender aos interesses do imperialismo. Os explorados não têm outro caminho a não ser o da unidade de classe contra os exploradores.

São Paulo

Dia 6 de agosto, “Dia Nacional” marcado pela divisão da burocracia sindical e sem luta

O dia seis de agosto ficou marcado pela aprovação, em segundo turno, da reforma da Previdência, na Câmara Federal. A votação foi à noite, em completa tranquilidade. A decisão das centrais foi a de realizar pressão aos deputados, nos aeroportos, em Brasília e atos nos estados. Portanto, nada de retomar a greve geral. E sim deslocar o movimento para o terreno da burguesia (parlamento).

Pela manhã, a CUT montou uma banca no centro da cidade, para colher assinaturas no abaixo-assinado. Procurava criar ilusão entre a população de que era possível reverter o voto dos de-

putados, que apoiaram a reforma no 1º turno.

À noite, foi a vez da CSP-Conlutas, na Paulista. Não houve coleta de assinaturas, mas a essência era a mesma, de que era possível, pela pressão aos deputados, modificar a votação. A musiquinha que embalava o ato prova isto: “um, dois, três, quatro, cinco mil; se votar a reforma, paramos o Brasil”. Evidentemente, os deputados não ouviram a musiquinha da Conlutas, e, horas depois, aprovaram a reforma da Previdência.

O ato começou às dezoito horas. Contou com a participação de trabalha-

dores sem-teto da Ocupação Queixada, e militantes de professores e funcionalismo público. Quando o carro de som chegou e encostou no MASP, a polícia, diante do pequeno número dos manifestantes, impôs a retirada do som. Foi negociada a ida em passeata até o prédio do escritório do Presidente, mas a ida teria de ser sem o som.

Como se vê, a reforma da Previdência foi aprovada sem resistência dos explorados. O deslocamento do movimento, que culminou com a greve geral de 14 de junho, para o Congresso Nacional, marcou a traição da burocracia sindical.

Massas 592 – 17 de agosto de 2019

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – www.pormassas.org**